



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

JOSELINDA MARIA RODRIGUES

**ENSINO E FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO:
UM ESTUDO SOBRE A DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA
COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE JORNALISMO NO BRASIL E
PORTUGAL**

PALMAS-TO

2018

JOSELINDA MARIA RODRIGUES

**ENSINO E FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UM ESTUDO
SOBRE A DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE
JORNALISMO NO BRASIL E PORTUGAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu* Senso em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT, com vistas à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gilson
Rebouças Pôrto Júnior.

PALMAS-TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696e Rodrigues, Joselinda Maria.

O ensino e formação em comunicação e jornalismo: um estudo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal. / Joselinda Maria Rodrigues. – Palmas, TO, 2018.

172 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

1. Sociologia. 2. Ensino. 3. Formação. 4. Jornalismo. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSELINDA MARIA RODRIGUES

ENSINO E FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UM
ESTUDO SOBRE A DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM
CURSOS DE JORNALISMO NO BRASIL E PORTUGAL

BANCA

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior (UFT – Orientador)

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP – Avaliador externo)

Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni (UFT – Avaliadora Interna)

*Bem hajam,
a meus pais Ze Maria e Carlinda que se desvelaram por minha educação,
ao meu amor Daniel, marido, amigo, camarada e cúmplice,
minhas irmãs Geu e Nena que insistem em me pajear,
a minha filha Daniele Vanessa e meus filhos Daniel Vitor e Neto por quem meus “sinos
dobram”,
a Gilson e Daniela Pôrto pelo porto seguro da generosa amizade.*

*“Qualquer narrativa pode ser vista como um “todo” significativo.
Não se trata de imaginar que esse todo é necessariamente coerente,
sistemático e transparente.
Pode ser complicado, labiríntico e caótico.
Expressa algo que estaria necessariamente circunscrito aos signos,
símbolos, figuras e figurações do texto.
Mas pode também expressar
algo que transborda
ou irrompe pelo texto afora”.*
(IANNI, 2003, p. 204-205).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o mínimo que me resta diante do fragoroso apoio das pessoas que mencionarei e pedir perdão àquelas que porventura eu deixe escapar.

Agradecerei sempre ao criador, fonte de minhas conquistas.

À minha família: meus pais Ze Maria, que reclamaria do meu parco vocabulário, para esconder o envaidecimento e Carlinda que me acompanhará até o fim do mundo se for preciso, tão grande o seu amor. A meu marido Daniel, companheiro e incentivador que lutaria contra moinhos de vento para me apoiar e proteger. A minha tríade Daniele Vanessa, Daniel Vitor e Valderéz Neto, que “roubariam os anéis de saturno” para me ajudar e agradar. Minhas irmãs Geu e Nena, há anos pavimentando meu caminho. Minha prima Mari, revisora exigente. Anne e Kelly sobrinhas lindas e os moleques, na ordem de nascimento: Jeffrey, Brian, Vinicius e Lucas.

À Daniele Vanessa e Valderéz Neto, especialmente, por todo o investimento emocional e material para o sucesso dessa empreitada: irretribuíveis.

Ao meu orientador e sempiterno amigo, Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, por ter excedido nas atribuições de orientador e se tornado irmão: muito obrigada.

Aos professores das bancas de qualificação e defesa, Dra. Liliam Deisy Ghizoni, Dr. António Fidalgo e Dr. Nelson Russo de Moraes que me deram sugestões e conselhos inestimáveis.

Aos professores Dora Santos Silva da Universidade Católica Portuguesa, António Granado da Universidade Nova de Lisboa e Luís António Santos da Universidade do Minho, pelas intermediações para entrevistas.

Aos professores Ana Lúcia Medeiros da Universidade Federal do Tocantins, Maria Hilda Paqueiro Paraíso da Universidade Federal da Bahia e Joaquim Mateus Paulo Serra da Universidade da Beira Interior pelas autorizações de pesquisa no Brasil e Portugal.

Às queridas professoras e queridos professores que me dedicaram tempo precioso, carinho e livros nas universidades brasileiras e portuguesas.

Às queridas professoras e queridos professores do PPGCOM da Universidade Federal do Tocantins e colegas do programa.

À Teresa, da seção memória da Biblioteca Reitor Macedo Campos da Universidade Federal da Bahia e D. Alexandra, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho pela abundante gentileza.

E jamais poderia deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

RODRIGUES, Joselinda Maria. **O ensino e formação em comunicação e jornalismo:** um estudo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal. 2018.172f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

RESUMO

O ensino de sociologia / sociologia da comunicação em cursos de comunicação e jornalismo no Brasil e Portugal é desafiado pela predileção discente por conteúdo técnico. Ao contrário do Brasil onde esse ensino é facultativo, em Portugal o ensino de sociologia e/ou sociologia da comunicação faz parte dos programas de ensino de universidades públicas e privadas, em conformidade com o Processo de Bolonha. A conclusão resultante do percurso tomado para essa pesquisa entre 10 docentes, sendo 05 de universidades brasileiras e 05 de universidades portuguesas, derivou de três objetivos específicos: examinar os projetos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo das universidades; pesquisar os programas da disciplina sociologia ministrada para verificar se o enfoque que é dado nos três campos das ciências sociais se devia a especificidades das próprias universidades e se sofriam interferências diretas (pressão de alunos) ou indiretas (sistema midiático); verificar a metodologia de ensino de sociologia, cruzando as bibliografias utilizadas, antes e depois das novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (no Brasil) e do Processo de Bolonha (em Portugal), com o objetivo de entender as escolhas bibliográficas de autores clássicos e contemporâneos. A delimitação imposta pelos objetivos, hipóteses e metodologia qualitativa permitiu um estudo comparativo do ensino de sociologia no Brasil e Portugal, resultando nas seguintes conclusões: o mercado exerce pressão indireta sobre os espaços formativos; o aluno tem pressa para graduar estritamente por questões econômicas, o que também explica a relação estabelecida com as disciplinas teóricas, pois, sob seu ponto de vista, elas retardam sua saída da universidade. Esses resultados refletem as análises das falas recorrentes, que foram utilizadas como marcadores para comparar as respostas dadas quanto a metodologias de ensino, inserção da sociologia nas disciplinas técnicas e relevância do capital cultural do estudante de graduação e do futuro jornalista. Embora uma das hipóteses não tenha sido confirmada, o resultado denuncia uma feliz flexibilidade docente atenta com as mudanças que as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICS imprimiram ao processo comunicacional e que adaptaram as bibliografias às especificidades dos cursos.

Palavras-chave: Sociologia. Ensino. Formação. Jornalismo. Comunicação.

ABSTRACT

The teaching of sociology / sociology of communication in communication and journalism courses in Brazil and Portugal is challenged by the student's preference for technical content. Unlike Brazil, where education is not compulsory, in Portugal teaching sociology and / or sociology of communication is part of the teaching programs of public and private universities, according to the Bologna Process. The resulting conclusion of the route taken to this survey of 10 professors and 05 Brazilian universities and 05 Portuguese universities, derived from three specific objectives: to examine the pedagogical projects of communication and journalism courses in the universities; investigate the programs of the sociological discipline to verify if the approach that occurs in the three fields of the social sciences was due to the specificities of the universities themselves and if they suffered direct interference (pressure from students) or indirect (media system); check the teaching methodology of sociology, crossing the bibliographies used before and after the new curriculum Journalism Guidelines (in Brazil) and the Bologna Process (in Portugal), in order to understand the options literature of classical authors and contemporary. The delimitation imposed by the objectives, assumptions and qualitative methodology allowed a comparative study of sociology in Brazil and Portugal, which results in the following findings: the market exerts an indirect pressure on the training spaces; the student is in a hurry to graduate strictly for economic reasons, which also explains the relationship established with the theoretical disciplines, since, from their point of view, they delay their leaving the university. These results reflect the analysis of the recurring words, which were used as markers to compare the answers given in terms of teaching methodologies, insertion of sociology in the technical disciplines and relevance of the cultural capital of the graduate student and the future journalist. Although one of the hypotheses has not been confirmed, the result denounces a happy teaching flexibility attentive to the changes that the Information and Communication Technologies - TICS printed to the communicational process and that adapted the bibliographies to the specificities of the courses.

Keywords: Sociology. Teaching. Formation. Journalism. Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>The penny press</i>	45
Figura 2 - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências	73
Figura 3 - Episódio 103	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Características das pesquisas.....	20
Quadro 2 Método específico das ciências sociais - método de abordagem	21
Quadro 3 Paradigma interpretativo.....	22
Quadro 4 Recorrência de autores da sociologia nos programas de disciplinas teóricas comuns aos cursos de jornalismo e produção cultural.....	24
Quadro 5 Frequência de bibliografias da sociologia nas disciplinas técnica obrigatória do curso de jornalismo.....	24
Quadro 6 Frequência de bibliografias da sociologia nas disciplinas técnicas obrigatórias do curso de produção cultural.....	24
Quadro 7 Incidência de autores das ciências sociais nas disciplinas técnicas	25
Quadro 8 Identificação dos docentes e disciplinas	28
Quadro 9 Comparação dos aspectos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa.....	29
Quadro 10 As teorias mais importantes da sociologia da comunicação.....	36
Quadro 11 Interpretações bibliográficas quanto as divisões do jornalismo no Brasil desde a sua fundação.....	52
Quadro 12 Ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo.....	69
Quadro 13 Sociologia da educação.....	69
Quadro 14 Formação em jornalismo no Brasil, Portugal e Estados Unidos	70
Quadro 15 Classificação Marques de Melo.....	76

Quadro16 Disciplinas obrigatórias do curso de comunicação da FACOM/UFBA interdisciplinares com ciências sociais	80
Quadro 17 Disciplina obrigatória do curso de jornalismo da FACOM/UFBA interdisciplinar com ciências sociais.....	82
Quadro 18 Disciplinas obrigatórias do curso de produção da FACOM/UFBA interdisciplinares com ciências sociais.....	82
Quadro 19 Ocorrências da disciplina sociologia/ sociologia da comunicação nas graduações de universidades portuguesas.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior

CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

CISO - Ciências sociais

CJ - Comunicação e jornalismo

FACOM - Faculdade de Comunicação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Nova – Universidade Nova de Lisboa

SC - Sociologia da comunicação

SCJ - Sociologia da comunicação e jornalismo

TI - Tecnologia da informação

TIC - Tecnologia da informação e comunicação

TICs - Tecnologias da informação e comunicação

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SPSS - Statistical package for social science for windows

TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

UBI – Universidade da Beira Interior

UCP – Universidade Católica Portuguesa

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UL - Universidade de Lisboa

UMinho - Universidade do Minho

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	07
2.	METODOLOGIA.....	19
2.1	Percurso Metodológico.....	20
3	COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UMA VISITA DA SOCIOLOGIA.....	32
3.1	Sociologia da comunicação.....	33
3.2	Sociologia do jornalismo	45
3.2.1	Reminiscências da sociologia do jornalismo no Brasil e Portugal.....	50
3.2.2	Breve sociologia do jornalismo no Brasil.....	50
3.2.3	Breve sociologia do jornalismo em Portugal.....	54
3.3	Sociologia dos media: entrando na pele dos jornalistas.....	58
3.3.1	Media Brasileiros.....	60
3.3.2	Media Portugueses.....	64
3.4	Estado da arte sobre ensino de sociologia e formação em jornalismo.....	68
3.4.1	Ensino de sociologia da comunicação e/ ou sociologia do jornalismo.....	69
3.4.2	Formação em jornalismo.....	70
3.4.3	A disciplina sociologia em cursos de comunicação e jornalismo no Brasil e Portugal.....	75
3.5	O ensino de sociologia no curso de comunicação e jornalismo no Brasil: presença e ausência em duas universidades públicas.....	77
3.5.1	Universidade Federal da Bahia.....	77
3.5.1.2	Faculdade de Comunicação – FACOM.....	77
3.5.2	Universidade Federal do Tocantins – UFT.....	84
3.5.2.1	Bacharelado em jornalismo.....	85

3.6	O ensino de sociologia no curso de comunicação e jornalismo em Portugal: presente nas universidades públicas e privadas.....	87
4.0	O ENSINO DE SOCIOLOGIA – O QUE DIZEM OS PROFESSORES.....	93
4.1	Base da pesquisa.....	93
4.2	A crítica quanto a grande concentração de matérias teóricas no curso de comunicação e a defesa de um bom embasamento teórico que poderá ajudar o futuro jornalista no desempenho da profissão.....	96
4.2.1	A experiência docente.....	96
4.2.2	Percepção docente acerca da relação entre um bom embasamento teórico e a eficácia desse tipo de formação.....	102
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
5.1	Contribuições da dissertação.....	120
5.2	Trabalhos futuros.....	122
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	138
	ANEXO B: Fluxograma dos cursos de jornalismo e produção cultural da Universidade Federal da Bahia.....	140
	ANEXO C: Fluxograma do curso de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins.....	142
	ANEXO D: Universidade Federal da Bahia	144
	ANEXO E: Universidade Federal do Tocantins.....	148
	ANEXO F: Universidade da Beira Interior.....	152
	ANEXO G: Universidade Nova de Lisboa.....	154

ANEXO H: Pedido de autorização para pesquisa com seres humanos ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins.....	155
ANEXO I: Folha de aprovação de projeto do comitê de ética em pesquisa com seres humanos.....	156
APÊNDICE A Roteiro semiestruturado de entrevista para docente.....	157

1 INTRODUÇÃO

A atualidade das ciências sociais se faz presente ao se ocupar dentre outras coisas em entender os fenômenos sociais para tentar explicar a dificuldade humana em aceitar diferentes culturas e da benesse desta aceitação. A intolerância étnica destrói teias de significados indispensáveis para a sobrevivência das diversas culturas, e por isto na emergência deste novo século cabe a todas as ciências reforçar a alteridade como substituta de comportamentos que pensávamos sepultados, mas que reaparecem desmascarados como é o caso da xenofobia. Aceitar a humanidade como uma colcha de retalhos que tem sido tecida por diferentes culturas, que uma vez interpretadas pode (re)unir os indivíduos em uma teia de significados compreensíveis, pode ser um objetivo a ser perseguido pelos povos (GEERTZ, 2008).

Países europeus que na Segunda Guerra Mundial sentiram *in loco* o resultado nefasto da xenofobia se insurgem contra imigrantes que fogem pela própria vida buscando abrigo na Europa. O muramento de fronteiras para impedir a entrada de estrangeiros parece certificar a falência das cidades no provimento de elementos que conduzam ao bem viver dos cidadãos. Situações de marcada intolerância que deveriam ser repudiadas pela sociedade são naturalizadas. O imigrante e também o cidadão da última fileira são os indesejados do mundo, os que causam temor aos ocupantes da primeira fila (os detentores do capital econômico), sendo encarados com desconfiança, como ameaça constante à sua liberdade de ir e vir e de usufruir os bens comuns - tangíveis e intangíveis disponibilizados pelo capital (BAUMAN, 2009).

A naturalização da intolerância descrita previamente talvez tenha sido ampliada por se viver na grande aldeia global de McLuhan (1911-1980), conectados pelo príncipe eletrônico que parece desconhecer limites no negócio bem-sucedido da “cultura de massa” ao oferecer produtos ditos culturais, que na verdade embotam a sensibilidade ao darem ênfase exagerada à violência, padrões de comportamento questionáveis e baixíssimo nível cultural. O Príncipe eletrônico não disfarça seu poder de persuasão, atingindo principalmente a massa (IANNI, 2003). A percepção de que a força das tecnologias emergentes seria irrevogável coaduna com a regência do príncipe da pós-modernidade e disto a urgência de a universidade rever seu método de ensino a fim de adequar-se à nova realidade.

O consumidor dos produtos oferecidos pelos espaços formativos traz consigo seu capital cultural, deste modo, a universidade precisa lidar com indivíduos de variados

graus de conhecimento. A composição do capital cultural transita pelos campos emotivo, econômico, religioso e social e por isso o processo de formação guarda complexidades próprias, ampliadas pelo fato de o processo formativo ser interno - internalização dependente dos significados que o indivíduo conseguir estabelecer entre si e a sociedade. Considere-se também o poder que a universidade (educação formal) pode exercer sobre o indivíduo, poder simbólico legitimado pela sociedade (CHARTIER, 2002; MORIN, 2000).

A internacionalização que desembocou na globalização provocou mudanças nos processos educativos de países que se viram na iminência de não acompanhar a grande revolução tecnológica da segunda metade do século vinte, intensificada a partir dos anos noventa com as Tecnologias da Informação e Comunicação - adiante designadas por TICS. Ocorre que por conta do aumento massivo do uso das diversas tecnologias, as instituições de ensino que não acompanharam as mudanças, modificando suas matrizes curriculares se viram na contramão da história e precisaram se adequar privilegiando o ensino técnico. A globalização no uso de tecnologias nos vários setores da sociedade abriu precedentes para o que Milton Santos (2001) descreveu como: “[...] um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.” (p. 23).

O processo educativo precisou ampliar os conceitos de macro e multi como nunca d’antes com o advento da globalização¹. A informação nunca esteve tão disponível quanto agora e nesse contexto as instituições lidam com um indivíduo multirreferenciado² por fontes que podem nutri-lo com a cultura de massa e deturpar sua visão de mundo. Assim, a educação no seu sentido pleno se mostra como o caminho mais próximo para encurtar as distâncias sociais, quiçá o antídoto para frear a modernidade líquida que paulatinamente substitui a solidariedade pela competição (BAUMAN, 2009; IANNI, 2003; SANTOS, 2008).

Partindo deste referencial, a maneira de compreender a realidade levou a reflexões sobre a necessidade de mudanças no processo de formação nas universidades, uma vez

¹“A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 23).

² Ardoino conceitua a multirreferencialidade como: “[...] uma perspectiva de apreensão da realidade através da observação, da investigação, da escuta, do entendimento, da descrição, por óticas e sistemas de referência diferente [...]” (ARDOINO apud BURNHAM, 1998, p.45)

que essas transformações produziram novos sentidos nas relações interpessoais e nas interações entre as pessoas e destas com o meio em que vivem; as quais, precisavam ser consideradas como ponto de partida para as intervenções pedagógicas planejadas pelos professores para suas aulas. O príncipe eletrônico que faz acepção de cidadãos com produtos diferenciados para as classes sociais carece dos limites que a academia e docentes comprometidos com a formação profissional dos discentes fornecem. Às universidades, continua cabendo nos seus vários cursos e notadamente nos cursos de comunicação e jornalismo, formadores dos media, insistirem na discussão de questões pertinentes aos vários formatos de comunicação disponibilizados pelas mídias. Entendeu-se que a sociologia continua tendo parcela importante nesta discussão.

A LEI 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação confere liberdade às universidades. Parte da Lei reza: “No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (artigo 53, parágrafo II). É indiscutível a liberdade que as universidades devem gozar, entretanto observam-se disparidades curriculares nos cursos de comunicação e jornalismo oferecidos no Brasil, as quais podem concorrer para a imobilidade de discentes que desejem migrar de instituições privadas para públicas, ou entre as próprias universidades públicas, além da diminuição de disciplinas das ciências humanas, a qual pode prejudicar a formação jornalística.

Observa-se a obrigatoriedade da disciplina sociologia no curso de jornalismo na Universidade Federal do Tocantins e a sua ausência na Universidade Federal da Bahia. Nas universidades portuguesas da Beira Interior, Católica Portuguesa, de Lisboa, do Minho e Nova de Lisboa signatárias do Processo de Bolonha³, não há disparidades. A oferta da disciplina sociologia nos cursos de jornalismo no Brasil variam, por isso, se almejou conhecer os pressupostos epistemológicos da disciplina sociologia em cursos de comunicação e jornalismo das universidades, objetos desse estudo e partindo dos resultados desse estudo comparativo e qualitativo, pensar uma futura metodologia do ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo “aproximando currículos

³ O Processo de Bolonha foi idealizado como um sistema de educação que pudesse ser aceito em todos os países da Europa a partir da unificação dos currículos, com diplomas que fossem aceitos por todos os países signatários do processo e que oferecesse mobilidade acadêmica de alunos, professores e servidores nas respectivas universidades. (PÔRTO JUNIOR, 2012).

praticados com tecnologias e demandas sociopolíticas emergentes.” (PÔRTO JUNIOR, 2012, p.26; PÔRTO JUNIOR, 2017).

O ensino de sociologia no ensino médio no Brasil tem menos de três décadas (Lei 9394/96, Art. 36) e nesse período tem apresentado precariedades como o uso ilegal de profissionais não licenciados como docentes⁴. Pode acontecer de os estudantes de graduação em comunicação e jornalismo no Brasil e talvez em Portugal também, serem apresentados à sociologia da comunicação e jornalismo sem conhecimentos prévios da sociologia geral, apresentada por Lakatos e Marconi (1990) como divisão da sociologia que “examina os fundamentos lógicos da explanação sociológica, [...]” (p. 25), o que dificultaria a apreensão do conteúdo. As autoras acrescentam que a partir do exame dos fundamentos teóricos seria possível relacioná-los com as diversas áreas da sociologia, e mais, ao ser capaz de “sistematizar e unificar” os conhecimentos teóricos, o indivíduo adquiriria a “lógica do conhecimento sociológico” podendo analisar criticamente os princípios e postulados da teoria sociológica, e mais: “[...] integrar as diferentes descobertas da Sociologia em um corpo teórico uniforme e [...] reduzi-las a expressões simbólicas de conotação universal” (p. 25). Baseado na tese apresentada por Lakatos e Marconi (1990) surgiu a pergunta: O ensino de sociologia ou sociologia da comunicação será mais proficiente se os discentes iniciarem seus estudos pela sociologia geral?

A transmissão de informação está cercada de responsabilidades distintas, inclusive compromisso com a veracidade dos fatos. Como toda profissão, a prática jornalística tem um código de ética que prima pelo direito da sociedade de ter acesso a informações verídicas. As informações são comunicações trocadas entre indivíduos podendo ser horizontais ou verticais. Nas comunicações horizontais os fatos talvez não sejam verazes, podem referir-se a conversações diárias, às interações que as pessoas fazem entre si, não são produtos do mercado de bens simbólicos, entretanto, nas comunicações verticais há de se ter muitos cuidados porque as mensagens podem assumir diferentes caracteres, em detrimento da verdade, e/ou interesses da sociedade, requisitos da ética profissional.

As formas de interação entre indivíduo e sociedade perpassam pela comunicação nas suas diversas formas. O estudo de sociologia faz parte de um dos níveis do conhecimento, o superorgânico, que se debruça sobre as interações que o indivíduo faz

⁴Ainda na escrita desta dissertação foi feita uma abrangente reforma do ensino médio, a qual coloca a sociologia no conjunto de disciplinas de humanidades, facultando às instituições, a oferta da sociologia. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 elimina o ensino de sociologia. Artigo 36&4.

com o meio por meio da “linguagem, religião, filosofia, ciência, tecnologia, ética, usos e costumes e outros aspectos culturais e da organização social” (LAKATOS E MARCONI, 1990, p. 20). Defendeu-se assim estudos mais aprofundados sobre o ensino da sociologia no curso de comunicação e jornalismo tendo em vista as diferentes conexões existentes entre essas disciplinas e as diversas especialidades do saber científico e as possibilidades de sensibilização que o estudo das três áreas das ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia) pode prover ao profissional de comunicação e jornalismo.

Centrando a pesquisa na eficiência do ensino de sociologia⁵, se apresentou como objetivo geral investigar as metodologias de ensino de sociologia nos cursos de comunicação e jornalismo, inicialmente nos que são oferecidos na Universidade Federal do Tocantins e Universidade de Brasília e nas universidades portuguesas da Beira Interior, Coimbra e Minho signatárias do Processo de Bolonha, a fim de estabelecer futuros parâmetros metodológicos para o ensino de sociologia; e a sua ausência na Universidade Federal da Bahia, para descobrir como os conteúdos teóricos de base sociológica eram supridos. A escolha inicial das universidades brasileiras em três regiões diferentes do país se deveu às suas características. A UFBA é uma das universidades mais antigas do país, e a história do curso de comunicação da UFBA, detalhada no capítulo 3, é uma história de lutas. Além da história da universidade e da FACOM, estudar sobre o processo de Bolonha na tese de Porto Jr. (2012) e artigos do ex-reitor Naomar de Almeida Filho que implantou os bacharelados interdisciplinares na universidade, guardando semelhanças com o Processo de Bolonha, atiçaram a curiosidade da pesquisadora sobre as mudanças no ensino que Bolonha provocou em Portugal. Acrescente-se a essas características o fato de a universidade não oferecer a disciplina sociologia na matriz curricular do curso de comunicação. Esse desvio no esperado em uma pesquisa desse tipo, do ponto de vista da pesquisadora ofereceria pontos de vista diferentes sobre a disciplina (ou não). A escolha da UnB aconteceu por três motivos básicos: a universidade ter um curso de jornalismo prestigiado, estar fixada na capital do país e com possível acesso a informações privilegiadas e oferecer a disciplina sociologia no curso de comunicação. Quanto a UFT, dois fatores foram cruciais para a escolha da universidade: estar localizada no estado mais jovem do país e ser uma universidade muito jovem. A pesquisadora

⁵ Ao longo do texto sociologia como parte de uma das três áreas das ciências sociais, que engloba também a antropologia e a ciência política.

considerou estes dois fatores importantes e os atrelou também à sabida presença de docentes do curso de comunicação de diferentes pontos do Brasil, os quais confeririam características muito peculiares ao curso e poderiam apreender a docência de formas variadas. Todavia, apenas o campo diria se as escolhas seriam adequadas ou não.

A escolha das universidades portuguesas Beira Interior, Coimbra e Minho se deu, primeiro, no caso da universidade de Coimbra por sua história e por fazer parte da história do Brasil e Portugal, e juntas, as universidades da Beira Interior, de Coimbra e do Minho foram escolhidas ad hoc. Da leitura da tese de Porto Filho (2012) a pesquisadora já sabia a quem procurar para futuras entrevistas e onde procurar, caso o projeto lograsse êxito.

Contudo, ir a campo é uma atividade desafiadora considerando-se que o pesquisador pode ser surpreendido com o imprevisto. Ir a campo em outro país redobra o desafio pois adiciona-se ao imprevisto, o desconhecido. No caso da Universidade de Brasília, desencontros desfavoreceram a pesquisa pretendida, inviabilizando a autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Também, a impossibilidade de contato na Universidade de Coimbra com a docente da cadeira de sociologia obrigou a pesquisadora a excluir essa universidade.

Todavia, imprevistos como os descritos foram contornados pela rede de pesquisadores provida pela Universidade Federal do Tocantins, por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE⁶, que devido a convênios e intercâmbios com as universidades portuguesas, viabilizou o encontro entre a pesquisadora e docentes portugueses. Esses felizes contatos com os docentes das universidades Católica Portuguesa, de Lisboa e Nova de Lisboa⁷, além dos contatos confirmados com as universidades brasileiras, UFBA e UFT, e as universidades portuguesas da Beira Interior e Minho, supriram além de qualquer expectativa, as demandas dessa pesquisa, optando-se por contatar um docente de cada universidade portuguesa, isto é, Beira Interior, Católica Portuguesa, de Lisboa, Minho e Nova de Lisboa, para ampliar a variação dos resultados (MARCONI e LAKATOS, 2010;

⁶ O leitor encontrará informações detalhadas sobre o OPAJE na página 87.

⁷ Com relação à rede social provida pelo OPAJE, o Prof. Dr. Gilson Pôrto, orientador da pesquisadora, incentivou a participação em dois eventos internacionais que aconteceram em Lisboa e Viseu, o XV Congresso IBERCOM, na Universidade Católica Portuguesa e o X Congresso da SOPCOM em Viseu. Os dois eventos aproximaram a pesquisadora dos docentes das Universidades Católica e de Lisboa. O contato com o docente da Nova foi possível pelas parcerias que o orientador mantinha com docentes da universidade.

DUARTE, 2005). Só à guisa de comparação, em Portugal há 25 universidades e institutos que oferecem cursos de comunicação e jornalismo, sendo que 11 desses estabelecimentos de ensino estão em Lisboa. Em termos percentuais isso significa que nessa pesquisa foi possível contatar 20% dos estabelecimentos de ensino de jornalismo no país.

Optou-se por seguir um caminho de pesquisa sinuoso, ou seja, ao invés de pesquisar exclusivamente professores de sociologia, obviamente teóricos, a pesquisadora decidiu pela inclusão de professores de disciplinas técnicas das universidades brasileiras, defendendo assim a polifonia do discurso (BAKHTIN e BEZERRA, 2005). Apenas teve a preocupação de esses docentes terem tido contato com as ciências sociais nos cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado, consultando os currículos na plataforma lattes. A preocupação se deveu ao desejo de conhecer a aplicabilidade das ciências sociais em disciplinas técnicas, por docentes oriundos de outros cursos. Espera-se que esse estudo desperte reflexões acerca da necessidade de inovação no ensino que a emergência das TICS apresenta à universidade e, por extensão, ao seu cliente que no exercício do jornalismo necessitará de conhecimentos interdisciplinares. O leitor verificará que os docentes entendem unanimemente que a inserção de conhecimentos sociológicos aos estudos de comunicações é imprescindível para a compreensão e explicação da realidade. Verá ainda que mesmo em disciplinas técnicas o uso de bibliografia das ciências sociais é corriqueiro. A pesquisa revela que o estudo das teorias sociológicas capitaliza culturalmente o estudante de comunicação e jornalismo.

A interdisciplinaridade entre as sociologias e demais disciplinas do curso pode ser uma das soluções para o apreender do objetivo da disciplina sociologia, tendo em vista a tendência de privilegiar-se a técnica como se apenas ela fosse capaz de desemaranhar as teias de significados que acompanham as comunicações humanas. O trabalho jornalístico, principalmente o investigativo, apresenta características etnográficas por envolver pessoas, lugares e culturas diversas em um permanente contato com informantes, que é uma das aplicações da antropologia; requer conhecimento aprofundado sobre as formas de governo e suas ideologias, o qual pode ser embasado na ciência política, e, para entender as reações da sociedade diante de problemas econômicos, políticos e sociais a sociologia é essencial (NEVEU, 2006). O trabalho do jornalista, especialmente o da área investigativa, de tanto se assemelhar ao trabalho do antropólogo e sociólogo, bebe do método das ciências sociais. Provavelmente, o jornalista será capaz de interpretar a

realidade social com suas contradições, e de forma desenvolve-se a este profissional, a universidade tiver oferecido, pelo menos o ensino de sociologia.

De natureza igual, essa pesquisa voltada para o ensino e nesse caso específico, o ensino de sociologia em cursos de jornalismo e das metodologias adotadas por professores brasileiros e portugueses que lidam com públicos variados, mas que enfrentam desafios semelhantes e de como professores de outras áreas do conhecimento utilizam a disciplina, fortalece as ciências sociais, especialmente a sociologia e sociologia da comunicação. Essa pesquisa comprova a atualidade e viabilidade da disciplina diante de discussões que envolvem o cotidiano e “coincidentemente” são fundamentos da sociologia, como a sociedade, a cultura e o trabalho. As metodologias de ensino utilizadas pelos professores e que serão apresentadas nessa pesquisa confirmam que há espaço para a inserção e ampliação do ensino de sociologia nos cursos de comunicação e jornalismo.

Diante do argumentado e a partir da problematização e objetivo geral foi possível intuir que se os estudantes entendessem a razão do estudo e aplicabilidade da sociologia na comunicação e jornalismo aproveitariam melhor seus estudos. Desse modo, a pesquisa foi norteadada por meio de três objetivos específicos:

O primeiro objetivo proposto foi o de examinar os projetos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo das universidades. A importância da análise dos projetos pedagógicos reside no fato de a metodologia de ensino de um curso estar embasada no projeto pedagógico do curso. Por estar o verbo projetar relacionado com o futuro imaginou-se que os objetivos seriam alcançados. O projeto pedagógico qualifica o curso com suas características institucionais como currículo, corpo docente, técnico-administrativo e, principalmente, as habilidades que serão adquiridas mediante o processo de ensino em si, o que inclui a forma de avaliação e de como se darão os exames de conclusão de curso. Estabelece metas a serem alcançadas pela prática do projeto. As duas universidades brasileiras pesquisadas apresentavam projetos políticos de curso parecidos por seguirem as indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013). Nas semelhanças destaca-se o jornalista como o intérprete da realidade que divulga os resultados da interpretação para o público através de diferentes produtos comunicacionais. As universidades portuguesas nos cursos de licenciatura em ciências da comunicação seguiam o Processo de Bolonha (1999) tendo, portanto, unificado seus projetos pedagógicos (EHEA/EURYDICE, 2015).

O segundo objetivo teve por meta pesquisar os programas da disciplina sociologia ministrada em cursos de comunicação e jornalismo na Universidade Federal do Tocantins e nas universidades portuguesas da Beira Interior, Católica Portuguesa, de Lisboa, Minho e Nova de Lisboa, para verificar se o enfoque dado nos três campos das ciências sociais se devia a especificidades das próprias universidades e se sofreram interferências diretas (pressão de alunos) ou indiretas (sistema midiático). Utilizou-se um método de pesquisa semelhante na Universidade Federal da Bahia, porém focado no conteúdo teórico da matriz curricular, tendo em vista a pesquisa prévia ter revelado a ausência da disciplina sociologia no curso de comunicação. Em pesquisa precedente para este projeto nos programas dos cursos de comunicação e jornalismo nas universidades brasileiras que foram objeto desta pesquisa observou-se variação nas ofertas de disciplinas das ciências sociais. Embora os professores tenham liberdade para criar ementas e escolher bibliografias, Melo (2007) aponta para a tendência de alguns professores terem se acomodado aos modelos de estruturas curriculares que são “sutilmente impostos” pelo Ministério da Educação. Também merece destaque a despadroneização das estruturas curriculares e os conteúdos das disciplinas nos diversos cursos existentes no País, além do distanciamento entre ambos e o mercado de trabalho. Equilibrar teoria e técnica são cuidados necessários porque as empresas de comunicação apresentam demandas que nem sempre têm sido satisfeitas, descompassando o mercado de trabalho para prejuízo do aluno egresso da universidade. As ciências sociais podem suprir os estudantes de conhecimentos básicos que auxiliarão os futuros jornalistas a aplicar os conhecimentos técnicos (MELO, 2007).

Visando alcançar o terceiro objetivo de verificar a metodologia do ensino de sociologia, cruzou-se as bibliografias utilizadas nas universidades com o objetivo de entender as escolhas bibliográficas de autores clássicos e contemporâneos por perceber-se que as opiniões sobre disciplinas curriculares divergiam entre os que defendem o jornalismo clássico, acadêmico e outros que defendem o jornalismo acadêmico, mas com enfoque técnico. Ao que parece, a grande dificuldade das instituições é fazer as disciplinas dialogarem entre si. Conteúdos disciplinares não conseguem preparar os profissionais que enfrentarão mercados multidisciplinares, segundo as diretrizes curriculares nacionais.

Acerca de diretrizes curriculares Melo (2007) recomenda um diálogo contínuo entre a universidade, a indústria jornalística e os sindicatos. Acrescenta que as estruturas curriculares dos cursos de comunicação e jornalismo sejam compostas a partir de três dimensões:

Os **conceitos comunicacionais** que demarcam a identidade do **campo acadêmico** (embasados na teoria da comunicação de massas e na estrutura dos sistemas midiáticos (indústrias/ serviços) e dos respectivos **segmentos ocupacionais** (construídos historicamente pelas corporações e renovados pelas evidências empíricas sistematizadas pela universidade, bem como pelas agências de pesquisa em funcionamento no interior das indústrias midiáticas ou das prestadoras de serviços). 2. Os **processos midiáticos** que configuram a produção, difusão e avaliação dos bens culturais correspondentes a cada **segmento ocupacional**, inclusive as rotinas profissionais, as linguagens, tecnologias, os preceitos legais, os métodos de planejamento e gestão. Mas também os seus instrumentos de retroalimentação, no sentido de manter plena sintonia entre as expectativas do mercado consumidor e as estratégias dos produtores culturais e dos patrocinadores. 3. Os **conteúdos culturais** que dão sentido às mensagens implícitas nos bens simbólicos construídos e/ou difundidos pelas indústrias/serviços midiáticos. Trata-se do domínio de conhecimentos **enciclopédicos** (visão geral da sociedade e dos seus pilares estruturais: história, política, economia, cultura, relações sociais) ou **especializados** (disponíveis no estoque cognitivo das ciências e das artes) (MELO, 2007, p. 25-26).

O cruzamento das metodologias ajudou também nos exames propostos no primeiro objetivo específico, uma vez que o objetivo geral desta pesquisa foi estabelecer futuros parâmetros metodológicos para o ensino de sociologia com o melhor enfoque possível a partir dos resultados das entrevistas, tendo em vista que as três dimensões propostas por Melo (2007) estão presentes nas ciências sociais. Os conceitos comunicacionais embasados na teoria da comunicação de massas são discutidos pela sociologia, os processos midiáticos que englobam a produção, difusão e avaliação de bens culturais é seara da antropologia e os conteúdos culturais são encargos das ciências sociais.

Assim, com os objetivos específicos delimitados e para nortear a pesquisa foram estabelecidas três hipóteses, com o objetivo de responder ao problema. As hipóteses foram testadas pela pesquisa de campo (GIL, 2008). Destaque-se que as hipóteses foram imprescindíveis, como elementos norteadores, no caminhar desta pesquisadora e estabelecidas como seguem:

H1: O ensino da sociologia não se debruça sobre o estabelecimento de verdades ou falsidades, todavia, pode embasar o referencial teórico do estudante ao ajudá-lo a estabelecer, ele próprio, parâmetros de verdade ou falsidade e dos papéis que desempenham para o consumidor do produto jornalístico (FOUCAULT, 1977). A diversidade dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo, em alguns cursos faculta ao estudante o estudo de sociologia. Isso pode anuviar seu critério ético, concorrendo para o falso discurso no jornalismo.

H2: O curso de comunicação e jornalismo habilita o estudante a suprir-se de informações profusamente disponíveis, as quais devem ser analisadas e repassadas em espaços cada vez mais curtos de tempo. O sistema midiático baseado na competitividade administra os conteúdos no sistema *just in time*⁸ induzindo as universidades a priorizarem a técnica jornalística e consequente enxugamento de estruturas curriculares.

H3: A comunicação no século XXI está baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizadas pela velocidade de processamento. O dinamismo que a internet dotou as várias formas de comunicação urge também dinamismo similar no ensino de sociologia que pode ser dinamizado pela substituição de bibliografias *hard* por autores mais contemporâneos que auxiliem no entendimento das grandes questões que se apresentam neste início de século.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve a meta permanente de alcançar os objetivos propostos e afirmar ou refutar as hipóteses levantadas. Assim, o texto foi compartimentado em 5 capítulos. Na introdução, encontra-se o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados e as hipóteses levantadas. O segundo capítulo é técnico, informando os caminhos que a pesquisadora seguiu para chegar aos resultados. A leitora ou leitor dessa dissertação encontrará detalhes como a metodologia adotada, incluindo: o tipo de pesquisa e seu objeto, o campo utilizado para a coleta de dados, o instrumento de pesquisa e como essa pesquisa será devolvida para a população pesquisada. O terceiro capítulo é uma imersão da sociologia no mundo dos media, perambulando pelas teorias da comunicação, cotidiano do jornalista e ensino do jornalismo e formação em jornalismo; da disciplina sociologia e o recorte da sociologia da comunicação. Seguindo o referencial teórico, encontram-se os resultados desse estudo, respondendo aos objetivos específicos e rerepresentando as hipóteses e seus desfechos. As considerações finais, no capítulo cinco fazem um breve retrospecto dos temas desenvolvidos no texto e a perspectiva de futuras revisitações ao tema.

Alcançar os objetivos fixados e testar as hipóteses estabelecidas são os caminhos perseguidos por pesquisadores. Nas ciências sociais, especialmente antropologia e sociologia, o método etnográfico é recorrente por estabelecer o passo a passo do pesquisador em campo, do valor de conhecer o campo através de pesquisas prévias, de

⁸ A expressão *just in time* faz referência ao Toyotismo, na sua forma de gerência de tempo e recursos estritamente necessários à produção. A autora recorre à expressão por supor que as matrizes curriculares das universidades parecem ter sido criadas para atender às exigências do alunado e mercado por cursos de graduação que atendam às suas necessidades em tempo justo.

conviver com os locais, de tentar aprender a língua e apreender os costumes. Evans-Pritchard (1902-1973) continua como referência por suas experiências entre os Nuer, sobre o que fazer e não fazer em campo e, sem incorrer no esquecimento cabe a lembrança de DaMatta (1936-) e a etnografia entre os gaviões e os apinajé, feita em dois tempos, pela inexperiência do pesquisador entre aqueles povos.

Tendo em vista as possibilidades de erros e acertos em pesquisas, o próximo capítulo é uma atualização sobre a metodologia utilizada pela pesquisadora para alcançar os objetivos propostos.

2 METODOLOGIA

O conceito de educação vem do latim *educare* transmitindo a ideia de puxar para fora, de apresentar o mundo ao indivíduo, deixá-lo exercitar a sociologia do imaginário, que “é a relação entre as intimações objetivas e a subjetividade” (MAFFESOLI, 2001, p. 80). O exercício dessa imaginação faz parte do campo jornalístico por serem as notícias o elo entre o dia-a-dia e os diversos acontecimentos da cultura, economia, política e da sociedade como um todo (SILVA, 2010). A educação auxilia a organização do imaginário, através de conceitos que concretizam o abstrato, e assim se deu o contato desta pesquisadora com temas ligados à educação na década de 90, quando começou a trabalhar com docência, e aprofundado no curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Os questionamentos com relação à metodologia do ensino se intensificaram com a experiência como professora substituta de Metodologia do Ensino de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em face da plasticidade e aplicabilidade da sociologia nas diversas áreas do conhecimento, além de a pesquisadora entender que o ensino deve ser indelével e passível de provocar questionamentos e mudanças diante dos vários fenômenos, sociais uma vez que a educação se apresenta como “ação intencional”, que visa trazer à superfície o que há de humano: “[...] estados físicos, intelectuais e morais” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 217).

O desejo de comparar o ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo, que doravante poderá aparecer também com a sigla CJ, foi atizado a partir da licenciatura em ciências sociais no contato com autores que apresentam a mídia como príncipe eletrônico (IANNI, 2003), quarto poder (THOMPSON, 2011) e fração da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), dentre outros autores que discutem o poder que a comunicação, especialmente a partir do avanço das TICS, exerce. A leitura *ad hoc* da tese de Pôrto Junior (2012) sobre o Processo de Bolonha⁹ focada no curso de comunicação social e jornalismo trouxe luz sobre a aposta que universidades pioneiras fizeram no curso de Bacharelado Interdisciplinar – BI, implantado na UFBA em 2009 e em mais de outras

⁹ O Processo de Bolonha ganhou corpo em 1999 quando a Declaração de Bolonha foi assinada por 29 países europeus que se comprometeram a implementar reformas radicais a curto e longo prazo na educação visando unificar os ensinos nos países signatários da Declaração (PÔRTO JUNIOR, 2012).

15 universidades federais brasileiras ao longo dos anos e coincidiu com o desejo da pesquisadora entender o universo do jornalismo. Diante do exposto, esta pesquisa foi projetada como um estudo comparativo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal.

2.1 Percurso metodológico

Como o objetivo geral desta pesquisa foi estabelecer futuros parâmetros metodológicos para o ensino de sociologia em cursos de CJ e se apresentou como possibilidade de resposta para a pergunta levantada na introdução (DEMO, 1995; GIL, 2008), algumas condutas a caracterizaram quanto à natureza - pesquisa básica, e a forma de abordagem predominante - pesquisa qualitativa, conforme o disposto por Silva (2004) no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Características das pesquisas

Quanto à natureza	Pesquisa Básica: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.
Quanto a forma de abordagem	Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc....).
	Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer os usos de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Fonte: Silva (2004, p. 14).

Logo na introdução foi defendido hipoteticamente que o advento da internet urgia dinamismo na ministração de sociologia. Uma vez que essa disciplina componente das ciências sociais dispõe de métodos de abordagem específicos, a forma qualitativa foi

alinhada ao método hipotético-dedutivo para testar as hipóteses levantadas. Remetemos às definições de Lakatos e Marconi (1990) para justificar a escolha conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Método específico das ciências sociais - método de abordagem

Método hipotético-dedutivo	Se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.
----------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Lakatos; Marconi (1990, p. 30-31).

A lacuna percebida remetida ao problema deste projeto foi de que alunos de CJ poderiam aproveitar melhor os estudos de sociologia da comunicação se iniciassem seus estudos pela sociologia geral.

A emergência do uso das TICS no curso de CJ marginalizou disciplinas clássicas como a sociologia. A validade do ensino de disciplinas como essa tem sido questionada por estudantes de CJ que alegam ser a manutenção dessas disciplinas capricho dos docentes, de acordo com a expressão de Teixeira (2012):

Um outro aspecto que ressalta de uma análise individual de cada um dos planos de estudo é a presença de uma elevada carga horária de disciplinas teóricas do campo das Ciências Sociais e Humanas. Que razão poderá estar por trás deste aspecto? Apenas permitir, aos alunos, um maior conhecimento do mundo? Uma necessidade de manter a tradição? Possibilitar o aproveitamento dos recursos humanos existentes, nomeadamente professores, que já são “da casa”, mesmo que de outras áreas (ciências sociais, humanidades, línguas, literaturas, áreas sem alunos), mas que convém manter (TEIXEIRA, 2012, p. 418).

Uma vez que a validade do ensino de sociologia parecia estar sob suspeição entendeu-se que poderia ser proveitoso conduzir essa pesquisa a partir do que Santos (1989) previu como mudança de paradigma entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna da qual resultaria um novo tipo de epistemologia para as ciências sociais. Segundo o autor, o senso comum¹⁰ não deve ser excludente, ao contrário, com a ruptura

¹⁰ Conforme Demo (1995), “senso comum é o conhecimento acrítico, imediatista, crédulo” (Demo, 1995, p. 18).

do paradigma separatista das ciências naturais e sociais, o senso comum passaria a ser considerado como nova via de pesquisa. Isso criaria uma forma de conhecimento porque o senso comum poderia ser transformado embasando-se na ciência. A perspectiva desse novo paradigma, no ensino de sociologia poderia ser a interseção entre conhecimentos clássicos e técnicos, a aplicabilidade técnica da teoria. Essa mudança de paradigma se apresentaria como uma nova abordagem para o ensino de sociologia porque a ciência poderia recorrer ao senso comum para concretizar o conhecimento. Embora desconsiderado do ponto de vista científico o senso comum pode enxergar fenômenos que saltam à vista, mas que passam despercebidos para a comunidade científica. Aproveitar o senso comum não diminuiria a ciência pois a aplicação da teoria seria um salto para a democratização do conhecimento e não sua invalidação (DEMO,1995; SANTOS, 1989).

Esse novo paradigma atualizaria os conceitos prevalecentes para as ciências positivas e para as ciências sociais, a partir das próprias descobertas das ciências positivas. Ainda conforme Santos (1989), os avanços científicos tenderiam a aproximar as duas ciências. Sabe-se que embora as ciências naturais utilizem recursos tecnológicos à larga para embasar suas pesquisas bem mais que as ciências sociais, as duas ciências continuam com objetos teóricos semelhantes, de maneiras que suas diferenças deveriam ser menos relevantes que suas semelhanças (SANTOS, 1989).

A interseção das ciências naturais e das ciências sociais seria esse novo paradigma cuja identificação pode ser possível através de um dos três paradigmas básicos das ciências sociais ou da combinação deles. A bibliografia apresenta três paradigmas básicos para a interpretação da realidade dentro das ciências sociais: paradigma estrutural do consenso, paradigma estrutural do conflito e paradigma interpretativo, os quais estão embasados nas teorias de Durkheim (1858-1917), Marx (1818-1883) e Weber (1864-1920).

O paradigma interpretativo ou sociologia interpretativa ocupa-se da vida diária, de assuntos relativos à natureza das relações sociais, da ordem social, da integração social e coexistência e da solidariedade. Segundo Burrell e Morgan (1982), Wilhelm Dilthey (1833-1911), Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920), Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938) e Alfred Schütz (1899-1959) são os maiores teóricos do paradigma interpretativo nas análises sociais. Como método de procedimento o trabalho foi conduzido a partir do paradigma interpretativo para primeiro, tentar entender os objetivos dos docentes de sociologia e de outras disciplinas dos cursos de CJ ao adotarem as

bibliografias, e segundo, como eles avaliavam a importância das ciências sociais e humanas sob os aspectos: aprendizado e aproveitamento prático. O quadro 3 oferece uma visão do paradigma interpretativo e respectiva epistemologia, metodologia e ontologia.

Quadro 3 - Paradigma Interpretativo

Epistemologia	Metodologia	Ontologia
Diz respeito à natureza do conhecimento: “Em geral, uma técnica para a verificação de um objeto qualquer, ou a disponibilidade ou posse de uma técnica semelhante.”	O modo utilizado pelo pesquisador para investigar a realidade, através de determinados procedimentos: “conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências”.	Trata da visão do mundo, da realidade. É “o estudo de todas as questões que afetam o conhecimento [...]”.

Fonte: Baseado em Abbagnano (2007, p. 174, 669) e MORA (1978, p. 203)

Destarte, a mudança de paradigma pode se apresentar como uma nova abordagem para o ensino de sociologia, a aplicabilidade técnica das ciências sociais ou CISO, através do uso das diversas tecnologias inerentes ao jornalismo.

Partindo do princípio de que a interação entre a teoria e a prática parece ser o melhor tipo de aprendizado, se verificou por meio de um estudo comparativo semelhanças e/ou divergências bibliográficas interessantes entre as universidades, inclusive por terem os cursos de CJ nessas universidades datas de criação distantes e estarem, no caso de as universidades brasileiras em distintas regiões geográficas e na comparação entre os dois grupos (brasileiras e portuguesas), em continentes diferentes (LAKATOS; MARCONI, 1990). Acrescente-se a isto que o estudo comparativo permite conclusões baseadas em fatos, pois: “[...] se dois fenômenos variam, um e outro, da mesma maneira, pode-se e ter a certeza de que nos encontramos em presença de uma lei.” (DURKHEIM, 1985, p. 116). Acredita-se que nesse tipo de realidade a aplicação do paradigma interpretativo concorreu para a compreensão das interações que os indivíduos fazem entre si e os objetos à sua volta dando significados particularizados a essas interações e das apreensões da realidade. A interpretação dos resultados das comparações conduziu a respostas para as hipóteses.

Quando na introdução (p. 14-15) foi informado que houve cruzamento de bibliografia, a autora utilizou o método comparativo nos programas das disciplinas ministradas pelos docentes entrevistados, disponibilizados pelas universidades para, 1) saber que teóricos eram utilizados e 2) que teóricos eram comuns nas disciplinas. Esse método baseou-se no modelo interpretativo. No quadro Paradigma Interpretativo acima,

a análise na metodologia interpretativa acontece a partir de um conjunto de procedimentos “metódicos”. Por isso, para facilitar a análise de bibliografias a pesquisadora criou quadros nas páginas 81-84, com base no teor dos anexos D-G para observar, na UFBA, a recorrência de autores da sociologia nos programas das disciplinas comuns da FACOM, no curso de comunicação para as saídas jornalismo e produção cultural. Ato contínuo, a fim de comparar se mesmo na ausência da disciplina sociologia, os teóricos das ciências sociais eram utilizados nas disciplinas específicas das saídas mencionadas, comparou-se a frequência dessas bibliografias nas disciplinas isoladas. A pesquisadora queria confirmar a suspeita de que a sociologia é presença constante nas disciplinas ofertadas embora não faça parte da matriz curricular da faculdade de comunicação - FACOM.

Quadro 4 - Recorrência de autores da sociologia nos programas de disciplinas teóricas comuns aos cursos de jornalismo e produção cultural

Autor	Número de vezes
BARTHES, R.	1
BENJAMIN, W.	1
BOBBIO, N.	1
BOURDIEU, P.	1
CANCLINI, N. G.	2
CASTELLS, M.	2
FOUCAULT, M.	1
HABERMAS, J.	1
HALL, S.	1
MATTELART, A.	1
WEBER, M.	1
WEFFORT, F.	1

Fonte: autoria própria.

Quadro 5 - Frequência de bibliografias da sociologia nas disciplinas técnica obrigatória do curso de jornalismo

Autor	Número de vezes
CASTELLS, M.	1

Fonte: autoria própria.

Quadro 6 - Frequência de bibliografias da sociologia nas disciplinas técnicas obrigatórias do curso de produção cultural.

Autor	Número de vezes
BOBBIO, N.	1
CANCLINI, N. et alii.	1
CERTEAU, M. DE.	1
CHAUÍ, M.	1
ORTIZ, R.	1
SANTOS, B. DE SOUSA.	1

Fonte: autoria própria.

Os quadros 4, 5 e 6 foram utilizados para demonstrar a aplicação de bibliografias das ciências sociais no curso de comunicação da FACOM/UFBA. Percebe-se que os programas incluem autores clássicos e modernos, o que versatiliza o ensino “subliminar” da antropologia, ciência política e sociologia.

A conduta da pesquisadora quanto às comparações das bibliografias da UFT e as universidades portuguesas foi diferente das utilizadas na UFBA porque essas universidades oferecem a disciplina sociologia ou sociologia da comunicação nos seus cursos. Para a UFT¹¹, a pesquisadora verificou a incidência de autores das ciências sociais nas disciplinas técnicas, conforme o quadro 7.

Quadro 7 - Incidência de autores das ciências sociais nas disciplinas técnicas

Disciplina	Autor	Número de vezes
------------	-------	-----------------

¹¹ De acordo com o quadro 8 abaixo, o leitor entenderá que a autora substituiu o nome da cadeira pelas siglas P II e PIII, para preservar o anonimato das fontes.

Técnica P II	MARTINS, J. de S.	1
Técnica P III	CANCLINI, N. CERTEAU, M. DE	2 1

Fonte: autoria própria.

As universidades portuguesas, como dito, são participantes do Processo de Bolonha, portanto, oferecem a disciplina sociologia e/ou sociologia da comunicação. Curiosamente, como poderá ser verificado nos anexos F e G, não há coincidências bibliográficas. Acontecem mais intercessões entre os programas brasileiros e portugueses do que entre os portugueses em si. A UCP, UL e UMinho não disponibilizam os programas das disciplinas online. A pesquisadora solicitou-os aos docentes, mas não houve retorno.

O passo seguinte desse percurso foi estabelecer como se dariam as pesquisas documental e de campo. Considerando-se que as ações do ator se dão em virtude de sua realidade, a microssociologia¹² pareceu adequada ao paradigma interpretativo pois nela o pesquisador busca conhecer as particularidades do ator, conhecimento que pode ser proporcionado por contatos face a face, nos quais as ações humanas que são repletas de sentidos e fins podem ser interpretadas (ALENCAR, 1999), porém, a macrosociologia¹³ não foi excluída por entender-se que a população pesquisada fazia parte da teia de significados geertziana, ou seja, conhecer as universidades e em alguns casos, entrevistar os docentes nos seus gabinetes, como aconteceu em Portugal, ofereceu à pesquisadora a possibilidade também, de comparar os ambientes de trabalho dos docentes nos dois países e até mesmo, como os docentes e discentes se relacionam, embora ressalte-se que as observações mencionadas não sejam objeto dessa pesquisa. Serviram apenas para autorreflexões.

Pesquisa em ciências sociais requer imaginação sociológica, o exercício de sair dos limites da própria experiência e aventurar-se perambulando por caminhos desconhecidos. A vantagem deste tipo de imaginação é a possibilidade de entender o

¹² Microssociologia: Estudo das relações interpessoais, dos processos sociais, do status e do papel de todas as interações padronizadas (ou não) ocorridas no seio de grupos organizados ou em situações não estruturadas.

¹³ Macrosociologia: Estudo das relações intergrupais, dos padrões abrangentes de organização social e da estrutura social, da comunidade e da sociedade.

público a partir do privado que naquela hora podia se resumir às próprias inquietações de quem ia pesquisar. Para Mills (1982) a imaginação sociológica não é devaneio onírico, é saber utilizar a informação para “desenvolver a razão” e assim estabelecer relações entre o que estiver acontecendo na sociedade e com o próprio indivíduo internamente. Para evitar que as perambulações desviassem o percurso coube estabelecer o tipo de pesquisa, a população que seria pesquisada, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos para a análise dos dados coletados e o cronograma para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

A pesquisa foi exploratória com o objetivo de se estabelecer comparações, além do interesse nos desdobramentos de seu resultado, isto é, que a devolução desta pesquisa para a população pesquisada resulte em ganhos para o ensino de sociologia e de outras disciplinas que bebem das ciências sociais. Quanto à finalidade, Gil (2008) sugere que as pesquisas exploratórias visam ampliar ideias e conceitos que se encontram estabelecidos, modificando-os se necessário a fim de levantar questionamentos a serem pesquisados e desenvolvidos posteriormente. Grosso modo, se pode pensar a pesquisa exploratória no sentido *lato* por permitir desdobramentos e aprofundamentos, como a primeira fase de futuros estudos mais acurados, mais sistematizados. Ser essa pesquisa exploratória é pertinente por outras razões conforme elencado por Gil (2008),

De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (p. 27).

Assim posto, quanto aos procedimentos técnicos, a fim de verificar que tipos de aplicação a sociologia oferece à comunicação e jornalismo foi feita pesquisa documental a qual, embora seja “elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico” e recorra a fontes tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filme, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc., (SILVA, 2004, p. 14,15; FONSECA, 2002), quando associada à pesquisa em fontes de materiais elaborados como livros e artigos científicos localizados em bibliotecas ou sítios eletrônicos, oferece um leque de

informações bem maior do que o pesquisador conseguiria se pesquisasse *in loco*, especialmente se as informações estiverem geograficamente dispersas (como foi o caso desta pesquisa). Independentemente da fonte de informação, impressa ou digital, cabe ao pesquisador analisar criteriosamente os dados coletados e estar disposto a utilizar diversas fontes no intuito de cruzar dados para verificar possíveis incongruências e/ou discordâncias (GIL, 2008; SOUZA; CARRIERI, 2014).

O participante da pesquisa é o foco do estudo e sua delimitação essencial para o progresso dos estudos. Desta forma nesta pesquisa foram utilizados como unidades de análise 10 docentes do curso de CJ das universidades descritas na introdução. A pesquisadora ficou alerta a predileções, julgamentos e conveniências pessoais que pudessem tendê-la para a escolha da população a ser estudada. Para a escolha de quem e de quantas pessoas seriam pesquisadas se levou em consideração por se tratar de pesquisa qualitativa: 1. Docentes sociólogos dos cursos de sociologia de CJ como a população mais informada sobre a metodologia de ensino utilizada e 2. Docentes com mestrado e/ou doutorado em ciências sociais, professores de disciplinas obrigatórias, mas não de sociologia, como aqueles que poderiam validar as informações com outros pontos de vista ou com visões mais críticas ao problema proposto (GERHARDT et al., 2009).

A pesquisadora optou pela substituição dos nomes dos docentes entrevistados pelos nomes das cidades em que lecionam, e quando necessário acrescentou os numerais romanos I, II, III às cidades, indicando mais de um docente. Outro cuidado foi a omissão das cadeiras ocupadas pelos professores em um esforço consciente do anonimato das fontes, evocando um dos princípios éticos da pesquisa em jornalismo. A autora escreveu a letra x (xis) nas falas que poderiam identificar os entrevistados. Nos programas das disciplinas anexos a esse texto o nome da disciplina foi substituído pelo código da disciplina que a autora deu a cada docente, conforme o quadro 08.

Quadro 8 - Identificação dos docentes e disciplinas

Universidade	Docente	Tipo de disciplina
UFBA	Salvador I	técnica S I
UFBA	Salvador II	técnica S II
UFT	Palmas I	teórica P I
UFT	Palmas II	técnica P II

UFT	Palmas III	técnica P III
UBI	Beira Interior	teórica
UCP	Lisboa I	teórica L I
ULISBOA	Lisboa II	teórica L II
UNL	Lisboa III	teórica L III
UMINHO	Minho	teórica

Fonte: autoria própria

Ressalte-se que, embora a população pesquisada pudesse pelo contexto acadêmico apresentar função manifesta¹⁴, própria de instituições de ensino, ou também, apresentar função latente por não serem os respondentes isentos de vícios, a pesquisadora teve a satisfação de conhecer docentes altamente comprometidos com a formação de seus alunos.

Nesse estudo prevaleceu a abordagem qualitativa. A abordagem quantitativa, que traduz em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las poderá ser utilizada em trabalhos futuros. O quadro 9 oferece uma visão mais abrangente dos aspectos analíticos das pesquisas qualitativa e quantitativa, reforçando a pertinência do enfoque qualitativo para esta pesquisa.

Quadro 9- Comparação dos aspectos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa

Aspecto	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Enfoque na interpretação do Objeto	Menor	Maior
Importância do contexto do objeto Pesquisado	Menor	Maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	Menor	Maior
Alcance do estudo no tempo	Instantâneo	Intervalo maior

¹⁴ “Funções Manifestas e Funções Latentes: torna-se evidente que a existência das organizações sociais visa atender a determinadas finalidades. Exemplo: a função da família é ordenar as relações sexuais, atender a reprodução, satisfazer as necessidades econômicas de seus membros e as educacionais, sob a forma de socialização e transmissão de status; a função da escola é educar a população; inclusive no aspecto profissional. Estas finalidades, pretendidas e esperadas das organizações, são denominadas funções manifestas. É evidente que a análise da real atuação das organizações sociais demonstra que, ao realizar suas funções manifestas, muitas vezes a mesma obtém consequências não pretendidas, não esperadas e, inclusive, não reconhecidas, sendo que a maioria dos autores as denomina funções latentes” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 2515)

Quantidade de fontes de dados	Uma	Várias
Ponto de vista do pesquisador	Externo à organização	Interno à organização
Quadro teórico e hipóteses	Definidas rigorosamente	Menos estruturadas

Fonte: Fonseca (2002, p.21).

Acompanhando a abordagem qualitativa, a presente pesquisa foi exploratória entre docentes de CJ através de entrevistas semiestruturadas, com modelo presente no apêndice A, devidamente autorizadas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme o Anexo A e registradas por meio de gravação e transcritas, de acordo com os procedimentos próprios de entrevistas em profundidade. Esse formato de entrevista pode ser utilizado em campos como o jornalístico quando são necessárias pesquisas etnográficas ou observação participante (TUCHMAN,1999). O anexo I é a folha de aprovação de projeto do comitê de ética em pesquisa com seres humanos emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFT, número de CAAE: 68537917.8.0000.5519.

As entrevistas com os docentes foram individuais, sendo oito delas presenciais e nas próprias universidades; as outras duas entrevistas foram via *Skype* com recepção na residência da pesquisadora. Os contatos iniciais entre a pesquisadora e os professores aconteceram pessoalmente ou através de *e-mails*, os quais possibilitaram o agendamento das entrevistas.

Se o ofício do antropólogo ou sociólogo é ver, ouvir e escrever, a pesquisa qualitativa aliada à entrevista semiestruturada pareceram ideais. A entrevista semiestruturada apresenta características *sui generis* por apresentar questões abertas sem respostas padronizadas, dar vazão a espontaneidade do entrevistado e por oferecer questionamentos que provocam outros questionamentos tanto no entrevistado quanto no entrevistador. A tônica desse tipo de entrevista é sua flexibilidade (OLIVEIRA, 2006; HAGUETTE, 1987), todavia os entrevistados não podem ser vistos como meros depositários das informações que o pesquisador deseja obter. O pesquisador deve estar consciente dos reais objetivos da pesquisa e para isso o roteiro prévio da entrevista, presente no apêndice A, foi elaborado para evitar perdas (FLICK, 2009).

As entrevistas forneceram informações que satisfizeram os objetivos propostos. Portanto, para interpretação, os resultados foram agrupados em dois blocos principais: a

crítica quanto a grande concentração de matérias teóricas no curso de comunicação, e a defesa de um bom embasamento teórico que poderia ajudar o futuro jornalista no desempenho da profissão. A autora utilizou as falas recorrentes como marcadores para comparar as respostas. Buscou-se nas entrevistas as respostas dadas aos grupos metodologia de ensino, inserção da sociologia nas disciplinas técnicas e importância do capital cultural, tendo em vista a responsabilidade do jornalista com as análises de notícias.

Uma perda quase irreparável para uma pesquisa voltada para o ensino, por sua inerente plasticidade, seria o desfoque do proposto. Por exemplo, uma pesquisa como essa voltada para o ensino de sociologia em cursos de comunicação, poderia perder seu principal foco, que é o “produto” final da instituição de ensino - o jornalista ou produtor cultural. Dois perigos iminentes poderiam ser: primeiro, a pesquisadora enveredar por temas análogos aos utilizados pela propaganda, uma vez que o jornalista adquire habilidades para suprir a demanda do mercado por *marketing*, publicidade e propaganda, e segundo querer responder apenas à base de teorias sociológicas às perguntas quem diz o quê, através de que canal, a quem e com que efeitos; porque conforme Esteves (2016, p. 341), Lasswell constatou que pesquisas voltadas para o processo da comunicação costumam girar em torno dessas perguntas.

A revisão teórica se apresenta, portanto, como ferramenta chave na conceituação de temas comunicacionais, com recortes ad hoc que podem ser respondidos pela sociologia da comunicação e sociologia do jornalismo, tentativa do próximo capítulo.

3 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UMA VISITA DA SOCIOLOGIA

[...] a sociologia evoca a existência de um mundo culturalmente construído que se choca contra um limite: como falar de regras deste novo mundo sem endurecê-lo, sem lhe dar a pregnância do que é óbvio?
(MAIGRET, 2010, p. 359).

Falar de sociologia da comunicação talvez pareça à primeira vista uma fuga do tema proposto para a pesquisa, que é o ensino de sociologia da comunicação, contudo, ao investigar a sociologia da comunicação a relação entre os dois campos, sociologia e jornalismo fica mais evidente. A sociologia da comunicação busca entender o reagir do indivíduo de diferentes formas às várias comunicações a que é exposto, das comunicações serem feitas da forma que são e muito importante, o leitmotiv dos media, a ética e o *ethos* da profissão.

Além dos assuntos relacionados aos media¹⁵ e receptores, a sociologia da comunicação penetra no mundo do trabalho mediático, inquirendo acerca de sua precarização, usos e “abusos” das TICS, e transformações do mercado diante da extinção gradativa do jornal impresso.

Contrariando a tendência de esvaziamento em alguns cursos universitários tanto no Brasil como em Portugal, o curso de comunicação e jornalismo ainda é bastante requisitado, inclusive por sua plasticidade ao reinventar-se nas especializações. Áreas imprevisas de trabalho jornalístico como o de assessor de imprensa de jogador de futebol se tornou realidade na bilionária indústria esportiva.

O ensino de sociologia da comunicação oferece ao futuro jornalista a oportunidade de conhecer a história do jornalismo desde a sua origem, do uso da ideologia no mercado de bens simbólicos, e da indústria cultural, dentre outros assuntos, que afetam o consumidor da informação e entretenimento.

Apresentar referenciais teóricos da sociologia e sociologia da comunicação, visa embasar esta discussão sobre a formação em comunicação e jornalismo, apesar da lacuna

¹⁵ Nesse trabalho “media”, refere-se aos comunicólogos que exercem atividades nas diversas mídias. O termo é comumente utilizado por autores portugueses para designar os jornalistas.

no estado da arte sobre o ensino de sociologia e sociologia da comunicação. Como poderá ser verificado o jornalismo e a sociologia são áreas do conhecimento bastante imbricadas, e por isso contemplam-se autores da sociologia e do jornalismo.

3.1 Sociologia da comunicação

As interações sociais são facultadas pela linguagem, dando à comunicação a classificação de indispensável nas relações humanas. Ao passo que as sociedades foram se tornando mais complexas com o aumento de religiões, formas de educação e ideologias, pluralismos culturais descentralizaram as cosmovisões¹⁶ e paulatinamente dessacralizaram a vida política. Nesse contexto, compreender o papel da comunicação nas interações sociais se tornou premente, à medida que a comunicação como uma das facetas constituinte das interações sociais foi ganhando corpo entre “os indivíduos, as instituições e as organizações sociais”, primeiro, como “um objeto de reflexão sistemática” e depois “como um princípio explicativo dos próprios fenômenos humanos e sociais [...]” (ESTEVES, 2016, p. 18-19).

Dentre outras ciências humanas como a psicologia, a filosofia e a antropologia, a sociologia se ocupou em compreender o papel da comunicação na construção da sociabilidade em suas várias formas, e do papel da comunicação na formação e estruturação da sociedade diante das tecnologias que, segundo Allgöwer (2016), as quatro Revoluções Industriais disponibilizaram. A sociologia da comunicação busca entender a sociedade “na perspectiva da comunicação” (ALLGÖWER, 2016; ESTEVES, 2016, p. 25), que está presente em todos os níveis de integração dando-lhes, em palavras de Esteves (2016), “um certo grau de homogeneidade”, permitindo, sob essa óptica, caracterizar a epistemologia da comunicação como um estudo globalizante de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade causado, além de outros fatores, pela dependência que a comunicação tem do coletivo. Esteves (2016) teoriza que na comunicação, o todo se sobrepõe às partes. Um enunciado, para o autor, não se estabelece por si só, porém, na presença de “um dado discurso - em que diversos enunciados se

¹⁶ “Forma específica de perceber e conceber o mundo natural, social e espiritual. Cada cultura tem sua cosmovisão” (CAMPO, 2008, p. 48).

inscrevem” (p. 45-46). A comunicação frutifica na pluralidade e nessa perspectiva os media desempenham um papel chave.

As primeiras inquirições sobre os efeitos sociais da comunicação dos media se deram a partir da teoria dos “efeitos totais” ou “hipodérmica”, teoria que apreende em seu sentido o poder de penetração das mensagens dos media na sociedade, indivíduos/destinatários das mensagens, quando ainda não havia estudos sobre a recepção. Acrescente-se à teoria a habilidade dos media de “incutirem” as mensagens, ou influenciarem diretamente as atitudes e ações dos indivíduos, conforme Esteves (2016), “em uma dada sociedade”; habilidade sofisticada pela propaganda, que intermediada pelas tecnologias que o progresso científico foi disponibilizando desde a primeira Revolução Industrial, pôde, através dos meios de comunicação atingir grandes audiências. O final da década de 40 testemunhou avanços importantes nas técnicas de comunicação quando o austríaco Paul Lazarsfeld (1901-1976) radicado nos Estados Unidos estabeleceu o convênio universidade, Fundação Rockefeller e empresas de comunicação (ESTEVES, 2007, nota 4, p. 80; WOLF, 2012; MATTELART; MATTELART, 2013; BELTRÃO; QUIRINO, 1986; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003; TEMER; NERY, 2009).

O alto poder de persuasão da propaganda, inclusive a de guerra, levantou temores quanto a seus usos e efeitos, uma vez que as lembranças das duas Grandes Guerras Mundiais e a pré-disposição de alguns governos para sistemas autoritários e totalitários rondavam o imaginário, e acrescente-se também as possibilidades de manipulação que poderiam estar à disposição de diferentes poderes, inclusive dos media. Nesse cenário, o estudo dos efeitos do poder da comunicação era inadiável.

Fez-se, então, uma analogia entre a velocidade dos efeitos das mensagens dos media sobre os indivíduos, a partir da *bullet theory*, segunda a qual, a mensagem seria como um projétil, que se desloca em alta velocidade em direção ao alvo/ indivíduo. Reiterando a extensão dos efeitos das mensagens, inclusive das propagandas, encontra-se em Esteves (2016) a agudeza de espírito de Lasswell (1902-1978) que nos idos de 1927 via a propaganda como “um dos instrumentos mais poderosos do mundo moderno” (ESTEVES, 2016, p. 336; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Como método de investigação dos efeitos da propaganda, Lasswell defendia o uso das perguntas (quem diz o quê, através de que canal, a quem e com que efeitos) e foi esse método que favoreceu o desenvolvimento das pesquisas (análises compartimentadas) na

área da comunicação como: análise de controle, para aqueles que estudam o emissor da mensagem, os fatores que produzem o ato da comunicação; análise de conteúdo, para o estudo do que é dito; análise dos meios, para o estudo dos meios de comunicação; análise de audiência, se se quiser estudar como os indivíduos são atingidos pelos meios de comunicação e finalmente, a análise de efeitos para analisar o impacto da mensagem sobre os indivíduos (ESTEVES, 2016, p. 341; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Analisar os efeitos sociais da comunicação dos media justificou a criação da sociologia da comunicação que se debruça sobre os efeitos da comunicação “a nível da vida colectiva e da organização das sociedades - ou comunidades humanas”, a comunicação associada aos meios de massa ou especificamente à comunicação social. Esse recorte, para Esteves (2016), deixou de fora discussões importantes que Erving Goffman (1922-1982) teve a preocupação de levantar em torno das diversas formas de comunicação “interpessoal – a sua diversidade, modos de estruturação, significado social, etc.” (ESTEVES, 2016, p. 471).

Apontaram-se, em parágrafo anterior, os sobressaltos que as duas Grandes Guerras Mundiais ainda causavam nas pessoas, e acresçam-se às grandes Guerras, a Depressão de 1929, que afetou drasticamente a economia americana e europeia, ainda combatida pela Primeira Guerra e também a Revolução Russa de 1917 que modificou o Leste europeu. Nesse contexto histórico e “caótico”, a comunicação e suas tecnologias como a imprensa de massa, o cinema, o rádio e a incipiente televisão aparecem como áugures. Essas tecnologias e as mensagens que transmitiam “assumiram” carácter místico, para os destinatários, como se tivessem algum controle sobre o desenrolar dos acontecimentos.

A forte pressão social que os meios de comunicação passaram a sofrer intrigou os pioneiros em estudos de comunicação, incluindo a sociologia. Acerca dos efeitos dos media deduz-se que a propaganda se tornou o principal instrumento dos meios de comunicação em massa. Ainda, na comunidade acadêmica havia um misto de temor e admiração por todo o poder que as novas tecnologias punham ao alcance do homem, embora a ciência tenha sonhado com a vanguarda no seu uso e domínio (ESTEVES, 2016; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

As pesquisas sobre os efeitos da comunicação guardariam outra surpresa. A teoria dos efeitos totais apresentada no terceiro parágrafo não foi corroborada no aspecto recepção. A audiência não aceitava passivamente as mensagens recebidas, reagiam às

mesmas se deixando expor ou não. Sobre a surpresa provocada pela audiência, diz-se que ao impacto da bala - bullet, a audiência recusava-se a cair ou então reagia de maneira contrária ao almejado pelos media (ESTEVEES, 2016, p. 479). A audiência demonstrou que ainda continua independente, apenas para exemplificar, nas últimas eleições presidenciais americanas (2016), cujo candidato eleito contrariando as estimativas dos veículos de informação, venceu a democrata Hillary Clinton.

Um auxílio precioso dos media é o grupo chamado de líderes de opinião, porque suas relações são mais achegadas. A propaganda utiliza essas lideranças com frequência por sabê-las capazes de persuadir os receptores. Esses líderes carismáticos presentes nos esportes, *show bis*, *blogs* e setores conservadores da esfera pública, têm alto poder de convencimento, sendo, portanto, utilizados à larga pela indústria de consumo. Um exemplo típico do uso dessas lideranças pela propaganda é o que se perpetua desde a coroação da rainha da Inglaterra e permanece com a família real, especialmente depois da presença marcante da falecida Lady Di e de suas desventuras (WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

À homogeneidade da sociedade de massa outrora existente apresentaram-se grupos heterogêneos presentes nas instituições, organizações e grupos sociais e esses, enquanto destinatários das mensagens dos media precisam ser convencidos, especialmente nos setores socioeconômicos mais elevados porque neles as informações são propagadas mais amplamente por fatores como maior cognição e acesso aos meios de informação providos pelas tecnologias.

As teorias mais importantes para o estudo da sociologia da comunicação, conforme Esteves (2016) surgiram nos últimos anos. São elas: “a teoria de *agenda-setting*, a teoria da tematização, os estudos do *newsmaking*, a teoria do diferencial cognitivo e uma teoria crítica dos media e dos seus efeitos [...]” (ESTEVEES, 2016, p. 492; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003). É possível, no quadro 10 abaixo, visualizar as teorias e suas definições.

Quadro 10- As teorias mais importantes da sociologia da comunicação

Teoria	Definição
<i>Agenda-setting</i>	Os media definem uma orientação cognitiva essencial dos indivíduos (no que respeita à forma de condução de sua atenção relativamente a determinados temas ou assunto).
Tematização	O poder de determinar o alinhamento da agenda-setting e tematização: uma hierarquização dos assuntos a nível da agenda pública em conformidade com a importância atribuída a esses mesmos pela agenda dos media.

Estudos do <i>newsmaking</i>	Estuda essencialmente o processo de construção das notícias.
Diferencial cognitivo	Surge na “hipótese do distanciamento” sob a forma de uma discussão sobre o papel do conhecimento como mecanismo de controle social.
Crítica dos media	São as próprias autonomia e razão de ser do espaço público que podem ser postas em questão, como resultado da estreita relação que este hoje em dia estabelece com os media.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Esteves (2016, p. 284 e 492-493).

Considerando-se a comunicação como um princípio explicativo dos próprios fenômenos humanos e sociais cabe refletir sobre o que é dito sobre a comunicação direcionada à massa ou comunicação de massa, lembrando que esse tipo de comunicação por ser unidirecional ainda é o tipo desejado pelos comunicadores formadores de opinião e daqueles que intencionam tomadas de decisão (WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003). Nesse formato, só há comunicação se a mensagem emitida for compatível com a mensagem recebida, isto é, o emissor deve ser suficientemente hábil para motivar o receptor a aceitar a mensagem tal qual ela foi emitida.

No rol de mensagens propagadas pela mídia estão as de caráter sociopolítico, as que tratam de relações sociais e as condutas do indivíduo na sociedade, mas que difundem o conteúdo político da situação.

A subjetividade dos efeitos da informação sobre o indivíduo parece imensurável, todavia Elisabeth Noelle-Neumann (1916-2010) conseguiu “avaliar” o impacto da interferência dos meios de comunicação no espaço social, quando na década de 60 na Alemanha, a publicação da intenção de voto nas eleições federais, favoreceu os democratas cristãos. A cientista política denominou de “espiral do silêncio”, o efeito de o indivíduo abandonar sua opinião sobre questões políticas, em função do que a maioria corrente defende. Maigret (2010), sintetiza a teoria de Noelle-Neumann como “*band wagon*” pegar o bonde, quando, ao reagir desta forma o indivíduo, por medo do isolamento abandona suas convicções. Se nesse caso aplicar-se a teoria das elites, os comunicólogos, ao limitarem o senso crítico da maioria através de informações tendenciosas, apresentam-se como a tirania da minoria, que através da mídia propagam o que o público, a massa não deve pensar, considerando-se ainda a reificação da teoria de que apenas os mais instruídos na sociedade são capazes de emitir opiniões sobre assuntos políticos, econômicos e culturais (MAIGRET, 2010, p. 311-313; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Descrita apenas sob o ponto de vista etnográfico, a massa é uma grande extensão de pessoas, de diferentes classes sociais baixas, dispersa e socialmente desestruturada, caracterizada por sua heterogeneidade.

O período histórico dos primeiros aparecimentos da esfera pública e dos grupos elite e massa é o da Revolução Burguesa, nos séculos XVII na Inglaterra e XVIII na França. Fatores como a expansão do comércio e da indústria, a urbanização, a independência da burguesia dos modismos da aristocracia, a expansão da alfabetização e aumento do grupo leitor feminino formaram um público que passou a ser levado em conta. Frise-se que esse público oriundo da burguesia concorreu para o aparecimento do artista, inclusive do escritor, conforme observado por Cohn (2014). Nessa fase, tanto na França quanto na Inglaterra, o artista também era produtor cultural, ele mesmo responsável pela distribuição do material literário produzido pelas classes mais baixas da sociedade, os quais tinham ampla penetração entre elas. A literatura inglesa tinha caráter político, mas popular. Neste fervilhar literário as classes alta e baixa tinham acesso a diferentes conteúdos culturais, os quais seriam absorvidos pela “ordem social capitalista” a qual se tornaria “cultura de massa”. Nesse ínterim aparece o jornal, que Benjamin (1842-1940) lhe imputa a capacidade de isolar os acontecimentos da experiência do leitor por sua característica de apresentar “novidade, concisão, inteligibilidade e sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra”, além do fato de o jornal ser impresso em grandes tiragens, o que anulava qualquer capacidade humana de informar concomitantemente tantas pessoas (BENJAMIN, 1989, p. 106-107). O século XIX encontra uma multidão ávida por livros. “A multidão – nenhum tema se impôs com maior autoridade aos literatos do século XIX – começava a se articular como público em amplas camadas sociais, na qual a leitura havia se tornado hábito. [...] O autor de maior êxito do século acedeu a esta exigência por imposição íntima. Multidão significava para ele a multidão de clientes, do público, quase no sentido da antiguidade clássica. Hugo é o primeiro a dirigir-se à multidão, em títulos como: Os Miseráveis, os Trabalhadores do Mar. E foi o único na França a competir com o romance de folhetim” (BENJAMIN, 1989, p. 114).

A profusão de novas formas de leitura como jornal, periódico ou revista, folhetim e romance marca o advento da “niveleção cultural” que no século XX nivelou culturalmente aristocratas e burgueses. Esse fenômeno que seria conhecido como “cultura de massa” favoreceu a assimilação da burguesia pela aristocracia que adotou, conforme Cohn (2014) determinados aspectos da visão de mundo burguês, formando com a burguesia uma classe cultural uniforme, fortalecendo assim o público leitor, dando início

a participação da nobreza nos negócios burgueses. Desta forma, o acesso da burguesia à aristocracia se daria pela “posse de uma mesma cultura e da solidariedade dos componentes numa determinada mentalidade” (COHN, 2014, p. 72-73).

A descrição etnográfica aparece com conotação negativa e conservadora, remontando ao século XIX ainda como legado do pensamento político conservador contra a Revolução Francesa, que alçou a burguesia a patamar social elevado diante da decadente aristocracia. Conforme Cohn, o *Economist* de Londres, referindo-se à burguesia, dizia-a “proletária, ignorante, grosseira, estúpida, perpetradora contra a habilidade, a ciência, a disciplina, as capacidades intelectuais e as qualidades morais das camadas médias e superiores da sociedade” (COHN, 2014, p. 30). Vê-se, assim, que o conceito está envolto em estereótipos desde sua emergência e se prolongaria durante o século XX.

No pensamento político moderno, massa designa a grande maioria da população, e a minoria, detentora de deferência, renda e segurança classifica-se de elite; conhecida como “uma minoria organizada que, graças à superioridade intrínseca dos seus componentes, exerce dominação legítima sobre uma minoria não organizada: a massa” (COHN, 2014, p. 41; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003). A dominação exercida pela elite é fruto da manipulação da massa por meios como a comunicação e a opinião pública que se dá no contexto de auto descrédito da massa que outorga ao poder político, constituído pela elite, a interpretação da realidade. Entendendo-se que público, nesse contexto está designando um conjunto de cidadãos, detentores de deferência, renda e segurança percebe-se que a opinião pública não flui da massa.

Admitindo-se, então, que a opinião pública não flui da massa, que papel a comunicação assume na perpetuação dessa dicotomia social? Ser a comunicação qualificada como de massa denuncia a presença de conteúdo ideológico, com menu comunicacional encomendado a comunicólogos que trabalham para a indústria cultural, com o *mainstream* de ideologizar a massa. Nesse aspecto, não apenas a cultura, mas também as informações podem ser produzidas ad hoc para alienar os consumidores, ainda assim, o papel da imprensa como guardião da sociedade, *watchdog of society*, por sua vigilância contra abusos do poder é irrefutável (WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Jeremy Bentham (1748-1832) reconhecia a importância da opinião pública e entendia que a imprensa era a instituição que por excelência poderia “coibir o arbítrio do poder” contudo, via na opinião pública uma “forma de controle social à disposição dos detentores do poder”, remetendo à análise hegeliana, da opinião pública “como uma

forma, subordinada a uma instância superior e organizada por ela, de expressão de interesses privados inerentemente instáveis e suscetíveis de controle e manipulação.” (COHN, 2014, p. 56-57, 60).

Cohn retoma a classificação do pensamento político moderno para massa e elite. Argumenta que a classificação foi criada pela classe que tem se perpetuado no poder: a elite. A preocupação com a origem da classificação reside na aceitação “irrefutável” de tal conceito pela massa. A interiorização de conceitos negativos e/ou resignação como é o da massa pode ser verificada no cancionário da música popular brasileira, em letra de Portugal e Sodré¹⁷ (1980), cujo LP - *long play*, vendeu mais de cem mil cópias, bem lucrativo para a indústria cultural de uma massa que passa fome, de uma mulher que é beliscada, mas de uma massa que continua cantando e dançando suas mazelas.

Sem desprezar o poder de persuasão dos media (e da comunicação), ainda assim, para Martín-Barbero (1997) o público, a massa, não é receptor passivo de informações, ele estabelece conexões entre seus saberes e as mensagens recebidas, tornando-se também, produtor de significações,

Na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. O desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação, na cultura (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287).

As dimensões da apreensão das comunicações midiáticas excedem o modelo de comunicação unidirecional, requerendo estudos que abranjam outros contextos de dispersão da comunicação. O campo de interesse centra na forma de recepção da comunicação, o qual pode, inclusive, minimizar a influência da mídia, diminuindo o impacto de conceitos como “cultura de massa” e “sociedade de massa” (WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003). Partindo dessa perspectiva, o indivíduo tem agência e decide que tipo de mensagem quer receber, demonstrando capacidade de resistência a manobras ideológicas. Entende-se que a comunicação acontece em interações que o sujeito faz com o ambiente, de conversações, e de relações

¹⁷ Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/raimundo-sodre/460163/>>. Acesso 11 dez. 2017.

interpessoais a partir do que confere significados às mensagens propagadas pela mídia, destarte, enquanto agente, o indivíduo produz significações.

Reconhece-se que as mídias, sem relegar a agência do receptor, produzem efeitos concretos em forma de informações e por sua personalidade não é imparcial. As mediações resultam na recepção da notícia pelo indivíduo, como produto da “multiplicidade interna e externa” que habilita o receptor a “estabilizar objetos ditos técnicos, definições de situação e representações”. Isso explica a “mágica” dos meios de comunicação em produzir diferentes efeitos no consumidor, como objetos segmentados que se complementam (MAIGRET, 2010).

A mídia pode ser oferecida sob as dimensões técnica, simbólica e sociopolítica com o objetivo de adequar as mensagens. Breton e Proulx (2002) entendem que, a “dimensão técnica” diz respeito aos efeitos sobre os sentidos da visão, audição e tato que a introdução de determinada mídia provoca no receptor da mensagem, podendo inclusive alterar as formas próprias de percepção daquela cultura, “a civilização da imprensa teria, por exemplo, contribuído para sujeitar nossas percepções ao sentido da visão e atrofiando a audição e o tato -, criando com isso uma forma de desequilíbrio entre os sentidos nessa cultura [...]”. A “dimensão simbólica”, de caráter ideológico, é a inserção sistemática da mídia na cultura, de maneira que os indivíduos passam a construir a vida cotidiana a partir dos quadros disponibilizados pela mídia. Nessa dimensão, “em última análise, são as relações sociais de dominação em atividade na produção e na difusão culturais que estão em jogo”. Seguindo também a linha ideológica, a dimensão sociopolítica relaciona-se com a penetração do poder econômico e político na cultura através da mídia, de uma possível “ação ideológica e política dos meios modernos de difusão” (BRETON e PROULX, 2002, p. 165, 171-173).

Confirmando-se a tendência de a mídia em alguns contextos estar sendo usada tiranicamente, parecem pertinentes algumas considerações sobre o papel da sociologia da comunicação na “desnaturalização, culturalização e pluralização” do indivíduo e suas várias formas de comunicação; considerando-se que a sociedade, objeto da sociologia, é um conjunto formado por ações individuais que formam o coletivo (WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Os meios de comunicação, em Maigret (2010), são “extensões das lutas e das partilhas que fazem as sociedades” e assim, verificam-se dois padrões de comunicação. O primeiro tem características religiosas, econômicas e tecnológicas passando a “ideia de transmissão e por uma valorização das dimensões espaciais da troca”; o segundo também

apresenta características religiosas, porém, é construído a partir de rituais comunicacionais – os indivíduos agrupam-se em função das redes identitárias que formam. Remetendo a Cohn (2014) que define a sociologia da comunicação como a análise da mensagem, então em determinadas circunstâncias os meios de comunicação podem servir a interesses belicosos, como acontece quando a comunicação pública é distorcida ad hoc. Em Esteves (2005) percebe-se que à parte da desigualdade econômica dos veículos de comunicação e de interesses políticos, é o público que desavisadamente sofre as maiores perdas pela desproporcionalidade de acesso a informações fidedignas,

[...] uma luta simbólica de recursos desiguais pelas palavras e pelas imagens, pela produção de sentidos – guerra de correspondentes e enviados especiais, das redes de informação e dos grandes meios técnicos de difusão, dos gabinetes de imprensa e dos “spin doctors”, mas também uma luta simbólica em que o cidadão comum se encontra envolvido, só que a uma escala de recursos completamente diferente dos técnicos, profissionais, administradores e todo o género de *experts* do grande negócio da informação à escala planetária (ESTEVES, 2005, p. 20).

Além do viés sociopolítico a comunicação (ocupada por comunicólogos, conforme visto acima) também pode ser pensada sob o ponto de vista econômico, remetendo aos teóricos de Frankfurt, que a pensaram como uma indústria cultural.

Estimou-se que no ano de 2016, a indústria cultural brasileira foi responsável por 2,6% do Produto Interno Bruto de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). A reprodutibilidade técnica (tão lamentada por Benjamin) apoiada em métodos capitalistas favorecem a fabricação de produtos culturais com a mesma gerência científica, que habilitou a fábrica de automóveis Ford a produzir carros da maneira que o fez no início do século XX. Às mídias encarregam-se à divulgação dos produtos, os quais são profusamente encontrados no espaço público.

Há 28 anos Jürgen Habermas (1929-) trouxe à pauta o tema do espaço público, que tem sido definido “pela maioria dos trabalhos filosóficos ou sociológicos como um espaço imaterial e simbólico em que são debatidas as questões práticas e políticas que interessam aos membros da cidade” (BRETON e PROULX, 2002, p. 194-195). O espaço público ou esfera pública é o local de discussões entre o Estado (questões políticas) e a sociedade civil (vida prática). A capacidade de convencimento dos contendores baseia-se na racionalidade. Comenta Hanna Arendt (1906-1975), que o espaço público ou esfera pública é um espaço para observação de debates políticos (à semelhança da Ágora), a partir da qual, o público enceta um “senso comum”.

A sociedade de massa, ao que parece, com o advento das tecnologias e ampla difusão da comunicação, deu lugar a uma sociedade midiática, que extrapola os espaços público e privado. Desses, o espaço virtual composto de diferentes redes sociais, comporta um público bastante amplo, além das fronteiras nacionais. As agendas são internacionalmente discutidas como aconteceu nos últimos meses de 2017 diante do anúncio do presidente americano Donald Trump de retirada da embaixada americana de Telavive para Jerusalém, anúncio que gerou protestos e temores no Oriente Médio e Europa pelas perspectivas de violência que se apresentam.

Assim, desde o século XX são inúmeros os desafios que se apresentam à comunicação que presenciou o aparecimento do rádio, da televisão, do radar e do computador dentre outras invenções, que mudaram as feições dos espaços público e privado, como foi abordado. Na presença dessas mídias a comunicação política da aldeia global de McLuhan (1911-1980), precisou se sofisticar por estar diante de um público (receptor), produtor de significações e atento às manipulações políticas, que investem em argumentações dos tipos apresentados por Breton e Proulx (2002),

Cooperativa: é aquela que visa, no âmbito político, fazer-se entender e fazer-se compreender. Seu ideal é, se não o da objetividade, pelo menos o da honestidade, da fidelidade e do rigor. [...] o homem político propõe diretamente, sem intermediário, a um cidadão perfeitamente informado, e, portanto, capaz de recebê-la, uma mensagem sem distorção.

Orientada: fornece as armas da publicidade e marketing políticos. [...] representa uma promoção das dimensões do real mais favoráveis ao emissor da mensagem.

Manipulada: é intencionalmente deformada em vista de atingir um objetivo, mas sobretudo sua difusão é acompanhada de intensa coerção psicológica ou física. O objetivo é aprisionar a vontade do receptor e fazê-lo aderir por força ou por sugestão.

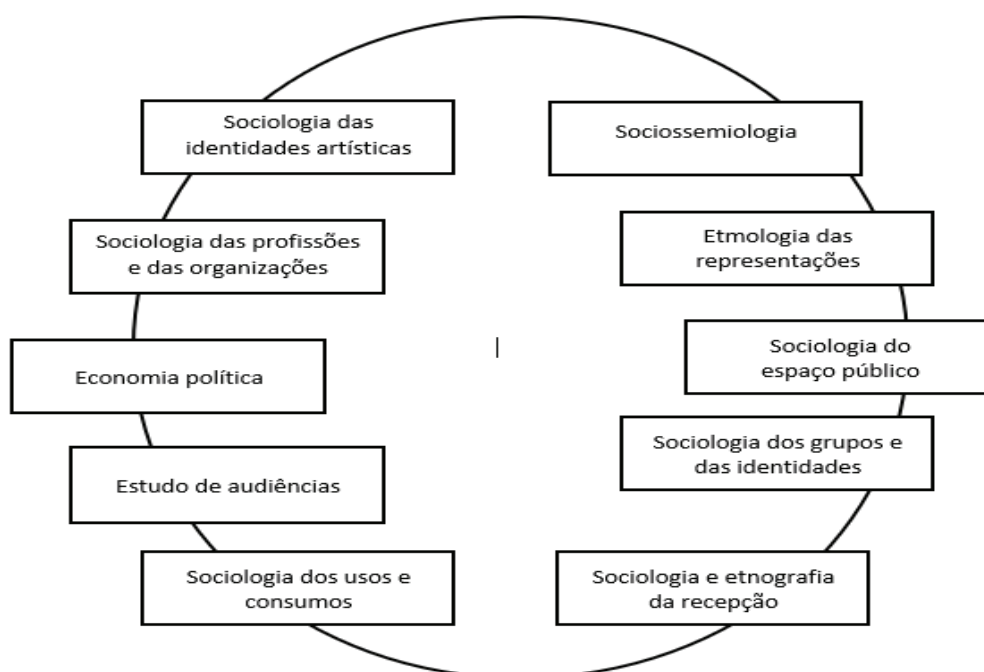
Desviada: é aquela conscientemente mentirosa e enganadora. Sua difusão tem por objetivo primeiro enganar o receptor e fazê-lo adotar, com isso, comportamentos que lhe são desfavoráveis. (BRETON e PROULX, 2002, p. 214-216).

A utilização da comunicação como instrumento de manipulação e para propaganda ideológica tem sido debatida e o próprio reinventar-se da comunicação, conforme alguns exemplos apresentados acima, confirmam a apreensão de Maigret (2010) que: “É de fato a incorporação – parcial e movente – das propriedades dos outros que explica o “poder” da mídia, a ação da publicidade, o encontro entre músicas e públicos” (MAIGRET, 2010, p. 377-378; WOLF, 2012; DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; MCQUAIL, 2003).

Quando o *marketing* e a publicidade por exemplo, oferecem imagens de produtos, estão na verdade respondendo às expectativas de consumidores que no cotidiano revelaram desejá-los. As pesquisas de mercado servem a essa mediação entre indústria-mídia-consumidor, e com o acesso fácil à internet na maioria dos países, o consumidor tem o “poder” de avaliar produtos (inclusive políticos), e assim nortear as políticas de produção, anúncio e venda das empresas e plataformas políticas. É um fato que a recepção do público à oferta de informações perdeu as combalidas características de público-receptáculo. A sociedade midiática tem agência e busca por si mesmas “soluções a seus problemas em função dos recursos sociais e culturais que dispõem, sem se conformar necessariamente com soluções estabelecidas” (MAIGRET, 2010, p. 383), o que amplia os diferentes campos de investigação da sociologia da comunicação, conforme verificado na cadeia apresentada por Maigret (2010),

A cadeia dos saberes em sociologia dos meios de comunicação

Esta cadeia oferece uma indicação sobre a comunicação entre correntes de pesquisa e não uma integração funcional dessas correntes.



Fonte: Maigret (2010, p. 379).

A observação do gráfico em cadeia reforça a ideia de movimento cíclico, primado no diálogo, na construção de relações cotidianas e intercâmbios de saberes, posto que, em se tratando de movimento circular as correntes de pesquisa não são hierárquicas e a comunicação não se restringe apenas à mídia e aos media, mas também às interações entre esses e o indivíduo, campo, no qual, estudos interdisciplinares continuam sendo vantajosos para o acompanhamento de novas tendências na comunicação.

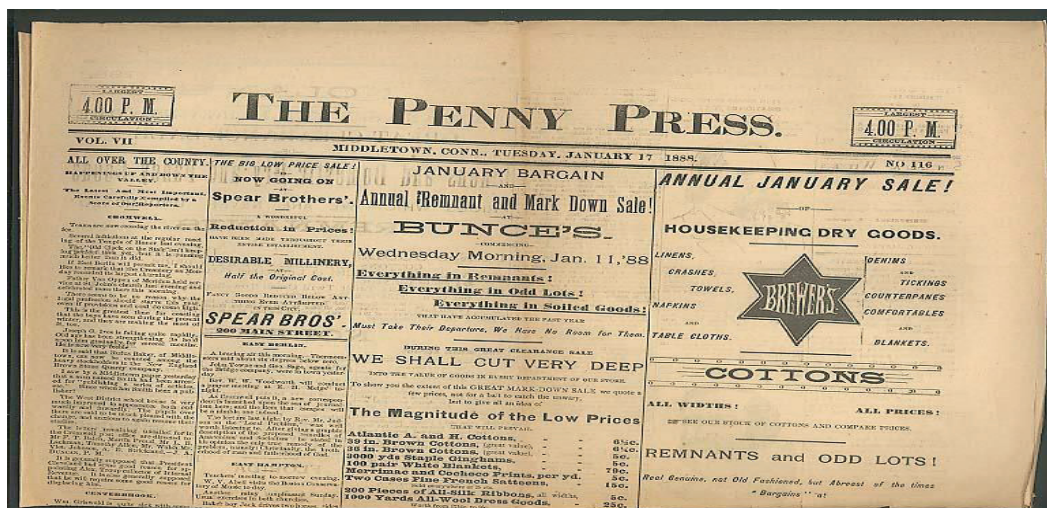
3.2 Sociologia do jornalismo

Ao retomar a linha de raciocínio de a imprensa viver a dicotomia guardiã da sociedade e divulgadora da indústria cultural parece pertinente um rápido apanhado histórico.

A origem do jornalismo está localizada na Inglaterra e efetivamente nos Estados Unidos, segundo Neveu (2006) por um número expressivo de pesquisadores, que como referência é reconhecido como modelo anglo-americano. Nesse modelo verificam-se cinco características marcantes:

1. A coleta de informação (*news-gathering*) ou coleta de fatos foi coroada pelo sucesso da *penny-press* (jornal a um centavo do dólar) que popularizou a leitura do jornal pelas camadas mais baixas da população. Aproveitando-se da popularidade o jornal começou a utilizar o espaço para divulgar produtos, na base da publicidade que se desenvolveria sob a égide de Lasswell (1902-1978). Na imagem abaixo – figura 1, é possível verificar como o jornal *THE PENNY PRESS* veiculava comerciais os mais diversos, provavelmente, vindo dessa época a simbiose entre mídia e audiência. (NEVEU, 2006).

Figura 1 - Imagem do jornal *THE PENNY PRESS* - a um centavo do dólar



Fonte: Jornalismo em blog. Disponível em: <<http://jornalismoemblog.blogspot.com.br/2015/05/penny-press.html>>. Acesso 06 jan. 2018.

2. A centralidade do factual ou predominância da objetividade: a informação aparece em separado dos comentários. Segundo Neveu (2006), nos anos de 1880, na redação do jornal Tribuna de Chicago já havia um quadro com o *lead*: “Quem? O Que? Como? Quando? Onde?” (Neveu, 2006, p. 23-24).
3. O utilitarismo para uma imprensa voltada para as necessidades do dia a dia, que se desenvolveu no início do século XIX, atendendo ao setor agrícola, carente de informações econômicas (preços, cotações), e transporte de carga. De receitas culinárias a crônicas religiosas, qualquer assunto se tornava explorável, um filão editorial, conquanto o número de leitores aumentasse (Neveu, 2006).
4. A lógica empresarial era muito clara para os donos de jornal que se tornaram os conhecidos “Barões de imprensa”. Um deles, Roy Howard declarava, segundo Solomon e McChesney (1993) apud Neveu (2006),

“Nós viemos a Detroit simplesmente como mercadores de notícias. Estamos aqui para vender a publicidade, e vendê-la a um preço vantajoso para aqueles que investirem nela. Mas nós devemos antes produzir um jornal com informações atraentes, que aumentarão sua circulação e deixarão a publicidade mais eficaz” (NEVEU, 2006, p. 24-25)
5. A profissionalização, como consequência natural da centralidade do factual ou predominância da objetividade afastou o jornalismo de engajamentos políticos. Nessa fase, os barões da imprensa eram “empresários capitalistas antes de ser soldados intermediários de forças políticas”, cientes de que qualquer idealismo político contrariaria o “espírito do capitalismo” (NEVEU, 2006, p. 25-26).

O jornalismo francês era o oposto do jornalismo americano, primeiro, porque até a Belle Époque (1871-1914) os jornais eram feitos sem jornalistas, redigidos por colaboradores. O jornalismo se apresentava apenas como ponte de acesso a carreiras de sucesso na época, como literatura e política. Não profissional, o jornal era feito por colaboradores de diversas áreas do conhecimento. Segundo, enquanto a lógica empresarial através da publicidade caracterizou o jornalismo americano desde a sua origem, o mesmo não aconteceu com o jornalismo francês. Os industriais franceses não abraçaram a publicidade com o mesmo entusiasmo que os americanos. O jornal de maior circulação no início do século XX (1914), o *Le Petit Parisien*, contou com apenas 13,1 por cento como receitas de publicidade entre os anos de 1879 – 1914 (NEVEU, 2006; TRAQUINA, 2005).

Estarem a aristocracia e burguesia culturalmente unidas como elite nas últimas décadas do século XIX permitiu-lhes passar a produzir bens culturais para uma classe média, “moderna sociedade comercial composta de mercadores, comerciantes, lojistas e trabalhadores administrativos e escriturários.” Cohn (2014, p. 71-72). Ocorre que o material impresso atendia mais a interesses sociais e políticos, que aos culturais. Os romances como obras de ficção atendiam aos interesses sociais enquanto os jornais atendiam a interesses políticos.

Por volta dessa época, era denominada de “opinião pública”, a imprensa composta por jornais que possuíam autonomia econômica advinda da receita da venda de espaços para anunciantes, e, assim, escapavam do controle oficial, tendo autonomia política. O público consumidor do produto impresso era na sua maioria oriundo da classe média e por isso a elite se incumbiu da orientação intelectual desse público. As camadas inferiores eram desencorajadas de “participarem da criação e fruição de bens culturais”. O pensamento corrente era de que todos aqueles que dependiam do trabalho corporal para sua subsistência (classe proletária) eram carentes de gosto. Além disso, havia o temor nutrido pela burguesia de os hábitos da leitura (se espalhados pela classe proletária), diminuir o apreço pelo trabalho corporal (Cohn, 2014, p. 76).

A imprensa se desenvolveu mais rapidamente que a ficção e por tratar de assuntos políticos atraiu a atenção governamental - devida para alguns jornais, e indevida para outros. Aqueles que se incumbiram de influenciar a opinião pública pró governo conseguiram escapar do controle ostensivo, tornando-se empresas comerciais bem-sucedidas que captavam recursos com a venda de anúncios. Cohn (2014), descreve parte da estratégia concebida para alcançar o público leitor,

Essa mudança implicava trabalhar no sentido de homogeneização do mercado leitor em dois planos. No plano horizontal, tratava-se de superar a fragmentação do público em numerosos segmentos especializados, que constituía uma característica básica da situação nessa área durante o século XIX. No plano vertical, tratava-se de superar barreiras de classe; ou antes, de trazer decididamente para o mercado de jornais diários os leitores em potencial de uma imprensa de classe que não lograra impor sua existência no século XIX (COHN, 2014, p. 80).

Designado como informante da sociedade, o jornalismo já foi associado ao “desencantamento do mundo” por levar a público notícias que modificaram o fluxo dos acontecimentos. A atividade jornalística abre espaço para pesquisas sob perspectivas sociais, culturais e políticas, do tipo que se debruça sobre questões que têm confrontado a sociedade. O repúdio da opinião pública, que o jornal *New York Times* chamou de 2ª grande potência mundial a casos como: *Watergate* (1970), o assassinato de Wladimir Herzog (1975), e no início deste século, notícias de pedofilia envolvendo clérigos católicos nos Estados Unidos, que vieram à tona a partir das investigações dos jornalistas do jornal *The Boston Globe* no ano de 2002, abalou governos e instituições.

No memorial do jornalismo, Boorstin (1971) relata que os coletores de notícias (*news-gathering*) tornaram-se fazedores de notícias (*news-making*) quando as mídias (rádio, e depois televisão) passaram a oferecer notícias atualizadas vinte e quatro horas por dia. Os media passaram a “disputar” notícias inéditas para seus veículos (os furos de reportagem), que disputavam a audiência com os concorrentes, e quanto maiores os custos de impressão e radiodifusão, maiores as pressões para a criação de notícias (BOORSTIN, 1971, p. 256). Daí a relevância de a sociologia do jornalismo incorporar pesquisas em *newsmaking* e rotinas jornalísticas, por investigar as causas e os meios de coletar as notícias, coletas que envolvem “relações com as fontes, poderes sociais e públicos, sem excetuar as relações com empresas de comunicação”, e as formas de divulgações das mesmas (STRELOW, 2011, p. 80; NEVEU, 2006, p. 16). A imprensa livre é uma característica dos países democráticos, como ressaltado anteriormente, contudo, quando se pesquisa jornalismo, “os produtores das análises frequentemente são os próprios jornalistas”, implicando na valorização dos *preconceitos normativos* como a objetividade¹⁸, que se sobrepõe à “prática de um conhecimento científico do jornalismo” (NEVEU, 2006, p. 13-14).

¹⁸ Qual é a vantagem da objetividade? Ela funciona como escudo do jornalista contra prazos apertados, processos de difamação e a repressão dos donos de jornais. Se tiver objetividade o jornalista pode confiar em sua *news judgement* perspicácia profissional (critérios/capacidade) de avaliar o que seria uma notícia

Pesquisas em *newsmaking* e rotinas jornalísticas, as quais conforme a pesquisa conduzida por Strelow (2011) podem fazer parte do conjunto de estudos da sociologia do jornalismo, sorvem da história do jornalismo porque é através da história que os acontecimentos concatenam. Isso pode ser demonstrado pelo interesse que as práticas jornalísticas em Portugal e nas colônias, incluindo o jornalismo especializado (medicina, cinema e imprensa operária) despertavam.

O jornalismo português (guardadas suas devidas idiossincrasias), tanto quanto o jornalismo brasileiro, ao que parece, vivenciaram as cinco fases identificadas por Pôrto Jr. (2011) como, “jornalismo literário, jornalismo informativo estético, jornalismo informativo utilitário, jornalismo interpretativo e jornalismo plural” (p. 45). Cada fase guardou suas particularidades.

O jornalismo literário compreende o período entre 1808 até o final do século XIX, caracterizado pela estrita ligação do jornalismo com a literatura. Na ausência de editoras, aqueles que se tornariam clássicos da literatura brasileira como Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e Euclides da Cunha, utilizavam o jornal para publicarem suas obras (SEABRA, 2002; GONÇALVES, 2013).

O jornalismo informativo estético, começou a ser firmado por volta de 1880, acompanhado, primeiro, dos “investimentos nos jornais, atualização do maquinário e investimento na compra de papel”. Segundo, das mudanças provocadas pela crescente urbanização e industrialização do país e terceiro, do aparecimento na classe alta dos reis do café. Somados, esses três fatores mudaram as feições do jornalismo que passou a ser informativo, no qual política, economia e sociedade substituíram o debate. O jornal passou a refletir os “interesses da classe produtora e das camadas médias da população” (SEABRA, 2002, p. 34).

A década de 20 marcou o início do jornalismo informativo utilitário, quando dois novos veículos de comunicação, o rádio (1923) e a revista O Cruzeiro (1928), aceleraram as mudanças que ocorreram no jornalismo brasileiro, ampliadas pelo surgimento da televisão nos anos 50. Nessa fase o jornalismo abandona o formato de empresa familiar e aparecem os “sistemas nacionais de jornalismo”; o *lead* se torna a técnica recorrente e firmaram-se no *jornalês* “a naturalidade de expressões, a clareza e a concisão”, bem distantes do estilo literário do século XIX (SEABRA, 2002, p. 38).

passível de ser publicada ou não. “Pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo o jornalista dos rituais de sua profissão”. Evita que o jornalista veja a si mesmo como fonte de notícias. “O jornalista pode dizer que citou outras pessoas ao invés de dar suas próprias opiniões” (TUCHMAN, G. 1999, p. 74).

O jornalismo interpretativo foi a resposta encontrada pelos jornais e empresas editoriais, entre os anos de 1960 a 1970 como um todo, para fazer frente à “imposição do lead” e a concorrência do rádio e da televisão. Os textos não se atinham a informações, mas passaram a interpretar a realidade social e por essa razão valorizava-se a reportagem e surgiu “uma elite de repórteres especiais. Em razão disso, permitiu a retomada de velhos estilos literários, como a narrativa, e a elaboração de textos mais ousados e criativos” (SEABRA, 2002, p. 41- 42).

O jornalismo plural para Seabra (2002) convive com o jornalismo interpretativo que continua a caracterizar os textos jornalísticos desde a década de 70. Abarca diversos estilos, causados por sua convivência com diferentes tecnologias de informação e comunicação, e que diante da internet nos anos 90 teve o conceito de transmissão da notícia profundamente modificado (SEABRA, 2002, p. 41- 42).

Lembrar como o jornalismo evoluiu pode ajudar a resgatar a importância da atividade que apesar da aura de poder que a acompanha desde sua instituição, enfrentou e continua a enfrentar muita hostilidade. A próxima seção é um esforço de realçar a importância do jornalismo para a democracia que em países como o Brasil e Portugal de históricos ditatorias, foi alvo de perseguição política por sua personalidade guardiã do direito de expressão (NEVEU, 2006; SOUSA, 1974).

3.2.1 Reminiscências da sociologia do jornalismo no Brasil e Portugal

Da antiga Roma, Cícero (106 – 43 a.C.), filósofo e político romano cria que o indivíduo que desconhece a história permanece criança para sempre. Acompanhado a cronologia do jornalismo nos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha percebe-se que no Brasil e Portugal também, seguiram-se as mesmas características que Nelson Traquina (2005) arrola, embora, como será apresentado já houvesse imprensa em Portugal desde o século XVI (SOUSA, 1974). Encontram-se em Traquina (2005) três vertentes fundamentais do desenvolvimento do jornalismo,

1) sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa, e explodiu no século XX com a expansão dos novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão, e abre novas fronteiras com o jornalismo on-line; 2) a sua comercialização, que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação, ou melhor dito, a notícia; 3) concomitantemente, o pólo econômico do campo jornalístico está em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma conseqüente definição das notícias em função de valores e

normas que apontam para o papel social da informação numa democracia (Traquina, 2005, p. 33).

Inteirar-se da evolução do jornalismo no Brasil e Portugal valoriza as lutas que foram travadas para sua preservação enquanto intérprete da realidade e guardião da sociedade (*watchdog*).

3.2.2 Breve sociologia do jornalismo no Brasil

A história do jornalismo no Brasil começou com a transferência da família real. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi lançada em 1808, editada pelo próprio governo imperial. Assim, nota-se que diferente dos Estados Unidos, Inglaterra e França o jornalismo brasileiro nasceu a serviço da Coroa que exercia forte controle sobre as notícias divulgadas. Este tipo de controle seria característico por muito tempo. Naquela época jornalista e intelectual eram sinônimos do mesmo ofício, e os escritores brasileiros eram a força tarefa das redações assim como aconteceu na França. Sua importância aumentou com a transferência da família real de Portugal para o Brasil em 1808, significando o fim da proibição de qualquer tipo de publicação que vigorara até então. Como foi dito, a imprensa servia aos interesses da Coroa, sendo seu meio estratégico para divulgar informações interesseiras através da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O único opositor do jornal oficial era o *Correio Brasiliense*, que durou catorze anos, de 1808 – 1822. De origem dissidente, chegava clandestinamente ao País vindo da Inglaterra (NEVEU, 2006; DUARTE, 2012; SODRE, 1999).

Sodré (1999) contrasta a imprensa de Hipólito da Costa e o *Correio Brasiliense* com a imprensa monarquista “áulica” que passou a combatê-lo. O *Correio Brasiliense* percorria diversos campos de interesse do leitor com as seguintes seções: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea, reflexões e correspondência (SODRE, 1999, p. 23, nota 14). Os periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* foram caracterizados por Sodré (1999) como segue:

"[...] a *Gazeta* era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção mais informativa do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto" (SODRÉ, 1999, p. 22).

Ao que parece a imprensa brasileira no século XX herdou o mesmo tipo de polarização que havia entre a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Brasiliense. Para Neveu (2006) a era Vargas foi um grande paradoxo no jornalismo porque o Governo Vargas (1937–1945) impôs restrições à liberdade de imprensa, entretanto, no Decreto-Lei de 1938 o jornalista era descrito como trabalhador intelectual e suas funções conjugavam a busca de informações e a redação das notícias, subentendendo-se disso que o jornalismo praticado nesse período tinha caráter ideológico. Em 1944 Getúlio Vargas regulamentou a profissão fixando remuneração mínima e definiu as funções do jornalista.

A partir da leitura de Melo (2007) sabe-se que os primeiros cursos de jornalismo foram criados no pós-Segunda Guerra Mundial, primeiro em São Paulo (1947) alinhado ao modelo norte-americano e depois no Rio de Janeiro (1948), alinhado ao modelo francês. O campo jornalístico pós-censura do Estado Novo estava carente de profissionais que atendessem a demanda de um mercado em pleno crescimento, que precisava ser preenchido por profissionais treinados na academia.

Os anos 50 presenciaram a ampliação do ensino superior em jornalismo em outras cidades da federação como Curitiba, João Pessoa, Pelotas, Porto Alegre, Salvador e Santos. Nos anos 60 a quantidade de instituições de ensino superior de jornalismo aumentou três vezes em relação a década anterior com um total de 23 escolas que ofereciam também cursos de publicidade, cinema, relações públicas, rádio e televisão. A indústria midiática ainda incipiente prometia grande crescimento para o mercado de bens simbólicos e para isso as primeiras faculdades de comunicação em Brasília, São Paulo e Porto Alegre corresponderam às expectativas do mercado apesar das restrições impostas pelo golpe militar de 64 (MELO, 2007).

Em 1964 o jornalismo sofreu novo golpe com o regime militar que se instalou. A liberdade de expressão só voltaria a ser um direito de fato com a promulgação da Constituição de 1988. Os anos de chumbo foram denunciados por jornalistas resistentes que criaram jornais alternativos (de esquerda) como Opinião, Movimento, O Pasquim e o Coojornal. Havia os grandes grupos empresariais que comungavam com o Regime Militar, deixando suas prensas a serviço do regime. Neveu (2006) qualifica essa associação do jornalismo com os militares como “promiscuidade”. Porém, em jornais de grande circulação como O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde, os jornalistas resistiram bravamente à ditadura. Submetidos à censura prévia, passaram a substituir as

matérias que eram vetadas pelos censores, por trechos de Os Lusíadas ou então por receitas culinárias.

Os mais de dois séculos da presença do jornalismo no Brasil guardam características que expressam bem a evolução cultural do país. Como o quadro 11 demonstra, autores que interpretam a história do jornalismo no Brasil pouco divergem quanto aos tipos de abordagem que eram feitas pela imprensa.

Quadro 11 - Interpretações bibliográficas quanto as divisões do jornalismo no Brasil desde a sua fundação

AUTOR	ANO	DIVISÕES	
Amaral	1969	Funcional	Política, educativa e de entretenimento
Bahia	1990	Fase inicial	1808 a 1879
		Anos de consolidação	1880 e 1925
		Fase moderna	1926 até o presente
Beltrão	1969	Gêneros:	Informativo
			Interpretativo
			Opinativo
Breguez	2000	Gêneros:	Ideológico
			Informativo
			Interpretativo
			Opinativo
Lage	2001	Temporal	Séc. XVII e XVIII - publicista
			Séc. XIX - educador
			Séc. XIX - sensacionalista
Marcondes Filho	2000	Temporal	Entre 1789 e a metade do século XIX – autoritário, a serviço da dominação
			Segunda metade do século XIX – progressista, refletindo a gerência científica
			Século XX: monopolizador
			Anos de 1970: tecnológico
Medina	1988	Objetivista	Informa, opina, interpreta e educa
Melo	1985	Gênero	Informativo e opinativo
Peruzzolo	1972	Tipo	Artesanal, industrial, moderna e interpretativa
Seabra	2002	Narrativa	Literário, informativo estético, informativo utilitário, interpretativo e plural

Sodré	2004	Temporal	1808 a 1822: imprensa colonial
			1822 entrando no século XX: imprensa da independência
			1900 até o presente: grande imprensa

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Duarte (2012, p. 61).

No conjunto dos onze autores elencados por Duarte (2012), guiando-se pelo quadro acima se depreendem características comuns quanto às divisões do jornalismo no Brasil desde a sua fundação:

Por volta do século XIX o jornalismo era político com as funções de educar e entreter (AMARAL, 1969; LAGE, 2001; MARCONDES FILHO, 2000; MEDINA, 1988). Se caracterizava por ser informativo, interpretativo e opinativo (BELTRÃO, 1969; BREGUEZ, 2000; MEDINA, 1988; MELO, 1985; PERUZZOLO, 1972; SEABRA, 2002). A década de setenta presenciou expressivo crescimento industrial no Brasil e o jornalismo acompanhou a tendência herdada do século XIX de publicar os feitos da indústria e avanços tecnológicos (MARCONDES FILHO, 2000; PERUZZOLO, 1972; SEABRA, 2002). Entre 1789 e a metade do século XIX o jornalismo é caracterizado como ideológico, a serviço da dominação. (BREGUEZ, 2000; MARCONDES FILHO, 2000). Cedo no século XIX a imprensa se caracterizava pela abordagem sensacionalista (LAGE, 2001). A presença da imprensa no Brasil que data do século XIX, pode ser caracterizada tanto sincronicamente (fase inicial, anos de consolidação, fase moderna) ou diacronicamente (imprensa colonial, imprensa da independência e grande imprensa) (BAHIA, 1990; SODRÉ, 2004). As matérias da imprensa colonial publicadas no Correio da Manhã estavam voltadas exclusivamente para os assuntos da corte,

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um queixume (SODRÉ, 1999, p. 20).

Conhecer a história da imprensa brasileira, mesmo que brevemente, “obriga” uma imersão, mesmo que breve também, na história da imprensa portuguesa considerando-se sincronicamente algumas histórias dos dois países¹⁹.

3.2.3 Breve sociologia do jornalismo em Portugal

Fontes divergem, porém, documentos indicam que os primeiros periódicos de Portugal datam de 1625. Manuel Severim de Faria compilou notícias e as publicou com o título, “Relação Universal do que Succedeu em Portugal e Mais Províncias do Occidente e Oriente”. Sobre esse período Sousa (1974) diz,

A Relação Universal apareceu em 1626, em Lisboa, e foi reimpressa em 1627, em Braga. Manuel Severim editou, contudo, um segundo número das suas Relações, compreendendo notícias do período de Março de 1626 a Agosto de 1627, que foi impresso em Évora, em 1628 (SOUSA, 1974, p.2).

Ainda segundo Sousa (1974), a segunda aparição de um periódico foi em 1641 com A Gazeta (mesmo título do periódico brasileiro da Coroa que apareceria no Rio de Janeiro quase dois séculos depois). Era, pois, um periódico de propaganda política da Restauração da Independência que circulou até 1647. O hiato entre 1647 e 1663 foi decorrente da guerra entre Portugal e Espanha. O segundo periódico português circulou entre 1663 a 1667 tendo como objetivo atualizar os leitores sobre o andamento da guerra entre Portugal e Castela.

Enquanto França, Inglaterra e outros países da Europa avançavam para a industrialização e se deixavam contaminar pelos ideais iluministas, Portugal estava dominado pela Coroa e Igreja Católica, que restringiam ideais de liberdade e travancavam o desenvolvimento intelectual, econômico e social do país. Sobre esse período Sousa (1974) acrescenta:

[...] entre 1667 e 1715 não surgiram novos periódicos estáveis em Portugal, com exceção de três números de um Mercúrio da Europa (editados, semanalmente, entre 20 de Maio e 7 de Junho de 1689) e de dois números de uma Gazeta que datam de 1704 e foram financiados pelo Estado (SOUSA, 1974, p .6).

¹⁹ “O jornalismo português Oitocentista e, por associação, o brasileiro (numa primeira fase), foram profundamente afectados pelas circunstâncias extraordinárias que agitaram a Europa desde os tempos da Revolução Francesa (1789) até à queda definitiva de Napoleão, em 1814.” (SOUSA, 1974, p11).

As tentativas de fazer circular as notícias em Portugal foram combatidas por censuras as mais diversas, mas ainda assim, a partir de 1740 começaram a surgir publicações tímidas como o *Mercúrio Histórico de Lisboa*, de 1743. O apadrinhamento já dava sinais de como muitos veículos se portariam no futuro. Sobre a gazeta de Lisboa, Souza (1974), informa:

Entre 1760 e 1762, a Gazeta de Lisboa passou a ser elaborada e publicada pelos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por privilégio real (para permitir que esses funcionários aumentassem os seus rendimentos), passando, então, a ser conhecida popularmente como Gazeta dos Oficiais da Secretaria. A partir dessa altura, a Gazeta de Lisboa passou a seguir uma orientação ainda mais administrativa, fornecendo a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, actualmente designado Diário da República. (SOUSA, 1974, p.8).

Portugal também passou por um período ditatorial que interferiu na liberdade de imprensa e toda interferência autoritária pode marcar o desenvolvimento das instituições, especialmente daquelas que dependem da liberdade de expressão como é o caso dos jornais. Conforme Sousa (1974), a história da imprensa portuguesa pode ser dividida em três fases: primeira, o nascedouro da imprensa até 1820; segunda, a imprensa opinativa ou romântica a partir de 1820 e terceira, fundação do Diário de Notícias aproximadamente 1864.

A primeira fase, inaugurada com a *Gazeta da Restauração* pode ser caracterizada pelo uso do periódico para defender a independência portuguesa e oferta de notícias. Nesta fase ainda artesanal a escrita era feita a partir de casos e histórias sem verificação das informações. Apesar de haver censura e a necessidade de licenciamento, a presença de jornais literários, científicos e de ideais diversificavam o campo jornalístico português. Periódicos como o *pasquim* nutriam-se do senso comum, entretanto, funcionavam como termômetro das tensões sociais e oxigenavam o campo jornalístico.

A segunda fase tem como uma de suas características a imprensa política. Note-se que o avanço na liberdade de imprensa decorreu da Revolução Liberal de 1820, que propiciou também a circulação dos periódicos que circulavam na clandestinidade. O jornal era composto por um editor, um redator responsável, dois repórteres "noticiaristas", e um folhetinista (romance). O redator responsável era o espírito do jornal e a linha editorial seguia o credo deste redator que acumulava também as funções de diretor e administrador.

A terceira fase, que aconteceu por volta de 1864, na fundação do Diário de Notícias pode ser caracterizada como a fase da imprensa informativa, destacando a presença do repórter na busca da notícia. Nessa fase, a imprensa ganha contorno industrial, passando por mudanças significativas na abordagem jornalística porque o público consumidor do jornal passou a apreciar o jornal informativo. Essa fase é criticada por ter introduzido um jornalismo industrializado que se instalou com sensacionalismo e objetividade exagerados; um jornalismo superficial que visava muito claramente o lucro.

O jornal que começou a se profissionalizar na segunda fase, teve seu formato ampliado e as funções modificadas; já na terceira fase apresentou avanços organizacionais conformes à demanda e influenciados também pela Revolução Industrial. No *staff* do jornal, dos anos 60 do século XIX, além do redator, que era chefe de redação, coordenador e supervisor, faziam parte, o secretário de redação (que não aparecia na segunda fase) elemento chave na organização do trabalho e inúmeros jornalistas produtores responsáveis pela transformação do acontecimento em notícia (*newsmaking*). Na terceira fase, a alienação do trabalho jornalístico já havia se instalado, em um processo no qual o jornalista “tinha” que escrever, quer se identificasse com a escrita ou não. Ocorria talvez um prenúncio da precarização do trabalho jornalístico que caracterizaria a atividade nos próximos séculos.

Sousa (1974, p. 43) ao esboçar o jornal da terceira fase, deixa transparecer a existência de hierarquia profissional entre jornalistas técnicos e eruditos, procedimentos deontológicos, vocabulário próprio e a indicação acadêmica para o exercício da atividade,

1. A rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas) profissionais, de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”, muitos deles também engajados no combate político ou, pelo menos, ligados a determinados partidos [...] e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a colaboração dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal, nomeadamente nos folhetins;
2. A divisão de trabalho nas redacções e a fixação de uma hierarquia profissional (director; editor – co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redacção; redactores; repórteres; informadores);
3. A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, o que origina frequentes apelos à formação específica - e até superior - dos jornalistas;
4. A diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo combativo e partidário, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;

5. A fundação de organizações de classe, como as associações de jornalistas de Lisboa e Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;
6. A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No final do século XIX periódicos artesanais chamados de pasquins foram engolidos pela imprensa industrial e transformados em jornais alternativos consumidos por público constituído de descontentes com o regime político instaurado. O grande público consumia o jornal industrial informativo.

Conforme Sousa (1974), o raiar do século XX em Portugal foi debaixo de opressão política, a qual se estenderia por algumas décadas, cerceando a liberdade de imprensa com mão de ferro até 1910, última década da monarquia portuguesa. Ato contínuo à criação da República restituiu-se a liberdade de imprensa no País, liberdade que durou apenas dois anos porque a imprensa com “liberdade demasiada” divulgava os sérios problemas económicos, sociais e políticos nos quais o País estava mergulhado. A imprensa só voltaria a gozar de liberdade após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, liberdade que durou pouco tempo em virtude da implantação do Estado Novo em 1926 levando Portugal à ditadura que durou até 1974, quando a liberdade de imprensa foi restituída.

À medida que a democracia se solidificou o jornalismo se “reinventou” modernizando-se para acompanhar as mudanças que outros países da Europa já experimentavam com o advento de novas tecnologias que se apresentavam às comunicações. O ensino de jornalismo na universidade apareceu como demanda que seria satisfeita logo, antecipando grandes mudanças em todos os ensinos. Para esse intento, a partir da redemocratização do país, na década de 70, os académicos adotaram um procedimento de conduta semelhante à dos antropólogos quando vão ao campo e baseados no método etnográfico, foram aos jornais existentes na época para observar o cotidiano da tribo jornalística e como Malinowski (1884-1942) colocaram-se numa situação que permitisse “entrar na pele” dos jornalistas observados e apreender o *modus operandi* do jornalismo.

A sociologia dos media brasileiros e portugueses é um esforço de apresentar o cotidiano da tribo jornalística com cultura própria, rituais, ethos e desafios como: baixos salários, preconceito de gênero, diminuição de postos de trabalho e a conseqüente precarização. Tudo isso somado ao paradoxo de números sempre crescente de jovens, na

sua maioria mulheres, continuarem buscando cursos de comunicação nas universidades do Brasil e Portugal.

3.3 Sociologia dos media: entrando na pele dos jornalistas

O dicionário Aurélio de português apresenta duas definições para jornalista. Primeira, como a “pessoa que tem por profissão escrever em periódicos”, e segunda, a “pessoa que tem por profissão trabalhar no domínio da informação, num órgão de informação social, numa publicação periódica escrita ou na televisão, na rádio, na Internet”. Observa-se que a primeira definição parece perdida em um tempo em que os periódicos eram a melhor síntese do campo de trabalho jornalístico, numa nostalgia de três décadas, quando as TICS invadiram as empresas de comunicação e reordenaram as rotinas de produção de informação e comunicação. Mídias como o rádio, televisão e internet, causaram tal rebuliço nas metodologias de jornalismo que a profissão jornalística precisou se reinventar.

O jornalista partilha histórias com seus leitores, ao narrar a realidade, as quais carregam seu ponto de vista sob determinado assunto, mas que são novas narrativas a partir de histórias antigas que foram narradas, porém, ainda assim, podem adquirir nova roupagem. O jornalista e seu ofício são “uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias”, e assim, determinadas condutas como o imediatismo, uma competência profissional específica, uma maneira de agir, uma maneira de ver e uma cultura profissional compõem o ethos jornalístico, isto é, a “maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)” (TRAQUINA, 2004, vol. 2, p. 36, 37, 41-50; TRAQUINA, 2004, p. 126).

O número de jornalistas com registro profissional no Brasil mais que dobrou na primeira década de 2000, em relação aos 20 anos anteriores, e alcançou 145 mil em dezembro de 2011. A estimativa é do projeto de pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”, que teve acesso a duas relações de registrados, fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com 92 mil nomes ao todo.

As condutas que compõem o *ethos* jornalístico harmonizam o indivíduo e a ocupação tendo em vista que:

1) o imediatismo evita a caduquice da notícia, principalmente devido à velocidade que a internet imprimiu à sua propagação. A tendência de os acontecimentos só serem

muito relevantes se transmitidos em tempo real é tão premente que suicídios narrados ao vivo pelo Instagram, *Facebook* e *Youtube* tornaram-se “comuns”.

2) Uma competência profissional específica é ter habilidade para dominar o tempo ao invés de ser vitimado por ele. Acrescente-se a essa competência o jornalista possuir saberes que Traquina (2004, p. 41) classifica como “vocabulário de precedentes” destacando que a incorporação desses saberes ocorre cumulativamente, nas trocas que acontecem nos espaços jornalísticos e são primordiais nas tomadas de decisão em virtude do: a) o saber do reconhecimento, que é saber avaliar que acontecimentos têm valor notícia, se valem a pena ser publicados; b) o saber do procedimento, que se traduz por saber que fatos ou dados devem ser colhidos para formar a notícia, e c) saber da narração, como a capacidade de transformar as notícias em histórias que aticem a curiosidade do público.

3) Uma maneira de agir significa que o jornalista age visando fatos, informações que possam ser noticiadas. Sua atenção está sempre voltada para acontecimentos que possam se tornar notícia.

4) Uma maneira de ver os acontecimentos como fonte de notícias, isto é, sob uma ótica exclusiva do jornalista, que sofre de “visão bipolar, miopia e gosto pelo drama”; porque a efemeridade das notícias obriga a busca contínua de novos fatos, de relatos melodramáticos mais atraentes para a imprensa e a televisão.

5) Uma cultura profissional por terem os jornalistas, “a sua maneira própria de agir, a sua maneira própria de falar, e a sua maneira própria de ver o mundo” (TRAQUINA, 2004, p. 50). A cultura jornalística tem símbolos próprios e personagens que podem ser alçados às categorias de herói ou vilão, a depender do acontecimento. O Brasil entre as décadas de 20 e 30, como exemplo, e mais especificamente, os sertões sergipano e baiano conviveram com Virgulino Ferreira, o Lampião. O cangaceiro, amado por uns e odiado por outros, foi objeto de inúmeras reportagens que ora o descreviam como *Robin Hood* dos pobres, ora, como saqueador implacável das fazendas da região, conforme a revista *A Noite Ilustrada* de 02 de agosto de 1938²⁰. Isso denota que os acontecimentos podem ser vistos e mostrados sob diferentes visões, que dependerão da maneira que o jornalista vê o mundo.

²⁰ Disponível em <https://tokdehistoria.com.br/2015/09/02/a-reportagem-que-reinventou-lampiao/> Acesso 27 set. 2017.

A cultura jornalística está cercada de desafios e sacrifícios pessoais como horas extenuantes de trabalho muitas vezes cercadas de perigos e ausência de sono, acrescentados de: “problemas de saúde, casamentos desfeitos, família adiada, economias fracas, e ausência da vida pessoal” (TRAQUINA, 2005, vol. 2, p. 53), acrescida ainda, da violência a que estão expostos. Apropriadamente, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou o Dia Internacional de Combate à Impunidade de Crimes contra Jornalistas no ano de em 2013, diante de fatos como os denunciados pelo sindicato dos jornalistas portugueses que noticiou: “De acordo com os registos da FIJ, a região da Ásia e Pacífico foi a mais mortífera (26 vítimas), seguindo-se o mundo árabe e o Médio Oriente (24), as Américas (17), África (oito) e Europa (cinco).” (SINDICATO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 2018). Dois de novembro passou a simbolizar o dia de combate à impunidade, pela constatação de que os casos de violência contra jornalistas não cessam e na sua maioria permanecem impunes.

Países Latino Americanos como o Brasil e México, apresentam morbidez assustadora. Na classificação mundial da liberdade de imprensa de 2017, o Brasil ocupa a posição 103, o México 147 e a Venezuela 137 dentre 180 países.²¹ Em Portugal, jornalistas são criminalizados por difamação. Nos últimos 12 anos o país foi condenado 21 vezes pela Corte Europeia dos Direitos Humanos por violação da liberdade de expressão (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2017). Logo, entrar na pele dos jornalistas para conhecê-los melhor e alguns dos desafios que acompanham o exercício da profissão parece apropriado.

3.3.1 Media Brasileiros

A Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, conduziu uma pesquisa nacional, sobre o perfil do jornalista brasileiro, concluída no ano de 2012 com o objetivo de conhecer as “características demográficas, políticas e do trabalho do jornalista brasileiro”. Apresenta resultados sobre a composição étnica, escolaridade, sindicalismo e posicionamento sócio-político.

²¹ Esses países são citados por sua frequência em manchetes sobre violação à liberdade de imprensa e coação de jornalistas, inclusive por assassinatos (Disponível em <http://portal.comunique-se.com.br/mais-de-30-jornalistas-foram-assassinados-no-brasil-nos-ultimos-11-anos/>; g1.globo.com/mundo/.../assassinato-de-mais-um-jornalista-revolta-o-mexico.ghtml; <https://www.dn.pt/mundo/interior/venezuela-assassinado-jornalista-de-jornal-critico-do-regime-8678481.html>). Acesso 27 set. 2017.

A pesquisa revelou quanto a composição étnica: “Os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos. O percentual de negros entre os jornalistas era inferior à metade da presença de pretos e pardos no Brasil”. Revelou ainda que, as mulheres predominavam entre os jornalistas que trabalhavam fora da mídia e nesse nicho, fora da mídia, havia maior participação de negros (FENAJ, 2012).

Dados reveladores como os acima confirmam o mito da democracia racial defendida por Gilberto Freyre (1900-1987), e combatida por Florestan Fernandes (1920-1995), para quem a democracia racial baseava-se em uma falsa consciência da sociedade brasileira que insistia na inexistência de desigualdade (FERNANDES, 1978). Observa-se a partir dos dados a falta de espaço na mídia para o jornalista negro, fato ainda observado mesmo passados 5 anos da pesquisa. A televisão, mídia de maior penetração nos lares brasileiros reserva porcentagens mínimas a apresentadores negros nos seus telejornais. Fenômenos como Glória Maria, Dulcinéia Novaes, Zileide Silva, Maria Júlia Coutinho e Herald Pereira - que foi o primeiro negro a se tornar apresentador do Jornal Nacional, no ano de 2002, fazem parte dos 3,7% de apresentadores negros da televisão brasileira (VAIDAPÉ, 2017).

A formação em jornalismo era prevaiente: “Nove em cada dez eram diplomados em Jornalismo, majoritariamente em instituições de ensino privadas, e quatro em cada dez já tinham cursos de pós-graduação”. A profissão deveria ser exercida por profissionais formados em jornalismo, ou no mínimo, por pessoal com “algum tipo de formação superior”. Além disso, “quase três quartos da categoria eram favoráveis à criação de um órgão de auto-regulamentação do exercício da profissão” (FENAJ, 2012).

Sobre o ensino de jornalismo, Melo (2004), lembra dos esforços do fundador da Associação Brasileira de Imprensa, o jornalista catarinense Gustavo de Lacerda (1854-1909), para criar um curso de jornalismo, na primeira década do século XX, pois ao identificar, o que Melo classifica de “espécie de luta de classes” entre redatores - oriundos dos cursos de direito, e repórteres, sem formação acadêmica, entendeu, que a criação de um curso de jornalismo, seria a única forma de sanar as disparidades. “Tornar a sua classe próspera, feliz, prestigiosa e útil [...]” - era o ideal de Lacerda.

O posicionamento sociopolítico revelou que, a filiação sindical e política poderia ser maior. Havia espaços amplos para participação em “movimentos sociais, associações ou organizações” (FENAJ, 2012). O que talvez esteja ocorrendo seja o oposto do que motiva o homem político conforme pressentido por Weber (1999), quando disse que dois tipos de desejo motivam o homem que busca o poder “seja porque o considere como

instrumento a serviço da consecução de outro fim, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder” para gozar do sentimento de prestígio que ele confere.” (WEBER, 1998, p. 57).

Outro resultado que espelha a realidade do jornalista é o campo profissional diante da precarização do trabalho. A FENAJ (2012) apresentou características gerais do trabalho jornalístico. Segundo a pesquisa, 75,2% dos jornalistas trabalhavam registrados, e desses, 82% eram registrados como jornalista. Na sua maioria foram estagiários e tinham outras atividades remuneradas dentro do jornalismo e a renda mensal variava até cinco salários mínimos para 59% dos entrevistados. No setor ainda prevalecia a diferença de gênero, as jornalistas em início de carreira ganhavam menos que os homens em situação semelhante, e eram maioria na faixa salarial até cinco salários mínimos e minoria nas faixas acima disso.

Os principais campos de atuação dos jornalistas são as mídias: televisão, rádio, internet e produtoras de conteúdo; docência; e fora das mídias, nas assessorias de imprensa ou comunicação ou outros mercados que absorvam o conhecimento jornalístico.

Os veículos de comunicação mais importantes do país encontram-se na região Sudeste, no estado de São Paulo, o qual concentrava aproximadamente 40% de todos os jornalistas que trabalhavam na mídia. O setor privado era o maior empregador, que os contratava como “repórter ou editor para trabalharem nas reportagens, redação, produção de pautas, edição e fotografia” (FENAJ, 2012).

A situação trabalhista dos jornalistas midiáticos era privilegiada em relação às outras categorias, porque eles trabalhavam com carteira assinada e poucos eram *freelancers* ou prestadores de serviço, porém, o engajamento sócio-político desses media era inexpressivo em relação aos docentes e assessores de imprensa ou comunicação. Os jornalistas que trabalhavam fora da mídia, “estavam na média mais satisfeitos com seu trabalho que os profissionais de mídia.” (FENAJ, 2012). Uma possibilidade para a satisfação pode estar no ambiente de trabalho que foge da pressão de fornecer notícias por minuto, realidade dos jornalistas que trabalham em mídias e precisam estar permanentemente conectados por meio do celular para se comunicarem com os editores e as fontes. O uso do aparelho celular é indispensável, principalmente ao repórter, que nas trocas de mensagens faz atualizações constantes (MENDONÇA; PEREIRA e LEAL-ADGHIRN, 2012, p. 31-32).

Os jornalistas fora da mídia dedicavam-se ao setor público, eram prestadores de serviço, *freelancers* ou trabalhavam como pessoa jurídica. Diferente dos colegas das

mídias, mais da metade dos fora da mídia trabalhavam para o setor privado sem carteira assinada. As empresas privadas empregavam no máximo cinco jornalistas, como assessores de imprensa ou comunicação, os quais se ocupavam da “redação, concepção de pautas, edição e reportagem – nesta ordem [...]” (FENAJ, 2012).

Observa-se segundo a pesquisa, o enxugamento dos quadros de jornalistas das empresas, as quais, para driblar as crises econômicas que se instalaram sobre as mídias, sobrecarregam os jornalistas com multitarefas. O efeito desse asoerramento pode estar na qualidade da informação, no perigo de a informação ser falsa ou torcida, uma vez que o jornalista nem sempre dá conta de checar todos os fatos e fontes. Nesse caso, tanto o consumidor da notícia quanto o jornalista podem ser penalizados, o primeiro, por consumir “*fake news*” e o segundo, pela perda da credibilidade e possibilidade de ser despedido do emprego.

A carga de trabalho do jornalista, “Em uma cidade como Brasília, onde as rotinas de trabalho são intensas, o número de webjornalistas “de pé”, é inferior ao de jornalistas “sentados”. [...] Cada jornalista em atividade na rua deve produzir entre dez a vinte notícias por dia” (MENDONÇA; PEREIRA e LEAL-ADGHIRN, 2012, p. 36). Diante dos desafios que os jornalistas da mídia e os de fora dela enfrentam, a pesquisa surpreende quando revela dados da carreira docente e características dos jornalistas professores,

Eram majoritariamente homens, casados, nas faixas etárias entre 41 e 64 anos, [...]; três quartos lecionavam em cursos de jornalismo; oito em cada dez eram responsáveis por disciplinas “práticas”; quase nove em cada dez foram graduados em jornalismo, a maior parte deles em instituições federais; metade tinha até dez anos de experiência profissional anterior ou paralela à docência; metade tinha até dez anos de carreira como professor; tinham os indicadores de formação mais elevados da categoria, e recebiam em média os maiores salários; quatro em cada dez trabalhavam em instituições públicas; um terço haviam sido contratados por concurso público; todos ensinavam, mas apenas metade estava envolvida com atividades de extensão e pouco menos de dois terços realizavam pesquisa; tinham taxas de sindicalização, registro profissional, filiação partidária e atuação em organizações sociais mais elevadas que o restante da categoria; tinham taxas maiores de defesa do diploma e defesa da criação de órgão de autorregulamentação que os demais segmentos da categoria” (FENAJ, 2012).

A “epifania” de Gustavo de Lacerda (1854-1909) ao que parece materializou-se exatamente na especialização em docência, a qual proveria o mercado de profissionais preparados para interpretar a realidade brasileira, mesmo que sob sérios desafios conforme a pesquisa da FENAJ (2012) mostrou.

3.3.2 Media Portugueses

O aumento da escolaridade através da formação acadêmica é apontado por Traquina (2005) como uma meta tendência na evolução da tribo jornalística em Portugal, onde “o número de jornalistas com formação em comunicação social mais do que duplicou” entre os anos 1988 a 1992 (TRAQUINA, 2005, p. 158).

A caminhada entre a crença de o jornalismo ser um “dom” e, portanto, nascia-se com a vocação para jornalista e o reconhecimento de que a formação, esta sim, faria o jornalista, foi um longo percurso. Na década de 30, João Paulo Freire (1885-1953), embora também cresse que determinadas habilidades jornalísticas fossem inatas, defendia a criação de uma escola de jornalismo prático onde o jornalista “estudasse a organização do jornal, onde aprendesse a escrever um artigo, onde tomasse conhecimento dos deveres de um jornalista e um pouco da história do jornalismo.” (TEIXEIRA, 2010, p. 32).

A inexistência do ensino de jornalismo em Portugal até a sua instituição em 1979, não significava inatividade da imprensa. Conforme apresentado acima, no capítulo Reminiscências da sociologia do jornalismo no Brasil e Portugal, a imprensa estava presente no país há cinco séculos, porém em situação precária, durante o longo período ditatorial (1926 – 1933 ditadura militar; 1933 – 1974 ditadura salazarista). Por volta da extinção do salazarismo havia aproximadamente 600 jornalistas em atividade, todavia, sem as qualificações do ensino superior ou treinamento profissional; em decorrência disso eram mal remunerados e “abafados pela censura”. O primeiro curso, de 1979, na forma de licenciatura em comunicação social foi criado na Universidade Nova de Lisboa, sob os auspícios de Adriano Duarte Rodrigues. Logo após, em 1980 surgiu uma nova licenciatura, também em comunicação social, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa. A universidade de Coimbra foi pioneira na licenciatura em jornalismo, no ano de 1993. Os dois cursos marcaram o florescimento de vários outros em todo o país (TEIXEIRA, 2010; MESQUITA, 1994).

A liberdade de imprensa foi saudada por números crescentes de jornalistas. No ano de 1994, 20 anos após o restabelecimento da democracia, já havia 3.850 jornalistas sindicalizados, em condições de trabalho e escolarização bem diferentes dos de 20 anos atrás, os quais, com o advento das TICs, a eletrônica, a informática, a fibra ótica, as redes, o cabo e os satélites, encarariam o desafio de refazer os paradigmas de jornalismo a que estavam habituados. Profissionais de outras áreas da comunicação como publicitários, *designers*, tecnólogos e peritos dos sistemas de informação em rede, não *habitués* das

redações passaram a fazer parte da comunidade, um processo que alargou e recompôs os jornalistas profissional e socialmente (GARCIA, 2009, p. 23; GRAÇA, 2009, p. 134). Sobre as renovações que começaram a se apresentar cedo na década de 80, Garcia (2009) aponta, “A feminização, o rejuvenescimento, o aumento da formação escolar, o surgimento de novas posições e funções, a estratificação interna e o aumento das disparidades [...]” como impactantes na “tribo jornalística”.

Um total de 69,3% de estudantes do curso de comunicação na área de jornalismo nas universidades Nova, Católica e Autônoma, no ano de 1995, eram mulheres, o que pode explicar a intensificação da presença feminina no jornalismo no final da década de 90, resultado da igualdade de gênero presente no sistema de educação português, o qual, para Subtil (2009) reflete a tendência do ensino inclusivo, que destaca Portugal como um dos países europeus com as maiores taxas de feminização dos cursos universitários, embora, as maiores escolhas de cursos estejam voltadas para “as áreas de trabalho social, administrativo, artístico, escolar e comunicacional”, áreas desconsideradas como “trabalho produtivo”, o que provoca a desvalorização profissional, repercutindo em salários baixos e pouco prestígio social (SUBTIL, 2009, p. 94-97).

As jornalistas portuguesas têm trabalhado precariamente desde que ingressaram na carreira, quando nos anos 80, saídas dos cursos de ciências sociais passaram a compor os quadros como estagiárias, não remuneradas. A oferta de mão-de-obra qualificada e sem ônus, foi ideal para as empresas jornalísticas que viram nessa modalidade uma saída genial para a crise estrutural que se instalara nas empresas jornalísticas (SUBTIL, 2009).

Coube às mulheres o rejuvenescimento da profissão e a oferta de jornalistas graduadas. No final da década de 80, a juventude era aparente no número de jornalistas com idade inferior a 35 anos e com menos de dez anos de experiência. As jornalistas acessaram a profissão ao concluírem os estudos, “ao contrário dos seus colegas homens, muitos deles tendo acedido à profissão com níveis de escolaridade mais baixos” (SUBTIL, 2009, p. 98-99), porém, mesmo que estejam no mesmo nível hierárquico que os homens, auferem salários mais baixos.

Marcado pela “diferença” entre os gêneros, o mercado jornalístico provoca dualidades nas relações sociais da jornalista. Entre Cila e Caríbdis, a jornalista precisa se equilibrar nas representações dos papéis feminino e masculino, uma vez que para ter “autonomia profissional no contexto organizacional”, legitimando-se socialmente precisa usar “máscaras masculinas” (ELIAS, 1994; SUBTIL, 2009, p. 105-106; GOFFMAN, 2003).

Oxalá a utilização de estagiárias e estagiários, que se sujeitavam a não remuneração ou remuneração abaixo do piso fosse “crônica” dos anos 80. O European Journalism Observatory – EJO constatou a prática de os veículos portugueses contratarem jornalistas como “pigistes” ou “freelas”, embora os profissionais trabalhassem em regime integral,

Em 2013, o SJ denunciou os “falsos recibos-verdes” e “os falsos estágios, designadamente a utilização de estudantes no processo produtivo” [...]. São os novos ‘pigistes’, “pessoas pagas à peça, mas que têm um horário como se estivessem a tempo inteiro”, o que contribui para um “clima pouco propício à exigência ética e ao rigor, que é muito preocupante”, refere Manuel Pinto, catedrático da Universidade do Minho (EJO, 2014).

A crise econômica instalada nas empresas jornalísticas a partir de 2007, associada ao exército de desempregados devem contribuir para a precarização do trabalho do jornalista, porém, além desses dois fatores, o ingresso no jornalismo não apresenta as exigências que cursos como o direito e a medicina apresentam. Exemplifique-se com o texto da Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro, no seu artigo 1º, quando nos parágrafos 1 e 3 define o jornalista,

1 - São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão.

3 - São ainda considerados jornalistas os cidadãos que, independentemente do exercício efectivo da profissão, tenham desempenhado a actividade jornalística em regime de ocupação principal, permanente e remunerada durante 10 anos seguidos ou 15 interpolados, desde que solicitem e mantenham actualizado o respectivo título profissional.

Observe-se que a Lei parece favorecer até mesmo o “cidadão-jornalista”, que ao veicular notícias através das redes sociais traveste-se de “jornalista e editor”, oferecendo informações sem o crivo que habilita o jornalista, que, como “mediador de informações e argumentos que se destinam a ser debatidos, clarificados e interpretados”, oferecem à sociedade as ferramentas necessárias para a tomada consciente de decisões (GARCIA, 2009, p. 41).

Voltando ao item nº 3 da Lei n.º 64/2007 se pode aventar que a clivagem apontada por Garcia (2009) entre “os jornalistas tornados poderosos ou estrelas [...] e a larga maioria dos que se ocupam da informação [...]” decorre também do *status* da experiência profissional e conforme Garcia, da rede de influências do jornalista. Aos outros jornalistas

cabem as pressões descritas por Salaverría (2015), de uma ecologia humana de jornalistas “fragilizada no mundo da informação e comunicação.” (GARCIA, 2009, p. 36 - 37).

A grande maioria dos jornalistas portugueses, exerce o jornalismo em condições precárias, trabalham sob pressão em um ritmo de trabalho acelerado, cujo quadro foi agravado pelo desemprego proveniente do fechamento de jornais e diminuição das tiragens, o que não deixa de ser consequência do aparecimento das TICS que remodelaram o fazer da comunicação. Salaverría (2015), chama de “ruptura do ciclo editorial” os formatos *non stop* de informação,

Os suportes de difusão têm se multiplicado, tanto os fixos (computadores) quanto os móveis (tablets, celulares), provocando uma crescente complexidade editorial na hora de produzir informação adaptada para esses dispositivos. Diferentemente do passado, não é mais suficiente produzir uma publicação ou um programa a cada novo período de tempo para um único suporte. Antes, a organização da mídia atendia a uma necessidade de produzir conteúdo para uma única plataforma e em intervalos definidos: cada hora (boletins radiofônicos), a cada 24 horas (para os jornais impressos, telejornais e programas de rádio) ou a cada semana, quinzena ou mês (revistas). Agora, em troca, as empresas jornalísticas são obrigadas a combinar estes clássicos produtos editoriais com outros distribuídos em suportes digitais, que não têm periodicidade e que atendam apenas ao ritmo da atualidade informativa (SALAVERRÍA, 2015, p. 81).

Otimistamente, Salaverría (2015), aponta para quatro iniciativas que os jornalistas, especialmente os das gerações pós-TICS podem tomar para aproveitarem-se das benesses da 4ª Revolução Industrial. A primeira é a destreza tecnológica, que habilita o jornalista a dominar as tecnologias para obter resultados informativos de qualidade. Esse diferencial caracteriza o jornalista moderno, isto é, sua habilidade de interpretar a realidade à base de recursos teóricos e tecnológicos. A segunda é o tratamento da informação. O jornalista, como intérprete da realidade, informa ao leitor, telespectador ou ouvinte que informação é valiosa. A terceira, são os meios e linguagens disponíveis aos diferentes formatos de jornalismo como o impresso, o radiofônico e o webjornalismo. O exercício jornalístico é buscar “formas imaginativas de explorar todo esse potencial comunicativo”. A quarta e última iniciativa respeita aos processos editoriais, o modo de as notícias serem distribuídas dentro dos veículos, é “repensar os gêneros para cada tipo de informação, organizar as equipes de um modo eficiente, reconsiderar os filtros editoriais, buscar formas de aproveitar a interatividade com os leitores” (SALAVERRÍA, 2015, p. 82 - 83).

Os media têm enfrentado desafios imprevistos, mas diferentemente de outras categorias que viram suas ocupações desaparecerem, como os siderúrgicos, mineiros e

construtores navais, continuam contando com o interesse dos cidadãos pela informação que, “longe de perder o interesse pela informação na mídia, prestam a ela mais atenção do que nunca.” (SALAVERRÍA, 2015, p. 82). Dados do relatório da *Reuters Digital News* de 2017 indicam que os portugueses utilizam a televisão como maior fonte de notícias, seguida dos acessos a notícias pela internet (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2018).

Salaverría (2015), parece deduzir que se um profissional se apresenta como jornalista, deve ser um indivíduo egresso da academia. Quiçá tenha deduzido desnecessário apontar para a busca de formação como a principal iniciativa que o jornalista deve tomar para se salvaguardar na profissão, que Florestan Fernandes via como muito complicada, por sua atuação “na sociedade de consumo de massa.” Nesse enfoque, o próximo subtítulo considerará a produção bibliográfica sobre ensino de sociologia e formação em jornalismo.

3.4 Estado da arte sobre ensino de sociologia e formação em jornalismo

Neste subtítulo é apresentado um panorama da produção acadêmica sobre o ensino de sociologia e formação em jornalismo. São descritos estudos realizados e disponíveis no sítio do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BOCC, Google Acadêmico, Knight Foundation, Livros, Observatórios de Imprensa, Repositórios de Universidades Nacionais e Estrangeiras, de Revistas Acadêmicas e SCIELO. Procurou-se enfatizar trabalhos que pesquisaram sobre o ensino na graduação de comunicação e jornalismo e da formação acadêmica.

Considerou-se pertinente para esta pesquisa conhecer o estado da arte da produção acadêmica que trata do ensino de sociologia na graduação em jornalismo. Conhecer outros estudos e observar seus resultados tiveram por objetivo embasar as discussões desse estudo. Delimitou-se como período para esse “panorama” os últimos 17 anos (2000-2017). Realizou-se, então, um estudo que se deu em três etapas.

Na primeira, foi feita uma revisão sistemática delimitada em buscar produções acadêmicas que apresentassem um panorama sobre o ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo. Devido a carência de produções acadêmicas sobre esse ensino, seguiu-se a uma seleção que tratasse da sociologia da educação.

A revisão sistemática da segunda etapa visou estudos sobre a formação em jornalismo, seguindo o mesmo método da primeira etapa.

A busca não pretendeu ser exaustiva, o intuito foi o familiarizar-se com estudos que especificassem, em seus resultados, indicativos de como são construídos os percursos e estruturas curriculares que tenham como enfoque o ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo e o processo formativo em jornalismo.

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos na primeira e na segunda etapa do estudo objeto deste capítulo.

3.4.1 Ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo

Na busca de artigos em significativa quantidade de sítios sobre o ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo foi verificada a inexistência de produções acadêmicas que apresentem um panorama sobre o ensino de sociologia e/ou sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo.

Quadro 12 – Ensino de sociologia da comunicação e/ou sociologia do jornalismo

Autora / Data	Como é tratado o ensino de jornalismo
Strelow (2011)	Os artigos sobre ensino debatem a estrutura dos cursos e os dilemas pedagógicos. Os livros englobados nesta categoria constituem-se na maior parte de manuais descritivos e pouco críticos. O ensino (e a aprendizagem) do jornalismo deverá dar mais atenção aos trabalhos publicados nas revistas acadêmicas cujo valor, variedade temática e consistência teórica são consideráveis. Há ainda poucos trabalhos sobre ensino do jornalismo, tema central que ainda permanece na marginalidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em “O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2011”, Strelow (2011) conclui que de maneira geral, pesquisas relativas ao ensino de jornalismo deixam a desejar, e sequer menciona o ensino de sociologia. A conclusão da autora deixa transparecer a necessidade de estudos voltados para o ensino. Por outro lado, encontram-se nos bancos de teses e dissertações da CAPES quantidade expressiva de pesquisas acadêmicas sobre sociologia da educação. A produção acadêmica que trata da sociologia da educação é tão extensa que se tornou tese de doutorado conforme o quadro 13.

Quadro 13 – Sociologia da Educação

Autor / Data	Como é tratada a Sociologia da Educação
Silva (2013)	A presente pesquisa propõe-se realizar um estudo sobre o campo da Sociologia da Educação presente em teses e dissertações disponibilizadas no Banco de Teses da Capes no período de 1987-2011, [...] a produção de teses e dissertações ocorreu em alguns momentos de forma oscilante, mas o aumento foi gradativo ao longo do período estudado. Os trabalhos em nível de mestrado predominaram com 71% dos registros recuperados. No que diz respeito à distribuição por instituição e região ambos os indicadores se encontram concentrados na região sudeste, ou seja, a UFMG, PUC-SP, PUC-RIO foram as instituições de maior frequência confirmando a representatividade desta região na pesquisa nacional. [...]. Os programas de pós-graduação que mais pesquisam essa temática apontam a Educação e a Sociologia por ser a Sociologia da Educação um campo científico que mantém relações históricas com essas áreas. A temática mais incidente é Educação, seguido da Sociologia da Educação.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Silva (2013) encontrou 135 dissertações e teses sobre sociologia da educação, no Banco de Teses da Capes no período de 1987-2011, em média 5, 62 pesquisas por ano. A pesquisa indica que os temas ligados à educação prevalecem. Esse fenômeno pode estar relacionado à obrigatoriedade legal do ensino de sociologia no ensino médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 93/94. Percebe-se então uma enorme lacuna em pesquisa na área do ensino de sociologia e suas especialidades, como a sociologia da comunicação e sociologia do jornalismo.

O salto na pesquisa acontece na qualidade dos trabalhos sobre processos formativos.

3.4.2 Formação em jornalismo

A fim de embasar essa pesquisa foi feita uma revisão sistemática em significativa quantidade de sítios. Nessa revisão, foi possível identificar e selecionar dez artigos que apresentam resultados focados na formação em jornalismo no Brasil, Portugal e Estados Unidos (por ser um dos modelos de jornalismo adotado nas universidades brasileiras). Os resultados relevantes para este estudo foram reunidos e sintetizados, e encontram-se apresentados no quadro 14 a seguir.

Quadro 14 - Formação em jornalismo no Brasil, Portugal e Estados Unidos

Autor/data	Questões referentes à formação em jornalismo
Christofoletti (2010)	A baixa quantidade de livros e publicações sobre ensino de jornalismo (em particular) e de comunicação em geral atesta que são poucos os pesquisadores da área. Dificilmente são realizados eventos para discutir “pedagogias, didáticas, materiais e estratégias de ensino”. São raros os encontros e periódicos especializados em ensino do jornalismo. O ensino carece de práticas didáticas antenadas com o mercado, de intercâmbio de experiências bem-sucedidas e novos modelos que fortaleçam o significado de informar.
Dias (2013)	Discute-se sobre o “(des) valor do diploma até mesmo para os próprios jornalistas”. Quais são os limites do campo profissional? Quais são os impactos para a profissão jornalística a obrigatoriedade ou não do diploma e seu enquadramento como uma profissão (ou ocupação) forte ou fraca? A formação fica comprometida pela aceitação de ensino prático de jornalismo ou cursos corporativos. Cita-se o curso Abril de jornalismo como exemplo, que aceita profissionais de todas as áreas com curso superior completo, graduados em 2014 ou 2015, nas modalidades de inscrição: texto, design, fotografia, ilustração, vídeo, mídias digitais.
Fidalgo (2001)	A formação em jornalismo deve mesclar conhecimentos tradicionais e modernos. O novo jornalismo requer conhecimentos práticos e teóricos do jornalismo antigo. As tecnologias existentes ampliaram as possibilidades criativas como nunca d’antes imaginado, porém “a melhor maneira de aproveitar as tremendas possibilidades abertas pelo novo meio é alicerçar o gosto pela experimentação no repositório de um sólido saber já constituído, nomeadamente cultural e humanístico. [...] A maneira mais simples até de se familiarizar com o novo meio é transpor para ele as formas tradicionais e depois, e só depois, começar a experimentar” (p. 8).
Graça (2009)	As empresas jornalísticas reconhecem “que as escolas ensinam técnicas e regras básicas indispensáveis à boa prática da profissão, mas continuam a criticar a falta de cultura geral, o fraco espírito de criatividade e a falta de preparação para as reais exigências da profissão dos estudantes de jornalismo” (p. 155).
Lynch (2015)	“O que os professores de Jornalismo devem fazer para preparar seus alunos para o jornalismo de 2025”? Aceitar que a moeda mais valiosa na formação em jornalismo é a capacidade de a escola de jornalismo identificar tecnologias e tendências do mercado midiático e integrá-las rapidamente ao ensino; ensinar o que sabem. Isto é, todos os professores devem ser capazes de conhecer as novas tecnologias presentes no mercado para ensinarem o que sabem. As instituições de ensino devem valorizar os resultados educacionais, o desempenho de seus estudantes no mercado de trabalho, a valorização profissional deles. A acreditação do profissional resultará em acreditação para a instituição também.
Marinho (2012)	A formação do jornalista deveria ser observada por um observatório especial (Observatório do Ensino e Empregabilidade em Jornalismo/Comunicação), assim como existem observatórios da imprensa. Este tipo de empreendimento serviria de interlocutor entre a

	<p>Universidade e o Mercado de Trabalho Português (não apenas, mas também ao brasileiro). A proposta visa a tomada de ações rápidas aos primeiros sinais de crise, disparidade entre o produto da academia e a demanda do mercado. Que a qualidade do jornalismo e a qualidade da formação caminham <i>pari passu</i> é perceptível quando surgem problemas no desempenho da função jornalística. (Parênteses nossos).</p>
Meditsch (2007)	<p>Alguns percursos seriam necessários para o jornalismo ser levado a sério, e todos relativos a formação acadêmica como estabelecer a episteme do jornalismo por construir as próprias teorias e metodologias, desmistificar a desmistificação do jornalismo por elevar a prática científica refletindo sobre as questões que são levantadas por outras disciplinas que estudam o jornalismo, consolida-lo como disciplina de direito próprio, construir competência profissional para o presente e futuro por apropriar-se das tecnologias existentes.</p>
Mendonça e Leal-Adghirni (2012)	<p>Algumas dificuldades se apresentam: como conciliar a formação teórica e a prática? como formar o jornalista e ao mesmo tempo construir sua identidade jornalística? deve-se formar um jornalista crítico ou um jornalista técnico? O desafio é criar um currículo equilibrado e bibliografia que contemple as áreas teórica e técnica com professores que além de boa base teórica sejam experientes no uso de multimídia.</p>
Pôrto Junior (2012)	<p>O Processo de Bolonha unificou o ensino na Europa (em 2016 a maioria dos países é signatária do processo), embora os países guardem suas idiossincrasias. Em Portugal assim como ainda acontece no Brasil havia disparidades no processo de formação de jornalistas, entre as universidades e institutos. Após 2009 quando o Processo entrou em vigor, os países foram se adequando às diretrizes curriculares para todo o Continente.</p> <p>O uso das TICS causou estranhamento porque até então eram raras na sala de aula, ainda assim foram aos poucos incorporadas “propiciando aos docentes e aos investigadores portugueses o acesso a espaços científicos em novos formatos”. Embora não tenha havido tantas inovações quanto as esperadas, ainda assim, “as mudanças na formação acadêmica foram potencializadas com o uso das tecnologias que surgiam, resultando em significativas mudanças nas práticas de “lecionação” /ensino em algumas das universidades estudadas”. (p. 307)</p> <p>Apesar da resistência inicial de alguns docentes ao uso de tecnologias digitais, foram aos poucos sendo incorporadas na prática docente. Quanto às mudanças nas estruturas curriculares, aponta-se que aconteceram paulatinamente sem padrões de uniformidade, as novas TICS foram agregadas às estruturas curriculares existentes.</p>
Soster (2012)	<p>As necessárias tecnologias presentes no mercado podem e devem ser amplamente usadas, mas dentro do contexto adequado, inseridas com objetivos metodológicos. “[...] trata-se de um esforço de compreensão epistêmica acerca de um fenômeno que exige, por sua própria natureza, gramática interpretativa específica”. Ao serem inseridos novos conhecimentos, novas tecnologias, que sirva para dinamizar a aprendizagem. O espaço formativo extrapola o espaço físico da sala de aula e cada vez mais aprende-se no espaço virtual, entretanto, sendo a educação o principal objeto do sistema de formação, a metodologia adotada está sempre reinventando, pois, “o objeto está em constante e ininterrupto processo de transformação, exigindo, dessa maneira, novas</p>

	e sucessivas gramáticas interpretativas daquele que se lança à tarefa de compreendê-la” (p. 57).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Da análise dos dez estudos selecionados percebem-se unanimidades: o ensino deve acompanhar as tendências do mercado; conhecimentos teóricos e técnicos devem se complementar e os professores devem ter habilidades digitais e utilizar as tecnologias digitais na prática docente. Todos os pesquisadores defendem que o uso de tecnologias digitais é essencial para a formação do jornalista.

Algumas questões da formação em jornalismo apontaram desafios relativos ao ensino: há baixa quantidade de livros e publicações sobre ensino de jornalismo (CHRISTOFOLETTI, 2010). A formação fica comprometida pela aceitação de ensino prático de jornalismo ou cursos corporativos (DIAS, 2013). Alguns percursos seriam necessários para o jornalismo ser levado a sério, e todos relativos a formação acadêmica, como estabelecer a episteme do jornalismo por construir as próprias teorias e metodologias (MEDITISCH, 2007). As necessárias tecnologias presentes no mercado podem e devem ser amplamente usadas, mas dentro do contexto adequado, inseridas com objetivos metodológicos (MENDONÇA, PEREIRA E LEAL-ADGHIRNI, 2012; SOSTER, 2012).

O uso adequado das diversas metodologias de ensino suportadas pelas TICS desponta como basilar na formação jornalística. A metodologia ideal deve equilibrar teoria e prática, ensino tradicional e tecnológico e fundamentalmente o aprender de como mesclá-lo. O ensino carece de práticas didáticas atentas com o mercado, de intercâmbio de experiências bem-sucedidas e novos modelos que fortaleçam o significado de informar. A formação em jornalismo deve mesclar conhecimentos tradicionais e modernos. O novo jornalismo requer conhecimentos práticos e teóricos do jornalismo antigo. A formação em jornalismo é a capacidade de a escola de jornalismo identificar tecnologias e tendências do mercado midiático e integrá-las rapidamente ao ensino; ensinar o que sabem. Isto é, todos os professores devem ser capazes de conhecer as novas tecnologias presentes no mercado para ensinarem o que sabem. Novos conhecimentos e novas tecnologias devem servir para dinamizar a aprendizagem. (CHRISTOFOLETTI, 2010; FIDALGO, 2001; GRAÇA, 2009; LYNCH, 2015; MENDONÇA E LEAL-ADGHIRNI, 2012; SOSTER, 2012; PÔRTO JUNIOR, 2012).

Depreende-se destes estudos algumas possíveis trajetórias para melhorar a formação em jornalismo. Encontros de docentes para intercâmbio de experiências bem-sucedidas e práticas didáticas antenadas com o mercado e periódicos especializados em ensino do jornalismo. Tomar gosto pela experimentação no repositório de um sólido saber já constituído, nomeadamente cultural e humanístico. Identificar tecnologias e tendências do mercado midiático e integrá-las rapidamente ao ensino. Tomar ações rápidas aos primeiros sinais de crise, disparidade entre o produto da academia e a demanda do mercado. (CHRISTOFOLETTI, 2010; FIDALGO, 2001; LYNCH, 2015; MARINHO, 2012).

Questões relativas ao ensino de jornalismo e a formação do jornalista são recorrentes e por isso objetos de pesquisa nos mais diversos círculos acadêmicos, contudo, em alguns países além das inquietações inerentes ao ensino e formação ainda há preocupações com a assimilação cultural. Apreensões quanto a influência do jornalismo ocidental no ensino de jornalismo em países árabes e africanos são pontuais, como segue.

Uma questão levantada quanto ao ensino de jornalismo na África (Etiópia) é o tipo de jornalismo a ser ensinado: padrão africano ou ocidental? "Should we teach journalism, or should we teach African journalism?" (SKJERDAL, 2011, p. 26). A preocupação de o ensino de jornalismo africano apenas reproduzir ideologias ocidentais ao invés de ser um fórum de discussões de questões africanas era premente uma vez que tópicos como teorias do jornalismo, prática jornalística e a didática do ensino de jornalismo seguiam padrões americanos (SKJERDAL 2011).

A pergunta quanto ao tipo de ensino ambicionado, se ensino de jornalismo ou jornalismo africano revela que para a Etiópia, em relação ao ensino de jornalismo, as ideias liberais da organização do jornalismo e das práticas jornalísticas eram vistas como intrusas ao pensamento e filosofia africanos, como uma forma de transferência da ideologia ocidental. (SKJERDAL, 2011, p. 30-31).

As preocupações descritas não eram isoladas. Há 12 anos, Omã percebeu a necessidade de a educação acompanhar o ritmo mundial. Nesse viés, disciplinas ligadas a tecnologia da informação, administração, turismo, artes e design, e estudos em comunicação foram identificadas como as mais adaptadas ao desenvolvimento econômico e intelectual do país, no entanto, administrar estudos em comunicação guardavam particularidades ligadas à "cultura, de linguagem (visual e escrita), teoria, liberdade intelectual, criatividade, imaginação e opiniões pessoais" (O'ROURKE, 2011, p.111).

Algumas dificuldades didáticas encontradas eram de caráter religioso ou político. Primeiro, o acesso de alunos aos livros prescritos nem sempre era possível por questões ideológicas, religiosas ou burocráticas. Segundo, o *lead* (quem, o que, onde, por que, quando e como) não podia ser aplicado como nos países ocidentais, dentre outras particularidades, por respeito ao islamismo. Terceiro, ministrar disciplinas de como fazer reportagens sobre assuntos públicos requeriam cuidadosa contextualização dentro das práticas culturais e tradição, e finalmente, práticas jornalísticas como a livre expressão em público ou desenvoltura para arguir autoridades eram desencorajadas (O'ROURKE, 2011).

O jornalismo praticado em Omã tinha características próprias. O desafio dos professores era ensinar jornalismo no formato ocidental, mas, sem liberdade de expressão, democracia e a impossibilidade de análise crítica da sociedade (O'ROURKE, 2011).

O panorama da produção acadêmica sobre o ensino de sociologia e formação em jornalismo apresentado acima, demonstra que questões pontuais quanto a que tipo de ensino oferecer permanecem latentes, sem vislumbrar respostas. Esse tipo de panorama remete a Bourdieu que criticava qualquer sinal de desleixo na educação, quando declarou: “Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais.” (BOURDIEU, 1998, p.53).

Discutir como os espaços formativos encaram o ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo no Brasil e Portugal é fulcral nesse estudo pela relevância das ciências sociais e humanas na formação do jornalista. Assim, a seção seguinte faz essa aproximação.

3.4.3 A disciplina sociologia em cursos de comunicação e jornalismo no Brasil e Portugal

O ensino de sociologia no curso de comunicação e jornalismo pode ajudar a sanar as desigualdades culturais presentes na graduação, em virtude de as universidades públicas brasileiras e portuguesas, acessarem a entrada de alunos de diferentes classes sociais. Naturalmente, o capital cultural dessa clientela apresenta-se desnivelado. O aluno/cidadão, para avançar, requer o alicerçamento teórico que disciplinas humanísticas como a sociologia podem oferecer, uma vez que,

Os estudantes que possuem competências de nível superior (incluindo a capacidade de pensamento crítico) e que estudaram múltiplas disciplinas (por exemplo, geografia, política, psicologia) têm mais probabilidade de virem a ser cidadãos eficazes e úteis do que aqueles que são educados de forma estreita (RYAN & SWITZER, 2001 apud MARINHO, 2011, p. 374).

Um equívoco que parece presente em alguns cursos de comunicação e jornalismo é entender o conceito de utilidade de Bentham (1748-1832) como um “de modo de vida com um fim imediato”, isto é, de que o ensino de jornalismo deve ser prático, como se apenas as habilidades técnicas dessem conta do vasto campo das comunicações. O dualismo entre *know how* - formação profissional e *know why* - ensino universitário perduram nas discussões sobre as ementas dos cursos.

O ensino da sociologia é questionado pela ausência de seu valor prático, entretanto, que parâmetros definem a validade de uma disciplina, estereótipos? As pré-noções acontecem em ambientes que ignoram genuinamente a importância de determinadas disciplinas, o que não se aplica à universidade; ou, naqueles que valorizam determinado saber por sua utilidade, mas que incorrem na interpretação de ARAÚJO e MAGALHÃES (2012), do que Bourdieu caracteriza de “traço típico das sociedades marcadas por níveis baixos de capitais culturais”. Outra possibilidade é o valor de uso da disciplina no mercado, sua utilidade prática, o qual é transportado para o espaço acadêmico, possivelmente levando-o a criar ementas a partir dos pressupostos do mercado. Possivelmente, forças endógenas como os “campos científico e acadêmico” e exógenas, como as “culturas profissionais e os interesses de mercado” atuam na universidade na construção ou desconstrução de estereótipos.

Parâmetros baseados na ciência positiva são ineficazes para avaliar disciplinas subjetivas como a sociologia tendo em vista os efeitos abstratos dessa ciência, contudo, na graduação em comunicação e jornalismo, o ensino de sociologia, objeto desta pesquisa, se mostra indispensável para embasar as teorias da comunicação. Essas teorias, em que bases poderiam ser discutidas senão, nas ciências sociais, filosofia, história e psicologia, especialmente diante dos diversos gêneros de jornalismo? Observando os formatos jornalísticos brasileiros entre os anos de 2002-2007, Melo (2016, p. 50-51) chegou à “Classificação Marques de Melo”, visualizada no quadro 15.

Quadro 15 - Classificação Marques de Melo

Gênero	Formato jornalístico
Informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista
Opinativo	Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica
Interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê
Diversional	História de interesse humano, história colorida
Utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A classificação Marques de Melo, de uma década atrás demonstra quanto o campo jornalístico está especializado, embora essa característica não seja exclusividade sua. A tendência de as sociedades modernas especializarem o trabalho foi observado por Durkheim (1999). O autor observou que esse tipo de segmentação estava presente “nas regiões mais diferentes da sociedade”, inclusive nas ciências e artes; lamentando a fragmentação da filosofia “numa multidão de disciplinas especiais, cada uma das quais tem seu objeto, seu método, seu espírito” (p. 2). E como está posto por Mesquita (1994, p. 94) “as instituições de ensino de comunicação e jornalismo criaram seus cursos como “extensão do campo das ciências sociais e humanas, o que lhes confere uma garantia de solidez [...]”, confirmando a teoria durkheimiana apresentada acima.

A solidez desejada pelo jornalismo está sendo suprida pela academia tanto no Brasil quanto em Portugal, como será abordado no próximo subtema.

3.5 O ensino de sociologia no curso de comunicação e jornalismo no Brasil: presença e ausência em duas universidades públicas

O jornalismo no Brasil, conforme capítulos anteriores, foi regulamentado pelo ex-presidente Getúlio Vargas nos anos 40. A regulamentação tomou o mercado brasileiro de assalto pela carência de jornalistas formados pela academia, destarte, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro saíram na vanguarda ao abrirem cursos superiores de jornalismo nos anos de 1947 e 1948, o primeiro, com a criação da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero – primeira da América Latina e ainda em funcionamento (2007).

A década de 60 testemunhou o aparecimento de cursos de comunicação e jornalismo no norte e nordeste. A Universidade Católica de Pernambuco criou o primeiro curso da Região Nordeste em 1961 e a Universidade Federal do Amazonas inaugurou o curso de Comunicação Social no ano de 1969.

Diferente de Portugal, o Brasil não unifica os currículos dos cursos de comunicação e jornalismo, apenas institui diretrizes a serem seguidas, dando às instituições de ensino liberdade para estabelecerem, elas próprias, os programas dos cursos (BRASIL, 2013). A observação das matrizes curriculares dos cursos de CJ das universidades federais da Bahia e do Tocantins, objetos deste estudo embasarão as próximas discussões.

3.5.1 Universidade Federal da Bahia

O Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, criou a Universidade da Bahia na cidade do Salvador dando continuidade ao que começou em 18 de fevereiro de 1808, na regência de D. João VI, através da Escola de Cirurgia da Bahia que hospedou o primeiro curso de medicina do País. A universidade foi reestruturada nos anos 60 pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968 e renomeada de Universidade Federal da Bahia, doravante UFBA, a qual abrigaria além das faculdades pioneiras como Medicina (1808), Farmácia (1832), Odontologia (1864), Direito (1891), Politécnica (1896), Filosofia (1941), e Ciências Econômicas (1945) outras faculdades, escolas e institutos, além da biblioteca central, hospitais universitários, museus universitários, o Centro de Estudos Afro-Orientais e o núcleo de Serviços Tecnológicos (BRASIL, 1946 e 1968). Atualmente a universidade conta com os campi da cidade do Salvador e o campus da cidade de Vitória da Conquista.

3.5.1.2 Faculdade de Comunicação – FACOM

A universidade oferece diversos cursos presenciais e à distância, dentre os quais, os de Comunicação com habilitação em Jornalismo, e Produção em Comunicação e Cultura, que se destacam por serem defensores “naturais” do princípio de liberdade de expressão, princípio basilar de países democráticos; preparando e formando alunos-cidadãos defensores deste princípio.

O ano de 1950 inaugurou o primeiro curso de jornalismo da UFBA, fazendo parte do Departamento de Filosofia por 18 anos. Na época, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, fundada em 1941, funcionava no bairro de Nazaré, atual sede do Ministério Público da Bahia (Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação). A figura 2 mostra o prédio onde a Faculdade funcionou até 1968 quando mudou para o Terreiro de Jesus no centro histórico de Salvador.

Figura 2 - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso 11 jul. 2017.

Os cursos universitários passaram por reformulações no ano de 1969, e assim o curso de jornalismo foi renomeado para comunicação e passou a integrar o curso de biblioteconomia, concomitante com a inauguração da Escola de Biblioteconomia e Comunicação – EBC. Não obstante o curso de comunicação ter seu próprio departamento, seus docentes não possuíam autonomia ou voz ativa nas deliberações da EBC e por isso o curso não deslanchou academicamente embora docentes e discentes o almejassem.

A oportuna independência surgiu pelos idos de 1984 quando alunos e professores ocuparam o prédio da Biblioteca Central da universidade. Atualmente nesse local funciona o Instituto de Saúde coletiva – ISC no bairro do Canela. Naquele ano, para fortalecer o curso de comunicação foi criado o NICOM – Núcleo Interdisciplinar de Cultura e Comunicação com a missão de desenvolver atividades interdisciplinares.

A Faculdade de Comunicação, doravante FACOM, foi fundada em 30 de setembro de 1987, como fruto do incessante trabalho dos professores Antonio Dias, Ailton Caires, Otto Jambeiro e Rui Espinheira, selando uma convivência conflituosa com

biblioteconomia. A letargia que a falta de autonomia experimentada na Escola de Biblioteconomia e Comunicação – EBC provocava foi rapidamente substituída por celeridade e ainda no ano de 1987, sob direção do professor Albino Rubim e vice direção do professor Marcos Palácios a FACOM criou o curso de Especialização em Comunicação Comunitária, inaugurando o primeiro curso de pós-graduação da faculdade, seguido em 1988 pelo primeiro mestrado da FACOM, em Comunicação e Culturas Contemporâneas. A primeira turma iniciou seus trabalhos em 1990, sob a coordenação do Professor Marcos Palácios (05/1990 a 09/1993). Este mestrado pode ser considerado um marco por seu ineditismo no norte e nordeste do Brasil. Seis anos depois, em 1994 foi criado o curso de doutorado no mesmo seguimento de Comunicação e Culturas Contemporâneas. O curso de doutorado implantou sua primeira turma em 1995, sob a coordenação do professor Wilson Gomes (10/93 a 09/97).

A ocupação provisória do prédio da antiga biblioteca na década de 80 urgia instalações permanentes, com maior espaço físico que atendesse a demanda que a quantidade crescente de alunos, professores e servidores impunha. Esta necessidade começou a ser suprida na vacância do antigo prédio onde funcionava o Restaurante Universitário, no campus de Ondina. A partir de 1999 a FACOM passou a funcionar parcialmente no novo endereço, todavia, apenas em 2001 todas as atividades da faculdade passaram a funcionar nas novas instalações.

A FACOM, sob a direção da Professora Suzana Oliveira Barbosa, cujo corpo docente é composto por 33 professores, sendo 31 doutores e 02 mestres oferece 120 vagas na graduação, no curso de Comunicação com habilitações em Jornalismo e Produção em Comunicação e Cultura (mais conhecido como Produção Cultural), tendo atualmente 653 alunos ativos. Como pós-graduação oferece o curso de especialização em Comunicação Estratégica e Gestão da Marca e os cursos de mestrado e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

A habilitação em jornalismo²² provê ao futuro jornalista conhecimentos para a produção de notícias que através da linguagem jornalística interpreta a realidade. O campo de atuação varia entre jornal, rádio e televisão, podendo desenvolver suas atividades nos vários formatos de comunicação disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICS.

²² Fluxograma do curso jornalismo no anexo A.

Por sua vez, na habilitação em Produção Cultural²³ o futuro produtor cultural adquire profundo conhecimento "técnico-analítico-informativo" da cultura e da comunicação, em níveis local e nacional. Acrescentem-se às suas competências, o planejamento, produção e elaboração de atividades ligadas à cultura e comunicação.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da FACOM conta com 13 Grupos de Pesquisas. O mais antigo, criado pelo Prof. Dr. Marcos Palácios, está em funcionamento desde 1995. Em uma época que a televisão aberta encontra a concorrência acirrada dos canais fechados, estudos do tipo A-tevê: Laboratório de Análise de Teleficação se dedica ao estudo dos “aspectos poéticos, estéticos, estilísticos, narrativos e plásticos da ficção televisiva, e/ou aos processos criativos e autorais em seu entorno.”, dentre outros 12 grupos de trabalho diversos. (FACOM, 2018, grupos de pesquisa).

Nessa perspectiva, a matriz curricular do curso de comunicação (anexo B) é dividida entre disciplinas teóricas, práticas e oficinas que materializam os ensinamentos teóricos e práticos, nas quais exige-se a criação de um produto. Dentre as disciplinas obrigatórias dos bacharelados de jornalismo e produção observam-se aquelas que são fundamentadas na antropologia, ciência política e sociologia, conforme quadro 16 abaixo.

Quadro 16 – Disciplinas obrigatórias do curso de comunicação da FACOM/UFBA interdisciplinares com ciências sociais.

DISCIPLINA	AUTOR	OBRA
ESTÉTICA DA COMUNICAÇÃO	BENJAMIN, W.	A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica

²³ Fluxograma do curso Produção no anexo A.

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA	CASTELLS, M.	The Rise of the network society
	MATTELART, A.	História da Sociedade da Informação.
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA	BOBBIO, N.	O futuro da democracia.
	MAIA, R. (org.).	Mídia e deliberação.
	MAIA, R.; GOMES, W; MARQUES; J. (org.).	Internet e participação política no Brasil
	MIGUEL, L. F.	Mito e discurso político: Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994.
	WEBER, M. H.	Comunicação e espetáculos da política
COMUNICAÇÃO E ATUALIDADE I	HOLANDA, S. B. de.	Raízes do Brasil.
	ORTIZ, R.	A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.
	VARJÃO, S.	Micropoderes, Macroviolências.
	WEFFORT, F.	Os clássicos da política.
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	BARTHES, R. BOURDIEU, P. CANCLINI, N. G. CANCLINI, N. G.	Mitologias. Sobre a televisão. As identidades como espetáculo multimídia. Latino-americanos à procura de um lugar neste século.
	CASTELLS, M.	Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet.
	FOUCAULT, M.	“Método” in História da Sexualidade I: vontade de saber.
	HALL, S.	"Estudos Culturais e seu legado teórico". “Codificação/Decodificação”.
	SAID, E. W.	“The work of representation.
	THOMPSON, J. B.	“Introdução”, in Cultura e imperialismo Ideologia e Cultura Moderna.

COMUNICAÇÃO E ÉTICA	ARISTÓTELES.	Ética a Nicômaco.
	HABERMAS, Jürgen.	Consciência moral e agir comunicativo
	HABERMAS, Jürgen.	Direito e democracia: entre facticidade e validade.
	PLATÃO.	A República.
	PLATÃO.	Diálogos.
	RAWLS, John.	Uma teoria da justiça.
	WEBER, Max.	A ética protestante e o espírito do capitalismo.
	WEBER, Max.	Ciência e política: duas vocações.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 17 - Disciplina obrigatória do curso de jornalismo da FACOM/UFBA interdisciplinar com ciências sociais.

DISCIPLINA	AUTOR	OBRA
OFICINA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	CASTELLS, M.	A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet. Negócios e sociedade.
	MANCUSO, W. P; GOZETTO, A. C. O.	Lobby: instrumento democrático de representação de interesses?

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 18 - Disciplinas obrigatórias do Curso de Produção da FACOM/UFBA interdisciplinares com ciências sociais.

DISCIPLINA	AUTOR	OBRA
POLÍTICAS DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO	BOBBIO, N. CERTEAU, M. DE. CHAUÍ, M. ORTIZ, R. SANTOS, B. DE SOUSA.	Estado, governo e sociedade. para uma teoria geral da política. A cultura no plural. Cidadania cultural. o direito à cultura. A moderna tradição brasileira. A crítica da razão indolente.
OFICINA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS	CANCLINI, N. et alii. THOMPSON, J. B	Políticas culturais para o desenvolvimento – Uma Base de Dados para a Cultura. Ideologia e cultura moderna.

OFICINA DE ANÁLISE DE PÚBLICOS E MERCADOS CULTURAIS	ARAUJO, S. S.	Públicos e Mercados Culturais.
	BAUDRILLARD, J.	A Sociedade de Consumo, São Paulo: Rocco, 1990.
	BEHAMOU, F.	A Economia da Cultura.
	BOURDIEU, P.	A economia das trocas simbólicas.
	BRANT, L.	O Poder da Cultura.
	CANCLINI, N. G.	Consumidores e Cidadãos.
	FLEURY, L.	Sociologia da Cultura e das práticas culturais.
YÚDICE, G.	A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global.	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Aprende-se como demonstrado nos quadros acima o peso de autores das ciências sociais no curso de comunicação da FACOM, sugerindo que há espaço para o ensino de sociologia, disciplina que poderia servir de esteio teórico coadjuvante de as disciplinas que bebem das ciências sociais e de outras, que por sua natureza não as usam diretamente, mas, recorrem às suas teorias durante o processo de ensino demonstrando assim, a candura das “ciências da comunicação” que, como “objeto interdisciplinar e não uma disciplina”, reconhecem não existir “uma ciência da comunicação”, daí, fazer “apelo a uma dezena de disciplinas” utilizando, segundo Wolton (1999), a “Filosofia; Economia; Direito; Ciências Políticas; História; Antropologia; Psico-linguística; Geografia; Sociologia; Linguística”, ao investigar “o impacto das técnicas de comunicação no funcionamento da sociedade.” (p. 366-367).

Oferecem-se disciplinas optativas de outros departamentos acadêmicos e dentre elas estão: ciência política, antropologia I e poder político na Bahia contemporânea. Deduz-se então que para a FACOM o curso de comunicação não é insular, porém, intriga que a sociologia ainda não faça parte da matriz curricular, uma vez que comunicação e sociedade caminham contiguamente “em contextos sociais que dão sentido, cor e

especificidade a processos de comunicação aparentemente standardizados” (WOLTON, 1999, p. 80).

A pesquisa tem sido uma preocupação premente da faculdade tanto na graduação quanto na pós-graduação e assim, sob esta perspectiva, docentes e discentes têm à disposição: "Laboratório de Fotografia (analógica e digital); Laboratório de Jornalismo (on-line e impresso); Laboratório de Multimídia (responsável pelo site da unidade); Laboratório de Som; Laboratório de TV e Vídeo; e Laboratório de Rádio" (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 221). A faculdade também oferece a sala de informática de livre acesso como espaço aberto à comunidade estudantil para exercício de atividades acadêmicas.

3.5.2 Universidade Federal do Tocantins – UFT

A Universidade Federal do Tocantins, doravante UFT, tão jovem quanto o estado do Tocantins, foi criada pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000 como Fundação Universidade Federal do Tocantins, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, poderia criar outros câmpus, além do Campus de Palmas; isto posto, encontram-se também no estado do Tocantins os câmpus de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis (BRASIL, 2002, UFT, 2014).

A “articulação com a sociedade” é um pilar estratégico da universidade que reconhece a comunicação como: “[...]uma questão tão importante para o equilíbrio social, cultural, político e econômico quanto a saúde, a defesa, a pesquisa e a educação” (WOLTON, 2004, p. 60). Em escala a cada dia mais ascendente, atividades diárias são pautadas sob “problemáticas de comunicação e das técnicas que as sustentam” (WOLTON, 2004, p. 60). Este tipo de reconhecimento coaduna com a presença do curso de comunicação social entre os anos de 1996 a 2002 oferecido pela Unitins e a partir de 2003, jornalismo, oferecido pela UFT Câmpus de Palmas²⁴. O curso de jornalismo que, passou a fazer parte da grande área da comunicação social com o golpe militar de 1964,

²⁴ Campus de Palmas O campus de Palmas é forte pela iniciação científica. Sua estrutura, composta por muitas salas de aula, anfiteatros, uma grande biblioteca - além de um complexo laboratorial extenso e com muitos equipamentos de ponta, permite o desenvolvimento de novas tecnologias. O Campus de Palmas desenvolve projetos nas seguintes áreas: direitos humanos, novas tecnologias de alimentos, saneamento e desenvolvimento de fontes de energias alternativas, dentre outros (Carta de serviços ao cidadão 2016, p. 30).

funcionava também como tronco comum dos cursos de Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas, todavia, a Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o bacharelado em jornalismo, dissociando-o da comunicação social devolvendo-lhe assim, sua personalidade (DIAS, 2012). A matriz curricular da graduação em jornalismo oferece a disciplina sociologia como matéria obrigatória do 1º período, com carga horária teórica de 60 horas²⁵.

3.5.2.1 Bacharelado em jornalismo

Dois processos foram fundamentais para a atividade jornalística ter alcançado o grau de desenvolvimento ora visto “1) a sua comercialização e 2) a profissionalização dos seus trabalhadores” (TRAQUINA, 2005, p. 34), sendo que a profissionalização deu ao jornalismo duas características que o colocou no mesmo nível de profissões liberais como a medicina e a advocacia. Primeira, “maior liberdade e autonomia”, e segunda, “um estatuto social identificado com as profissões dos médicos e advogados”. Ao serem devidamente colocados no panteão de profissionais, os jornalistas, “professam saber o que é notícia e como escrevê-la” (TRAQUINA, 2005, p. 34-35).

A constatação de que o jornalismo no Tocantins era exercido por profissionais não graduados em jornalismo, agregada à autoconsciência de seu papel enquanto instrumento legal para o desenvolvimento técnico e científico, através de práticas sustentáveis, favoreceu a urgência de a universidade, não apenas graduar os profissionais que já exerciam o jornalismo, como também graduar novos profissionais, cumprindo assim a missão de “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.” (UFT, 2016, p. 10; UFT, 2017).

Partindo da premissa então estabelecida de que a profissionalização habilita o egresso de graduação a identificar o que é notícia e como escrevê-la, a UFT criou mecanismos para o ensino de jornalismo com este objetivo, e, o de suprir demandas do mercado em acordo com seu Projeto Político Pedagógico.

A educação tem estado atrelada ao estado do Tocantins desde sua fundação no ano de 1988, entendendo-se que sua expansão seria resultado da somatória de todos os setores produtivos, destacando-se o setor de serviços que tem respondido positivamente

²⁵ Fluxograma do curso jornalismo no anexo C.

na economia. Consonante com o pendor do estado para este setor, a graduação em jornalismo,

[...]propõe-se a oferecer à sociedade profissionais qualificados para atividades de informação, entretenimento, produção cultural e outras atividades importantes e indispensáveis ao desenvolvimento e intercâmbio cultural, econômico, social, político, nos âmbitos local, regional, nacional e mundial (UFT, 2017, histórico A).

Coerente com sua missão, a UFT, além da graduação em jornalismo, ofereceu no ano de 2006 a pós-graduação *lato sensu* em Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente,²⁶ ampliando ao longo dos anos as ofertas de especializações, 19 no total, embora no exercício de 2017 algumas tenham sido descontinuadas. Por outro lado, por conta da saudável ambição de a universidade aperfeiçoar o ensino de jornalismo, investe na Especialização em Ensino de Comunicação/jornalismo: Temas Contemporâneos²⁷ desde o ano de 2015, fortalecendo os processos de formação, pesquisa, extensão e desenvolvimento, e criou o Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade, a partir do primeiro semestre do ano de 2016, caminhando para a quarta turma no ano de 2018.

O respeito à vida e à diversidade fazem parte dos valores da universidade e consonante com estes valores o curso de jornalismo apresenta como objetivo primaz a formação profissional que habilite seus egressos a atuarem integradamente na comunicação e outras áreas do conhecimento, portanto, sua tônica é a

²⁶ O Curso tinha duração de 18 meses, e o objetivo de gerar novos hábitos e ações na sociedade, especificamente, em sua relação com o meio ambiente, além de capacitar pessoas que estivessem interessadas por uma formação continuada e sintonizadas com a emergência de um novo perfil profissional. Ainda, a especialização tinha a meta de estimular a visão para técnicas/estratégias inovadoras, com uma análise crítica dos contextos de desenvolvimento sustentável de comunidades e sua relação com o ambiente natural e social, propondo uma dinâmica multidisciplinar de ensino. A última oferta de curso aconteceu no ano de 2008, conforme o site da universidade. (Adaptado de Curso de pós-graduação Lato Sensu Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente-Universidade Federal do Tocantins/UFT, 2006). Disponível em http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=787&Itemid=214> Acesso 04 fev. 2018.

²⁷ A oferta dessa especialização dá continuidade às linhas de pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE que “consiste em permitir aos profissionais que atuam na área de confluência em comunicação, jornalismo e educação a oportunidade de ampliar e aprofundar conhecimentos ligados a temáticas contemporâneas, agregando elementos para transformação social.” Disponível em <http://ww1.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/especializacao/14650-especializacao-em-ensino-de-comunicacao-jornalismo-temas-contemporaneos>>. Acesso 04 fev. 2018.

multidisciplinaridade, identificada sobremaneira com as Competências/ atitudes/ habilidades gerais na área do Jornalismo, constante no PPC, “Ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas.” (UFT, 2015, PPC, p. 35, item 08).

O curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFT, nos seus quase 15 anos de criação, entregou à sociedade jornalistas que concorrem para o cumprimento da visão da UFT de “Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão” (UFT, 2016).

3.6 O ensino de sociologia no curso de comunicação e jornalismo em Portugal: presente nas universidades públicas e privadas

A reforma do ensino português (1985-2000) baseou-se mui acentuadamente na necessidade de o país se inserir na nova conjuntura política, econômica e social provocada pela entrada de Portugal na União Europeia e pelo discurso de modernização da sociedade portuguesa, em um contexto político, econômico, social e cultural. Entende-se por modernização a renovação do parque industrial, a qual, deveria acompanhar o processo de internacionalização da economia, porém, sem excluir a reforma da educação. O país entendia que através da modernização, atitudes, comportamentos e mentalidades também mudariam, modernizariam, acompanhando o movimento de internacionalização iniciado em 1986 quando o país aderiu à União Europeia (AFONSO, 2000, p. 19).

Portugal precisava se adequar às demandas impostas pelas novas tecnologias, entendendo que a modernização dos currículos, estava atrelada à empregabilidade, tendo em vista que a formação seria focada na polivalência do educando. A reforma educacional caminhou *pari passu* ao crescimento econômico, o qual, dependia de pessoal qualificado para ocupar posições. Nessa fase o carro chefe da educação foi a gestão, que otimizada por recursos, priorizou a modernização e eficiência do sistema educativo. Contudo, o estado continuou intervindo na “regulação das condições de criação e funcionalidades dos estabelecimentos e cursos” (AFONSO, 2000, p. 24).

Aderir ao Processo de Bolonha em 1999 proveu o país das condições necessária para a implementação de mudanças, sanando possíveis conflitos entre as novas tecnologias e as práticas docentes vigentes, ao prover formação contínua aos quadros docentes, além de ter aproximado Portugal de países que não sofreram atrasos econômicos e tecnológicos causados por processos políticos ditatoriais, estando, portanto, na vanguarda do uso das TICS. Bolonha objetivava “a fácil adaptação de currículos

outrora distantes e possivelmente incompatíveis” em função de a “empregabilidade dos cidadãos europeus e o desenvolvimento social e econômico” serem preocupações pré-Bolonha (PÔRTO JUNIOR, 2012, p. 61, 63; PÔRTO JUNIOR, 2017).

O curso de comunicação e jornalismo conheceu dois períodos importantes. O primeiro foi a adesão de Portugal à União Europeia que, provocou segundo Mesquita (1994), o “milagre da multiplicação dos cursos”, ocasionado ao que tudo parecia pela, “crescente relevância social das profissões dos *media*, a procura dos estudantes e à crise de algumas formações tradicionais na área das humanidades.” (Mesquita, 1994, p. 82, 94). O segundo aconteceu depois da entrada do país no Processo de Bolonha, o qual, estabeleceu parâmetros curriculares básicos para os países signatários do processo e criou uma nova política de educação baseada na meta de a Europa se transformar até o ano de 2020, “em uma comunidade do conhecimento altamente criativa e inovadora.” (PÔRTO JUNIOR, 2012, p. 76).

A meta estabelecida por Bolonha tem sido perseguida com afincos por universidades portuguesas públicas e privadas, como as Universidades da Beira Interior, Católica, do Minho, de Lisboa e Nova de Lisboa, sobre as quais apresentar-se-ão históricos de cada instituição e da criação dos cursos de comunicação e jornalismo, colhidos nos sítios de cada universidade, conforme os quadros abaixo.

Universidade da Beira Interior	<p>Os primeiros passos a caminho do que hoje é a Universidade da Beira Interior foram dados na década de 70, quando nasceu o Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), em 1973, com “apenas” 143 alunos. Actualmente, a UBI acolhe mais de 7 mil alunos, distribuídos por cinco faculdades: Artes e Letras, Ciências, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Engenharia – com uma oferta formativa adequada a Bolonha e estruturas laboratoriais e de investigação de apoio ao ensino e com fortes ligações à sociedade e ao mundo empresarial. Criada em 2000, a Faculdade de Artes e Letras [...] engloba áreas tradicionais das Letras, Filosofia, Design, Cinema e das Ciências da Comunicação, com as suas vertentes de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas. O Departamento de Comunicação e Artes (CA) [...] procura que o ensino e a investigação assumam, um e outro, um cariz simultaneamente teórico, prático e projectual, para o que se encontra dotado da bibliografia adequada (Biblioteca Central), de Laboratórios de Design e Informáticos, de Estúdios de Rádio, de Televisão e de Cinema. As ciências da comunicação têm como objetivos gerais: Desenvolvimento da capacidade de concepção criativa de mensagens em palavras ou imagens; preparação teórica e prática, a nível universitário, para as diversas profissões da área de Comunicação que exigem elevadas capacidades de reflexão e concepção e o exercício dos seguintes tipos de actividades: Jornalismo (imprensa escrita e meios audiovisuais) ; realização e produção na área do multimédia; actividades de comunicação empresarial (comunicação interna, publicidade e relações públicas) e assessoria na área da comunicação institucional (Gabinetes de Relações Públicas de Instituições Nacionais e Autarquias). Oferecem quatro saídas profissionais: Jornalismo (imprensa escrita, rádio e meios audiovisuais); realização e produção na área do multimédia - realização e produção na área do audiovisual e webdesign e webjornalismo; actividades de comunicação empresarial (comunicação interna, publicidade e relações públicas) e assessoria na área da comunicação institucional (gabinetes de relações públicas de instituições nacionais e autarquias) (UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, 2018, adaptado).</p>
---------------------------------------	---

Universidade Católica	<p>O campus de Palma de Cima estende-se por uma área de cerca de 37.000 m², mais uma zona separada, de aproximadamente 12.000 m², ainda não edificada. Aí estão implantados 3 edifícios, numa área total de 43.000 m², pela qual se distribuem salas de aulas, auditórios, salas de informática, a Biblioteca, a Reitoria, os serviços administrativos e escolares, um Centro de Congressos, bares, cantinas e restaurante, espaços associativos e de convívio, a livraria/papelaria e centro de cópias, bem como uma agência bancária. A Licenciatura em Comunicação Social e Cultural oferece uma sólida formação teórica articulada com uma formação prática aplicada às diversas áreas de especialização, como: comunicação social/jornalismo; comunicação organizacional; comunicação cultural e comunicação visual. As saídas profissionais relativas à Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, na vertente de Comunicação Social/Jornalismo são as seguintes: jornalismo/produção de conteúdos (imprensa, rádio, televisão, ambiente web); assessoria de imprensa e investigação na área dos media e do jornalismo (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 2018, adaptado).</p>
------------------------------	---

Universidade de Lisboa	<p>A Universidade foi criada em 1911, englobando a Faculdade de Medicina (anterior Escola Médico-Cirúrgica), a Faculdade de Ciências (anterior Escola Politécnica) e a Faculdade de Letras (anterior Curso Superior de Letras). Criação do Instituto Superior de Comércio e do Instituto Superior Técnico a partir do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Na penúltima década do século XX, em 1982, foi criado o Instituto de Ciências Sociais. A universidade oferece dentre outros cursos, o de Estudos de Cultura e Comunicação. A licenciatura em Estudos de Cultura e Comunicação aposta na formação de quadros capazes de se adaptarem com flexibilidade às condições e exigências de um mercado de trabalho em constante mutação, nos setores público e privado da cultura e da comunicação. Assentando numa noção ampla e inclusiva, tanto de cultura como de comunicação, este curso permite aos seus estudantes o conhecimento teórico atualizado e oferece-lhes, ao mesmo tempo, o desafio da relação com as questões práticas suscitadas pela inserção no contexto social. As principais saídas profissionais são: produtores culturais e assessores de programação cultural; investigadores em estudos culturais, estudos de comunicação e estudos de media; quadros de gestão cultural e do património cultural; jornalistas e críticos culturais de (e nos) media; analistas de cultura visual; assessores culturais e de comunicação em empresas; agentes de animação cultural em órgãos do poder central e autárquico; produtores e editores de textos (UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2018, adaptado).</p>
-------------------------------	--

Universidade do Minho	<p>A universidade foi fundada na cidade de Braga em 1973, começando a funcionar em 1975, com a missão de gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promover a educação superior e contribuir para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade. A Licenciatura em Ciências da Comunicação oferece uma abordagem à Comunicação no quadro mais geral das Ciências Sociais e Humanas e visa constituir-se como uma introdução aos saberes e práticas do exercício das várias profissões específicas da Comunicação. Fornece instrumentos teóricos, técnicos e metodológicos para compreender e questionar as dinâmicas sociais, económicas, políticas, profissionais, deontológicas e éticas da Comunicação atual, para uma intervenção empreendedora, eficaz e responsável nessas realidades. O curso está estruturado em três percursos para oferecer 5 Saídas profissionais abrangentes: Informação e Jornalismo: Jornalista (Imprensa, Rádio, Televisão, Online); Produtor de Conteúdos Informativos; Publicidade: Diretor Criativo; Planificador de Meios; Contacto (Account/Gestor de Clientes); Redator; Relações Públicas: Diretor de Comunicação; Técnico de Protocolo; Técnico de Relações Públicas; Assessor de Imprensa; Gestor de Imagem; Produtor de Eventos; Audiovisual: Realizador; Assistente de Realização; Produtor; Guionista; Anotador; Criador de conteúdos e Multimédia: Animador 2D/3D; Designer de Interação; Gestor de Produtos Multimédia; Guionista de Multimédia; Designer de Jogos (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2018, adaptado).</p>
------------------------------	---

Universidade Nova de Lisboa	<p>A Universidade Nova de Lisboa tem como missão servir a sociedade a nível local, regional e global. Como parte de sua missão criou o Curso de Licenciatura em Ciências da Comunicação visando a formação de licenciados com competências profissionais e académicas – tanto tecnológicas como críticas e criativas – no âmbito das linguagens e dos dispositivos da comunicação e das indústrias culturais, enquadradas numa perspectiva ampla e interdisciplinar. Os licenciados em Ciências da Comunicação ficam habilitados com os conceitos, as ferramentas e as metodologias necessárias ao exercício profissional nas diferentes áreas da comunicação, designadamente em: <i>jornalismo e comunicação social</i> - jornalismo impresso, jornalismo radiofónico, jornalismo televisivo, jornalismo multimédia e ciberjornalismo; <i>comunicação estratégica e política</i>: marketing, publicidade, relações públicas, consultoria e assessoria de comunicação; <i>cinema, televisão e media interativos</i>: produção e realização, programação cinematográfica e audiovisual, guionismo, conceção e produção de projetos multimídia; <i>comunicação, cultura e artes</i>: crítica cultural; gestão e assessoria cultural, programação cultural, conceção e produção de projetos multimídia; <i>investigação e ensino no campo académico das ciências da comunicação, através do acesso aos ciclos de pós-graduação (mestrado e doutoramento)</i> (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2018, adaptado).</p>
------------------------------------	--

As matrizes curriculares das universidades citadas contemplam o ensino de sociologia, sociologia da comunicação e sociologia política e comunicação nos cursos de comunicação, conforme quadro 19.

Quadro 19 – Ocorrências da disciplina sociologia/ sociologia da comunicação nas graduações de universidades portuguesas.

UNIVERSIDADE	ANO	DISCIPLINA	1 CRÉDITO = 25-30 horas de trabalho
Beira Interior	1º	Sociologia da Comunicação	60
Universidade Católica	3º	Sociologia da Comunicação	50
Universidade de Lisboa	1º/1	Sociologia I	50
	1º/2	Sociologia geral II	50
	3º	Sociologia Pol. e Comunicação	50
Universidade do Minho	1º	Sociologia	60
	2º	Sociologia da Comunicação	60
Universidade Nova de Lisboa	1º	Sociologia da Comunicação	60
	2º	Sociologia da Comunicação	60

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O ensino de sociologia nos cursos de comunicação e jornalismo faz parte, guardadas as particularidades de cada universidade, das matrizes curriculares das instituições portuguesas, adequadas ao Processo de Bolonha que previu “a criação de um sistema de títulos homologáveis a nível europeu” e a organização do sistema de créditos

ECTS, *European Credit Transfer System* – Sistema de transferência de créditos europeus.

Sobre o sistema ECTS encontra-se a seguinte explicação:

O ECTS baseia-se no princípio de que 60 créditos medem o volume total de trabalho de um estudante a tempo inteiro. Na Europa, esse volume de trabalho situa-se entre as 1500 e 1800 horas por ano e nesses casos um crédito corresponde a 25-30 horas de trabalho. Regra geral, 30 créditos equivalerão a um semestre e 20 créditos a um trimestre de estudos (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2009).

A presença da disciplina nos cursos das universidades citadas pode servir de indicativo do tipo de matriz curricular vigente nas instituições públicas e privadas, embora essa pesquisa não tenha a pretensão de dar conta das práticas académicas do território português. O que se pretende é confirmar que o Processo de Bolonha deu unicidade à formação teórica de comunicólogos ao incluir a disciplina sociologia nos currículos, além de “a construção exercitada por Bolonha permitir que diversos países tivessem condições de modernizar seus sistemas educativos” (PÔRTO JR., 2012, p. 187).

Apresentaram-se nos tópicos anteriores descrições sucintas das universidades brasileiras e portuguesas, e dos cursos de comunicação e jornalismo que oferecem, bem como da bibliografia utilizada diretamente ou não, para o ensino/uso da sociologia nesses cursos. Na continuação dessa consideração serão apresentadas as opiniões de professores que versaram a partir dos objetivos e hipóteses apresentados na introdução desse texto, as quais responderam ao problema de pesquisa proposto quanto ao ensino de sociologia; se o mesmo seria mais proficiente se os discentes de comunicação e jornalismo iniciassem seus estudos pela sociologia geral.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA – O QUE DIZEM OS PROFESSORES

"...ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção."

(FREIRE, 2003, p. 47)

Considerando-se a liberdade de expressão como uma das características indelévels da democracia, a importância da mídia fica mais premente por sua capacidade de persuasão junto à opinião pública, que para Sartori (1994), além de ser uma opinião compartilhada pelo público está vinculada a interesses públicos, à *res pública*. Entende-se a responsabilidade de a mídia neste aspecto, diante da defesa de Sartori (1994, p. 125), de que além da defesa de interesses públicos está o direito de o público ser informado sobre as coisas públicas, informações possíveis apenas pelo advento da “imprensa, de notícias e de jornais.” Os meios de comunicação, de acordo com Sartori (1994) fazem parte do segundo patamar do efeito cascata de formação da opinião, efeito vantajoso por facultar democraticamente o alimentar de informações de seu patamar, independentemente das polarizações que as mensagens enviadas possam causar, tão grande seu poder de penetração junto às massas.

Os docentes brasileiros e portugueses, a pesquisa revela, por entenderem a responsabilidade da mídia enquanto alimentadora das massas, são sensíveis à necessidade de os estudantes inteirarem-se das questões pertinentes à sociedade, e da importância do equilíbrio entre teoria e prática. Os docentes reconhecem e entendem a urgência da maioria dos estudantes de ingressar no mercado de trabalho por questões preponderantemente econômicas, isto é, a exiguidade de vagas nas empresas de comunicação, imprimem um ritmo de estudo acelerado, o qual, para muitos alunos parece ser retardado pela teoria, e por esse motivo objetam sua presença.

4.1 Bases da pesquisa

Tomou-se por base para essa pesquisa os objetivos geral e específico, os quais nortearam as perguntas utilizadas nas entrevistas. O resultado responderá as três hipóteses construídas, como anunciado na metodologia, baseadas em determinadas proporções, no método hipotético-dedutivo, que para essa pesquisa se iniciou pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos sobre o ensino de sociologia nos cursos de comunicação

(LAKATOS; MARCONI,1990), porém, como constatado por Popper (1902-1994) a ciência começa e termina com problemas e assim, espera-se que esse estudo dê continuidade à outras investigações.

A revisão teórica sobre a comunicação e o jornalismo, a história do jornalismo nos Brasil e Portugal, além das questões que assomam o cotidiano dos media favoreceram a compreensão do universo jornalístico, e, lembrando que a pesquisa perscruta o ensino, o estado da arte sobre esse tema e a investigação sobre as metodologias de ensino forneceram as informações necessárias à pesquisa documental.

“Ver, ouvir e escrever” foram recomendados por Oliveira (2006) como etapas indispensáveis ao ofício do antropólogo, e por extensão ao ofício do pesquisador qualitativo. Ver e ouvir professoras e professores brasileiros e portugueses expandiu horizontes imprevistos. Assim posto, para ouvir os entrevistados tomou-se por base o objetivo geral, que ancorou os objetivos específicos, por ter a meta de investigar as metodologias de ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo a fim de estabelecer possíveis parâmetros metodológicos de ensino.

Examinar os projetos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo das universidades, como primeiro objetivo específico, foi essencial para conhecer a constituição de cada curso, currículo, corpo docente, programa do curso e as habilidades que serão adquiridas ao final do curso e os alvos das instituições de ensino.

O segundo objetivo específico visou pesquisar os programas da disciplina sociologia ministrada em cursos de comunicação e jornalismo em universidades brasileiras e portuguesas, para verificar se o enfoque que é dado nos três campos das ciências sociais se deve a especificidades das próprias universidades e se sofrem interferências diretas (pressão de alunos) ou indiretas (sistema midiático).

Concomitante aos objetivos um e dois, verificar a metodologia de ensino de sociologia, cruzando as bibliografias utilizadas, antes e depois das novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (no Brasil) e do Processo de Bolonha (em Portugal), com o objetivo de entender as escolhas bibliográficas de autores clássicos e contemporâneos, como terceiro objetivo específico foi fundamental ao entendimento pretendido e surpreendente ao constatar-se o uso profícuo de autores das ciências sociais por docentes desligados metodologicamente da sociologia. O estudo comparativo foi essencial na pesquisa pois na presença dos documentos as conclusões se baseiam em fatos.

Os objetivos levantaram três hipóteses que seriam confirmadas ou refutadas dependendo dos resultados das pesquisas documental e de campo, como seguem:

H1: o ensino da sociologia não se debruça sobre o estabelecimento de verdades ou falsidades, todavia, pode embasar o referencial teórico do estudante ao ajudá-lo a estabelecer, ele próprio, parâmetros de verdade ou falsidade e dos papéis que desempenham para o consumidor do produto jornalístico (FOUCAULT, 1977). A diversidade dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo, em alguns cursos faculta a oferta de sociologia. Isso pode anuviar o critério ético do futuro jornalista, concorrendo para o falso discurso no jornalismo.

H2: o curso de comunicação e jornalismo habilita o estudante a suprir-se de informações profusamente disponíveis as quais devem ser analisadas e repassadas em espaços cada vez mais curtos de tempo. O sistema midiático baseado na competitividade administra os conteúdos no sistema *just in time* induzindo as universidades a priorizarem a técnica jornalística e conseqüente enxugamento de estruturas curriculares.

H3: a comunicação no século XXI está baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizadas pela velocidade de processamento. O dinamismo que a internet dotou as várias formas de comunicação urge também dinamismo similar no ensino de sociologia que pode ser dinamizado pela substituição de bibliografias *hard* por autores mais contemporâneos que auxiliem no entendimento das grandes questões que se apresentam neste início de século.

Os dez docentes entrevistados, pertencem às universidades apresentadas no capítulo 1, os quais possibilitaram, como dito antes, confirmar ou refutar as hipóteses levantadas por estarem completamente envolvidos no processo de ensino, e, como as entrevistas transparecerão, se empenham para formar profissionais éticos e de alta lucidez, em um modelo de racionalidade didática que evita o erro e a ilusão (MORIN, 2000). O ensino de sociologia é a base dessa pesquisa, assim, ensino e formação serão enfatizados por serem fundamentais para o bom desempenho da profissão.

Destarte, os resultados serão apresentados em função dos assuntos mais recorrentes nas falas dos entrevistados, como: 1. a crítica quanto a grande concentração de matérias teóricas no curso de comunicação, e a defesa de um bom embasamento teórico que poderá ajudar o futuro jornalista no desempenho da profissão, e 2. a formação do alunado que apresenta capital cultural variado e de acontecer do jornalista egresso do curso de comunicação ter carência de conteúdo teórico ao analisar a realidade social, prejudicando desintencionalmente o consumidor da notícia. Uma vez que se prometeu um estudo comparativo do ensino de sociologia nos cursos de comunicação e jornalismo

no Brasil e Portugal, serão apresentadas as perspectivas docentes da UFBA e UFT e das universidades portuguesas, com o objetivo de se fazer comparações.

4.2 A crítica quanto a grande concentração de matérias teóricas no curso de comunicação, e a defesa de um bom embasamento teórico que poderá ajudar o futuro jornalista no desempenho da profissão.

Há algum tempo reclama-se do excesso de carga teórica no curso de comunicação. Diz-se que o jornalismo se faz com prática e a insistência na teoria é um mecanismo encontrado pelas universidades para dar vazão aos quadros docentes de humanas. Jornalistas portugueses, por exemplo, segundo o estudo de Teixeira (2010), se queixavam do jornalismo acadêmico desde sua criação, sendo depreciado por não possuir um corpo docente que ensinasse as técnicas jornalísticas. Sob esse ponto de vista, a academia não estava habilitada para formar os futuros jornalistas.

4.2.1 A experiência docente

O trabalho de entrevistas para a pesquisa começou na UFBA, universidade que não inclui a sociologia na matriz curricular, como acontece com a UFT e as universidades portuguesas. A UFBA foi escolhida como contraponto às outras universidades e por isso o preâmbulo das entrevistas realizadas ²⁸ foi diferente do usado nas demais; porém, ato contínuo, as entrevistas seguiram um roteiro único. A princípio, as perguntas foram centradas sobre as possíveis críticas ao conteúdo teórico, para conhecer as experiências dos docentes com o ensino de sociologia, seguidas da percepção docente acerca da relação entre um bom embasamento teórico e o impacto desse tipo de formação, com o objetivo de verificar se as críticas apontadas por Teixeira (2010), condiziam com a realidade da sala de aula.

A primeira entrevistada, professora de técnica S I, Dra. Salvador I da UFBA, reconhece que grosso modo para os alunos, os conteúdos teóricos são dispensáveis: “Eu

²⁸ O ensino de sociologia da comunicação, se iniciado pela sociologia geral, auxiliaria os discentes quando profissionais a elaborarem melhores interpretações da realidade (para o jornalista) e realizar estudos e pesquisas mais aprofundados (para o produtor cultural) na área de comunicação e cultura?

acho que lamentavelmente eles ainda chegam achando que teoria é uma abstração dos deuses ou a Bíblia, do Olimpo, quase que uma abstração que não, parece não fazer sentido e que eles gostariam mesmo de desenvolver alguma coisa prática.[...] Então quando eles estão na sala de aula e dizem que não querem fazer uma monografia porque eles acham que monografia exige mais leituras, mais reflexão e pensam em fazer um produto. Eu digo que não tenho nada contra; que os preparo para as duas terminalidades, mas que devem pensar o seguinte: o produto é um trabalho bruto. Você vai realizar o produto, mas depois no memorial você vai falar, vai refletir sobre a sua realização, então você não tem de maneira nenhuma como escapar dessa suposta, equivocada polarização que você traz”.

Questionar polarizações entre teoria e técnica é uma prática saudável no ensino. Espera-se que a universidade como espaço de produção de conhecimento, proveja preparo profissional, não apenas técnico e utilitarista, mas do tipo polimorfo, ao qual é indispensável o arcabouço teórico (LARANJEIRA, QUADROS E CAETANO, 2011), como defendido pela professora de técnica P II, Dra. Palmas II, da UFT: “eu dou a disciplina de técnica P II. Se a gente for pensar, seria uma disciplina técnica de P II, mas eu trabalho com uma carga teórica bem grande na disciplina porque eu acho que não é só produzir x, mas a gente tem que resgatar essa ideia de, do papel social da sociologia, do papel antropológico, político, ao longo do tempo. Como surgiu x, é a história de x, não tem como não *linkar* isso na disciplina de P II. Então eu busco trazer essa carga teórica sim na minha disciplina de P II.”

O exercício de sensibilização do olhar realizado pela professora Dra. Palmas II, concorda com Dib, Aguiar e Barreto apud Teixeira (2011), que advogam a prática docente como atividade de reflexão, observação e questionamento; em função da complexidade dos processos sociais, que P II não dá conta sem contextualizações. É muito feliz o esforço de interdisciplinar as matérias oferecidas na graduação em comunicação, tanto no Brasil como em Portugal, especialmente em virtude,

[...] dos impactos das tecnologias de informação e comunicação, produzindo e mantendo conhecimentos científicos e técnicos, bem como em transformar tudo em inovações econômicas e sociais, é mais importante do que nunca para o dinamismo, soberania e prosperidade das sociedades.²⁹ (JAMBEIRO e PALÁCIOS, 2010, p. 7). (Tradução da autora).

²⁹“[...] the impacts of information and communication technologies, producing and maintaining scientific and technical knowledge, as well as transforming it into economic and social innovations, are more important than ever for the dynamism, sovereignty and prosperity of societies.”

Críticas como a presença de matérias teóricas no curso de comunicação, talvez sejam reflexo da formatação que a mídia imprimiu às comunicações. O comunicólogo formado na academia, inserido no mercado de trabalho, pode constatar que desperdiça suas potencialidades ao produzir informação sem conteúdo comunicacional, conforme o modelo vigente de notícias rápidas, porém, precisa fazê-lo, uma vez que os veículos dependem da audiência, se quiserem a fidelidade dos anunciantes, e o jornalista, do emprego. O professor de teórica L III, Dr. Lisboa III, da Universidade Nova de Lisboa, docente da cadeira teórica L III há mais de 30 anos, constata : “ [...] é um problema que tem muito mais a ver com as condições institucionais ou de funcionamento da mídia do que propriamente com as condições da formação acadêmica necessárias, embora eu ache também que por causa disso há uma contaminação desse modelo para a própria formação e vamos para aquilo que eu falava há pouco, não é, de como até no meio acadêmico já se vai generalizando um discurso, de que o que se precisa é prática, prática, prática. Entramos numa emulação com os próprios meios de comunicação, já não há uma diferença entre o que é trabalhar profissionalmente e o que é fazer uma formação acadêmica e científica.”

Nota-se que para os professores é totalmente exequível a presença da teoria e técnica no curso de comunicação, contudo, como o Prof. Lisboa III apresentou, a academia não pode se afastar de sua missão científica. A professora de teórica B I, Dra. Beira Interior , da UBI, entende que: “Uma pessoa que trabalha com comunicação tem que saber compreender o mundo, tentar compreender o mundo [...]”, compreensão exercitada pelas ciências humanas, como x: “e eu tenho sempre a ilusão de que x serve um pouco para a compreensão do social.” Na UBI, a docente nunca foi questionada quanto ao ensino de x, o que para ela parece negativo, por entender que questionamentos são saudáveis: “Não, não, até agora não porque podiam fazê-lo perfeitamente, mais não, não...[...] isso é um queixamento dos professores, nós gostávamos de ter alunos mais ativos, mais críticos, mais..., gostávamos, aqui e em todo lado, acho eu, mas não temos esses alunos não, eles não são assim tão, tão...”.

Compreender o mundo para trabalhar com comunicação pode requerer esforços estrênuos para os que forem formados apenas em bases tecnicistas crendo que a técnica dá conta de questões subjetivas. Obviamente, as TICS obrigaram mudanças no formato das comunicações e é louvável que as instituições tenham se adequadado ou estejam se adequando a elas, entretanto, convém aos espaços formativos estarem alertas ao que parece uma benesse da convergência, mas que pode ser uma forma de intromissão

demasiada do mercado no espaço acadêmico, portanto, o equilíbrio pode ser um inestimável argumento contra a concentração de disciplinas. Conforme a professora de técnica S II, Dra. Salvador II, da FACOM/UFBA: “[...] o desenho dos cursos não é muito bom em geral, [...] porque se os cursos têm uma dimensão mais técnica que não conversa com a perspectiva teórica que está posta, é problema do desenho do curso, [...], você deve preparar para tecnicamente esses profissionais terem condições de desenvolver bem os seus ofícios, né? O problema é que na hora que você oferta um conhecimento mais abstrato ou mais teórico, ele não é pensado, no processo da formação, para que quem tá lidando com ele entenda o que é que ele pode significar ou não, [...] uma formação que não vai ver uma relação direta com a prática - não precisa ver, mas se ele entender porque ele vai saber aquilo, ou porque que aqueles autores existem, ou a relação daqueles autores com o que ele vai precisar hoje de algum modo, o que foi mudando ou não ao longo do processo, acho que é um desenho de curso, que foi se perdendo a forma de relacionar as duas coisas.”

Esse relacionar as duas coisas ou interdisciplinaridade é o objetivo de dez em dez instituições de ensino, mas de difícil consecução, ainda assim, ela se mostra como a forma mais próxima de os alunos aprenderem como usar a teoria para desenvolver a técnica. Fidalgo (2001), atenuado com as tecnologias digitais entende que mesmo diante das novas tecnologias de comunicação, os alunos ainda precisam de embasamento teórico. O contato diário com as tecnologias digitais “ensina” aos alunos duas verdades importantes: 1ª. As novas TICS exigem a mesma preparação teórica que os antigos meios de comunicação exigiam e 2ª., ainda exigem o componente intelectual e criativo, que para o autor, é mais difícil que o componente técnico.

O aluno calouro desenvolve a capacidade crítica gradualmente, e a grande maioria quando questiona a matriz curricular, o faz nos semestres finais do curso, mas, parece apropriado que o aluno seja lembrado que “só se aprende a técnica, conhecendo a teoria”, segundo o professor de teórica P I ³⁰, Dr. Palmas I, da UFT. Refletindo bem, a crítica de Teixeira (2010), é feita em um trabalho de pós-graduação, confirmando a observação que o Prof. Palmas I faz: “[...] talvez o curso produza isso, [...] quando eu dava a disciplina final que era política brasileira, final do curso já, é lá no final do curso, que aí vem aquela dicotomia falsa, é, vamos falar coisa mais prática? Vamos ser práticos e tal [...] então foi

³⁰ Informação disponível em < <http://docs.uft.edu.br/share/s/jBzULuM8S5meaOLhLEr3XA>>. Acesso em 25 jan. 2018.

o curso que produziu e o curso pode produzir isso mesmo, aí é uma coisa que você pode explorar bem talvez porque faz parte um pouco da, ao meu ver isso aí faz parte um pouco da posição do jornalismo na sociedade e no mundo da, vamos dizer do conhecimento da ciência [...]”. Existe então a suspeita de que o discurso tecnicista é culturalmente produzido, como Lisboa III aventou em parágrafo anterior.

A percepção e conduta das/dos docentes é semelhante mesmo estando espacialmente dispersos. Diante de questionamentos como os apresentados acima – críticas ao conteúdo teórico, a professora de técnica III, Dra. Palmas III, da UFT, reage do seguinte modo: “[...] mesmo eu ministrando uma disciplina prática, eu tento dizer para eles em cada conteúdo eu mostro que, que aquilo ali pode ser melhor. Você pode ter uma atuação melhor em determinado procedimento, em determinado método do jornalismo se você tiver essa orientação humanística, esse olhar sociológico, esse compreender as comunidades, os grupos sociais, [...], que não é só técnica. Na minha disciplina eu falo pra eles: olha, a técnica, [...] um mês de redação, a redação ensina muita coisa, mas, esse olhar comprometido com a sociedade, esse olhar ético, esse olhar construtivo, esse olhar que vê uma comunidade periférica, um grupo social de outro forma, diferente – esse olhar, é só com estudo, com as disciplinas de humanas, das ciências sociais, as disciplinas que trabalham mais o conteúdo da sociologia, e da antropologia, da história, ciência política, filosofia.”

As técnicas de redação, o uso das tecnologias e a linguagem digital são pelo menos no mundo ocidental, universais, apresentando talvez mínimas variações. Os meios de comunicação têm mínima variação de objetivos, mas o sentido da comunicação, esse sim tece a teia de significados, que é a cultura. Os significados subjetivos da comunicação com as dificuldades de compreensão do que é dito, aparece para Wolton (2004, p. 30-31), como “uma das grandes revelações e contradições do século XX”, e a técnica por não vislumbrar soluções, “devolve” o problema para teorias ancoradas na antropologia, ciência política, filosofia, história, sociologia e psicologia; as quais, conforme a Profa. Palmas III, são capazes de educar o olhar do jornalista.

Grosso modo, o que a professora de teórica L I, Dra. Lisboa I, da Universidade Católica Portuguesa percebe é, que o aluno chega na licenciatura com pré-noções sobre os estudos teóricos adquiridas no ensino secundário: “eu penso que vai para um lado já do que é o ensino secundário que também não é um ensino secundário orientado para o conhecimento ou para pensar. Os alunos quando chegam às universidades, também não têm essa experiência e, portanto, também resistem a isso, por outro lado, a relação que

eles têm com os media, com a comunicação, com a tecnologia, enfim, ela envolve todas as dimensões da vida e essa é uma relação muito prática [...]. Portanto, também têm uma resistência a pensar sobre a comunicação de outra forma, penso eu.”

A constatação da professora Dra. Lisboa I, de os alunos resistirem a pensar a comunicação sob outros pontos de vista, mais uma vez apoia Wolton (2004, p. 37) quando diz que a comunicação do tipo facilitada pelas TICs, que “deveria aproximar os homens, serve para revelar tudo que os afasta”, como foi levantado na introdução desse texto, quando foram lembrados os episódios de xenofobia pós o Onze de Setembro, piorados pela veiculação de informações que associavam os ataques aos muçulmanos. Parece haver um esforço político intencional de bloquear a criticidade juvenil, especialmente, quando se eliminam das matrizes curriculares do 2º e 3º graus, disciplinas como a sociologia. O professor catedrático de teórica M I, Dr. Minho da Universidade do Minho, “desconfia” que as ações das classes hegemônicas de despolitizar sistematicamente a população estudantil serve a propósitos de dominação: “Não é por acaso que o poder político atual está a tentar fazer desaparecer x dos currículos escolares, não é por acaso, como também não é por acaso que em Portugal não existe x no secundário, também não é por acaso, porque preferem manter as pessoas, não digo ignorantes, mas despolitizadas e não conscientes nem conhecedoras da realidade, da situação da vida real, social; os nossos jovens, uma parte são despolitizados, por causa do tempo, eu sei que o espírito do tempo é difícil, mas sobretudo porque não têm acesso aos conhecimentos básicos, de cidadania, de conhecimento do que é a sociedade, do que é um partido, uma organização política, [...]”

Há sete anos, Machado (2011) falando sobre “o ensino de jornalismo na era da convergência” disse que o jornalismo vinha passando por profundas alterações desde os anos 80 como consequência das “reestruturações econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais vividas pelas sociedades contemporâneas”, as quais provocaram quebras de paradigma no jornalismo (MACHADO, 2011, p. 7). Ocorre que, mudanças no modelo de ensino, modelos de simplificação intelectual, causam a estranheza apontada pelo professor Dr. Minho, se o objetivo do ensino cumprir sua missão, que é “produzir aprendizagem”.

O grande medo é o de estar havendo o que o professor de teórica L II do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Dr. Lisboa II qualifica de “economia do conhecimento de nosso tempo, porque os conhecimentos estão a serviço da economia. Se é vendável ele é utilizado e valorizado... se a sociologia, filosofia tiverem algum produto

para vender sim, se não, são consideradas não importantes, obsoletas. Obsoleto é o que não dá lucro.” É a lógica do mercado.

4.2.2 Percepção docente acerca da relação entre um bom embasamento teórico e a eficácia desse tipo de formação

A pesquisadora verificou que os docentes percebem essa relação, entretanto é digno de louvor os atalhos utilizados para sanar as deficiências teóricas que poderiam resultar, por exemplo em má-interpretações da realidade social.

Recorrendo a Moraes (1986, p. 39), encontra-se a síntese da prática docente presente nas falas dos professores entrevistados, “IN-SIGNARE: Marcar com um sinal [...]”. A leitura de trechos das entrevistas testifica o tipo de marcação que o ensino desses docentes faz. Todavia, é um ensino marcado por irregularidades presentes no que talvez possa ser chamado de característica dos media: “o anti-intelectualismo, que faz parte do mundo dos jornalistas”, segundo o Prof. Dr. Palmas I, que acrescenta: “[...] querendo ou não a disciplina dá sensibilidade. [...] as normas de x, de x, [...] quando a gente trabalha o fulano e o ciclano, a gente dá uma capacidade, uma sensibilidade para o aluno pensar o mundo, as coisas que ocorrem no mundo assim ... fora de uma de uma esfera de determinismo econômico, técnico ou biológico, essas coisas – a ação humana [...].”

A professora de técnica S I, Dra. Salvador I, da FACOM/UFBA ao constatar deficiências teóricas - embora os estudantes tenham frequentado previamente a disciplina teorias da comunicação, adota a seguinte metodologia: “[...] nós nos sentimos assim muitas vezes obrigados a ir um pouco, né, chegar a falar um pouco de ciências sociais, enquadrar um pouco a comunicação dentro das ciências sociais aplicadas, falar um pouquinho da Escola de Chicago para que eles entendam o que é a pesquisa qualitativa, então a gente faz essa retrospectiva dentro de uma perspectiva bastante contextualizada, isso é na obrigatória.”

A professora Dra. Palmas II, que leciona técnica P II na UFT, introduz diferentes teorias consoante as demandas que forem surgindo: “[...] esse semestre por exemplo – teórica II, eu tentei trazer bastante coisas relacionadas à violência contra a mulher na mídia. Analisar esses produtos, analisar as notícias sobre esse tema envolve questões sociológicas; também o machismo, o patriarcalismo, etc. [...].”

Trabalhando técnica P III, a Profª. Dra. Palmas III também da UFT, demonstra preocupação similar à profª. Palmas II, concernente ao embasamento teórico de seus

alunos e para “diminuir um pouco essa perspectiva, tem algumas disciplinas no curso [...], por exemplo, x, x; é jornalismo especializado, são disciplinas que você pode trabalhar [...] com o olhar dessa pluralidade social, dessa diversidade [...] o professor em x pode trabalhar toda essa dinâmica cultural, econômica, local, né, essa exploração das identidades locais pela mídia, [...], então ele pode, ele pode avançar pra outros conteúdos [...]”

A professora Palmas III faz voz à colega da FACOM/UFBA, a professora Dra. Salvador II, que pensa: “[...] tem pouca sociologia da comunicação [...] na formação e alguns problemas que eles têm até para perceber mesmo o lugar dos meios de comunicação, efeitos sociais, efeitos políticos, impactos ..., faz falta estudos dessa área que sejam mais presentes na formação da comunicação, [...]. Às vezes você fica com discussões muito específicas do jornalismo, de x [...]”.

Desta forma, apresentam-se duas vertentes acerca da relação entre um bom embasamento teórico e o impacto desse tipo de formação: primeiro, os docentes estão atentos às carências estudantis e agem de pronto para saná-las recorrendo a teorias outras que não da comunicação, mesmo que não sejam professores de sociologia, como demonstrado pelas professoras Salvador I, Palmas II, Salvador II e Palmas III. Segundo: jornalistas e produtores se adaptam à indústria cultural para manterem seus empregos, “esquecendo” - por conta das contingências, como bem disse o Prof. Lisboa III, “a formação acadêmica e científica.”

O professor de teórica L III, Dr. Lisboa III, da Universidade Nova de Lisboa, sinaliza para um comportamento que tipifica o “círculo de manipulações” que Adorno (2002, p. 6), utiliza para descrever as condutas da indústria de massa: “[..]quando eu acompanho o percurso profissional de meus alunos ex-alunos, pessoas que foram meus alunos e que depois continuaram seus percursos profissionais no jornalismo, [...] quando acompanho alguns desses casos e constato o desperdício de talentos na forma como as notícias são escritas, eu sei perfeitamente que esse desperdício de talento não tem nada a ver com as capacidades de quem faz a notícia, mas tem muito mais a ver com o enquadramento institucional da produção das notícias, portanto, ou seja, de um jornalismo cada vez mais superficial, sem profundidade, não é? muito imediatista, muita informação e pouca comunicação [...]”.

Percepção semelhante, de os alunos precisarem se adaptar às empresas, é relatada pela professora de teórica B I, Dra. Beira Interior, da UBI: “[...] em Portugal tem empresas de comunicação que estão fechando as portas...os jovens estão fazendo um mal

serviço. Saem das universidades e são jogados para fazer reportagens por exemplo de tragédias, ‘in loco’, reportagens que não tem valor informativo, ético e jornalístico - encher chouriço, sensacionalismo barato que tem a ver com a economia das mídias.”

As seis constatações apresentadas acima apontam para o papel do ensino “no que ele tem de intelectual - não é uma atividade de especialização que deva conduzir ao detalhe, á filigrana, mas uma ação que se propõe fecundar idéias básicas que tornem o educando capaz de, por si só, caminhar no pensamento” (MORAIS, 1986, p. 39, 45-46), como

À semelhança do Brasil, as práticas pedagógicas em Portugal são em defesa de um bom embasamento teórico, entretanto, ao que parece, a tendência dos dirigentes é de esvaziar os fóruns de discussão presentes nas instituições de ensino secundário e superior, quando removem das matrizes curriculares disciplinas das ciências humanas. Sob o ponto de vista do Prof. Minho: “[...] não é por acaso, porque mantém despolitizados os nossos jovens.” Quando isso acontece, como no Brasil, ou se insinua, conforme tendências que se esboçam em Portugal, a tendência é de a informação roubar do indivíduo “o paradigma democrático que supõe a capacidade crítica do cidadão” ou seja, “a possibilidade para os indivíduos, os grupos, as coletividades, de driblar as falsas promessas da comunicação.” (WOLTON, 2004, p. 35).

É a comunicação e não a informação – sem desmerecê-la, que une a sociedade ao possibilitar as interações sociais, o exercício da cidadania. Embasado em estudos de comunicação, o professor Dr. Lisboa II vê a comunicação como “um fenômeno produtor da sociedade e ao mesmo tempo, um fenômeno social, [...] se não temos x, e x da comunicação num curso de comunicação onde o aluno perceba que o jornalismo e a comunicação são fenômenos sociais, não conseguem entender quase nada da comunicação. O contrário também é válido; se um curso de x não sabe que a sociedade é regida pela comunicação, também não percebe bem o que a sociedade é. O que acontece é, a disciplinarização excessiva da comunicação por um lado, e de x por um outro, está fazendo perder a ponte entre x e a comunicação. Isso é muito grave. Discute-se tanto a interdisciplinaridade....”.

A gravidade da “disciplinarização excessiva da comunicação”, aparece como substantivo recorrente na maioria das entrevistas – o enquadramento. O professor Palmas I alerta que “o enquadramento é orientado por uma visão teórica”. E essa visão teórica, é essencial para a Profa. Dra. Lisboa I: “Penso que é fundamental querer ter uma consciência dos problemas sociais, e que os problemas sociais também têm uma base

sociológica. Eu considero que é fundamental ter complemento de raciocínio, considero que é fundamental e para dar enquadramento. A questão é que o jornalismo também não se orienta, orienta-se cada vez menos pra isso, e, portanto, isso também não facilita o jornalismo ou qualquer outra área profissional que é muito mais orientado por uma questão mais prática e pragmática, e não problematizante, de qualquer questão que seja, qualquer questão que seja, e portanto isso também, tudo que seja disciplina que promova o raciocínio crítico ou contextualizador, eu julgo que tanto as empresas, como os estudantes, como as universidades por motivos diferentes todas caminham para que essas componentes se tornem cada vez menos relevantes ou apoiadas.”

Seguindo o raciocínio dos professores entrevistados se vê o desenho de um tipo de ensino configurado, guardadas as devidas proporções, pela teoria do *two step flow*: “No primeiro degrau, estão as pessoas relativamente bem informadas, porque diretamente expostas à mídia; no segundo, há aquelas que freqüentam menos a mídia e dependem dos outros para obter informação.” (MATTELART, A e MATTELART, M, 2006, p. 47-48). Aplicando ao ensino de comunicação, no primeiro degrau e com as melhores chances de emprego e visibilidade estão aqueles de grande capital cultural e técnico, e no segundo, os outros.

Pierre Bourdieu (1997), dedicou boa parte de seu tempo a pesquisas voltadas para a educação e sua relação com o capital cultural, por crer que o último era tão preponderante quanto o capital econômico. Cria que as lutas políticas se alicerçavam no capital cultural. Os grandes líderes políticos do século XX, podem ter nascido nas classes populares, mas receberam maciço investimento de capital cultural. Nelson Mandela (1918-2013) e Mohandas Gandhi (1869-1948) foram dois desses líderes carismáticos que podem ter alicerçado seus ideais políticos na academia.

A educação oferecida pode privar o indivíduo do capital cultural necessário para o bom rendimento escolar. Se é dever do Estado investir na educação, a presença de estudantes universitários com baixo capital cultural confirma sua falha porque para Giddens (2001, p. 78), “A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social.”

O capital cultural é apropriado por indivíduos que tem acesso a “mecanismos sociais de apropriação” como a família e a escola, embora a qualidade e quantidade desse capital apresente variações entre as classes sociais. O estudante de classe social alta tem acesso natural aos bens culturais oferecidos pela escola e frequência a sítios culturais

como museus e teatros, além de viagens que ampliam sua visão de mundo³¹. Boltanski e Bourdieu (1998) apresentam esse tipo de mecanismo de apropriação do conhecimento como uma variável importante na demarcação dos espaços pela classe alta.

A atual forma de ingresso na universidade, através do Sistema de Seleção Simplificada - SISU³² pode ser responsável pela variação do capital cultural observada pelos professores. Observa-se na experiência brasileira que o SISU/ENEM horizontalizou a oferta de vagas nas universidades públicas, todavia, cursos de grande procura como medicina e direito, que tem notas de corte altas, continuam na sua maioria, sendo frequentados por egressos de escolas privada e federais, contudo isso não significa que cursos como jornalismo apresentem notas de corte baixa. Os exemplos da UFT e UFBA confirmam isso porque a nota de corte do curso de jornalismo – ampla concorrência, no ano de 2017, respectivamente foram: 662,82 e 721,00.

A profa. Salvador I, que atende alunos dos semestres finais da graduação na UFBA observa que, de um modo geral, os alunos chegam na disciplina sem saberem pesquisar e inconscientes da importância desta habilidade: “[...] o que acontece que eu acho que é mais sério, mais sério nessa questão é que quando eles chegam, pra mim o mais grave não é que eles cheguem aos semestres finais, [...] o mais grave não é que ele chegue ali sem saber muito bem que tema que ele vai desenvolver, essa escolha é do aluno, pra mim o mais sério é que ele chegue ali, é uma questão que talvez a gente pudesse pensar assim como departamento, que ele comece a travar conhecimento ali com os processos, que são processos relacionados com a prática da pesquisa que são processos que eu diria em grande parte, eu diria 90 por cento deles desconhecem, então pesquisar, assusta um pouco, toda a sistemática necessária para fazer investigação de um tema, assusta muito a eles.”

A análise de diferentes fatores pode ajudar na compreensão do fenômeno, crê a professora Palmas II: “[...] a gente tem que analisar uma série de questões, a forma de ingresso, não é? a forma de ingresso na UFT hoje é pelo SISU. Antes tinha um vestibular específico da UFT. A gente vive um gargalo muito grande no curso de jornalismo, que é a evasão, a evasão e a retenção, não é? Claro que agora nós vivemos um outro momento

³¹ A pesquisadora encontrou um grupo de crianças argentinas na faixa de 12 anos, que acompanhadas de professoras estavam visitando o Museu Arqueológico de Lisboa, em Belém, no dia 30/11/2017.

³² “O SISU é o sistema informatizado do MEC (Ministério da Educação e Cultura) no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para os participantes do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).” Disponível em <<http://sisu.mec.gov.br/sisu>>. Acesso 28 jan. 2018. (Parênteses colocados pela autora).

porque foi inaugurado esse novo complexo laboratorial, então acredito que isso vai dar um novo gás para o curso. A gente tem enfrentado dificuldades pelo nível dos alunos, que entram com outras dificuldades e é ao longo do curso que isso vai refletindo, mas nós como professores temos que trabalhar para melhorar isso nas disciplinas, nas atividades fora da sala de aula.”

A evasão no curso de jornalismo é uma categoria de análise não levantada pela pesquisadora, mas que merece ser comentada pela recorrência do tema. Além de a professora Palmas II abordar o assunto, outra professora, Salvador II o menciona e inclusive remete ao capital econômico como decisivo nas condutas estudantis, inclusive das características das turmas mais recentes: “[...] quando eu entrei em 2000 eles eram alunos com um arcabouço assim, um conhecimento disponível e já adquirido ao longo da formação escolar, universitária e pessoal mesmo muito grande, hoje você sente uma desigualdade muito grande do volume de capital cultural dos alunos, tem aluno com muita dificuldade na escrita, no pensamento mais abstrato, na forma de lidar com o texto acadêmico, tanto que essa disciplina tem que ser uma disciplina, essa de x, você tem que ter muita paciência porque o que me interessa é que eles formulem x, eu já não posso mais exigir como eu exigia antes que ele tenha uma boa fundamentação teórica, ele vai ter uma boa fundamentação teórica coerente com o projeto que ele construiu, mas a qualidade da fundamentação teórica, nem todos vão poder me ofertar como me ofertavam há quinze anos; eles eram muito mais bem preparados, mas eu acho que é um desafio que a gente tem hoje, né, você tem realmente alunos com uma diferença enorme interna, hoje para você ter uma ideia, eu tenho só um aluno, um só que fez um projeto assim com que pode ofertar numa seleção de mestrado, na minha opinião, mas só um, os outros não, tem assim 40% hoje são bons projetos com pessoas que escrevem bem e tal, mas há uma evasão muito grande também, você lida com uma evasão muito grande, acho que tem a ver com isso, essa dificuldade com texto, essa insegurança do que vai fazer também, do tempo necessário, hoje os alunos precisam trabalhar, precisam ter estágios remunerados para poder tá também na universidade, aí o tempo vai ficando menor, porque o que tinha de diferença do tempo anterior não tem a ver com capital cultural, tinha a ver com capital econômico também, eles podiam se dedicar a estudar, eles podiam comprar livros, pagar fotocópias, hoje a gente praticamente não trabalha com fotocópias, hoje eu trabalho muito com textos integrais em PDF para disponibilizar na internet, a compra de livros hoje é raro, não é mais comum não, mas tem, mas tem.”

Quando a professora Salvador II relaciona o capital cultural com o capital econômico, ela confirma a teoria de Bourdieu (1997) comentada anteriormente, opiniões que os resultados do SISU 2017 reconfirmam quando se verifica que a nota de corte para o curso de medicina fica acima dos 800 pontos. Essa pontuação caracteriza estudantes de alto capital cultural, embora haja estudantes de classes populares – minorias, que também frequentam cursos de medicina e direito, principalmente depois do sistema de cotas para pretos e índios nas universidades públicas. O fato de a classe alta brasileira ocupar os tradicionais medicina, direito e engenharias como resultado do investimento que faz em capital cultural é objeto da análise que o Prof. Palmas I faz: “quando você tem um capital cultural mas elevado você vai para um curso mais elevado na hierarquia dos cursos entendeu, por exemplo se você domina bem línguas e fez um colégio muito bom, e vamos dizer, domina bem a própria língua [...], sei lá você vai pra outros cursos que tem mais prestígio na sociedade, aí é direito, sei lá, economia [...]”

O perfil do aluno do curso de comunicação e talvez seja o mesmo perfil para a maioria dos alunos, é diferente, como as professoras Salvador I, Palmas II e Salvador II destacaram. São diferentes por conviverem com pressões econômicas que não caracterizavam o Brasil de 17 anos atrás quando o país começou a experimentar certa prosperidade econômica. São diferentes também porque a exigência de formação no ensino médio foi descontinuada depois do ENEM. O aluno podia – as regras mudaram no último exame, entrar na universidade pelo SISU utilizando a nota do ENEM sem concluir o ensino médio, se alcançasse a pontuação necessária. Talvez seja a esse tipo de aluno que a Profª. Palmas II fez referência anteriormente e a professora Palmas III descreve: “nós temos recebido cada vez mais alunos, que vieram de escolas públicas, alunos do interior, que não tem necessariamente aquele conhecimento de mundo tão vasto, [...]”. Na continuação da fala a professora surpreende com um outro tipo de capital. O capital digital: “[...], mas ao mesmo tempo a gente tem recebido um outro grupo de aluno que são os alunos já mais conectados e antenados, né, porque eles estão nas redes sociais dia e noite, eles têm um conteúdo com esse mundo, esse universo que a cibercultura oferece para eles que a gente as vezes não tem [...]”

O conhecimento provido pela cibercultura não pode ser desprezado, pelo contrário, pode ser um aliado valioso para apropriação de outros conhecimentos quando o aluno usa as TICs para pesquisar, tendo em vista que não existe ensino acadêmico sem pesquisa. É digno de nota quando o espaço formativo aproveita a bagagem que o aluno traz, o lapida e agrega novos conhecimentos porque “[...] A educação precisa ser

redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida.” (GIDDENS, 2001. p. 78-79).

Portugal reconhece o conhecimento que o indivíduo adquire ao longo da vida e traz para a universidade. No ano de 2009 em Louvaine – BE, aconteceu a 5ª conferência ministerial desde que o Processo de Bolonha³³ foi implantado na Europa em 1999 e ratificado naquela altura por 46 países membros. Naquele encontro, as temáticas sociais foram priorizadas, sendo a *lifelong learning* (aprendizagem ao longo da vida) uma das pautas, cuja valorização foi concebida na gênese do processo, “[...] *lifelong learning* has been on the Bologna agenda ever since its inception”. O aproveitamento das diversas habilidades que o indivíduo adquire ao longo da vida, seria uma forma de o continente agregar ao capital cultural os novos conhecimentos que a universidade proveria (BFUG, 2015, p.4; PÔRTO JUNIOR, 2012).

O desafio docente é saber lidar com o variado capital cultural e digital do alunado. A professora Lisboa I vivencia a mesma dificuldade da professora Palmas III, da UFT, cujos alunos têm alto capital digital, mas de capital cultural que deixa a desejar: “O aluno da graduação tem dificuldade de digerir os conteúdos, eles têm dificuldade porque não têm uma base dada no Ensino Médio, não é má vontade, é ignorância – apesar de conhecer as redes sociais e os TICS; TV não é ter conhecimento. Eles têm dificuldades de conhecer as culturas para ter maior complexidade, densidade. A facilidade com os equipamentos pós-modernos que fazem parte de seus cotidianos dificulta o esforço para o conhecimento”. As professoras apresentam um problema não vislumbrado pela pesquisadora que é a presença de um alunado altamente tecnológico que precisa aprender a equilibrar os conhecimentos digital e analógico.

O professor Lisboa II também apresenta a perspectiva de um aluno altamente conectado com as TICS e indisposto para conhecimentos históricos e culturais: “Toda relação com o passado é hoje em dia um problema muito grave. Há uma pressão tão grande do presente, do instante, do imediato, que significa negar a mediação e nós precisamos da mediação para entender, precisamos de tempo... O ser humano precisa de tempo para se formar e conhecer as mudanças da sociedade e o que está a acontecer com essas tecnologias que nos ligam ao instante, ao presente. A velocidade muito rápida, a exigência perde-se em ideia do presente do passado e do futuro. Essas tecnologias originam a incapacidade de pensar [...]”. A colocação do professor Lisboa II remete a

³³ Recomenda-se a leitura de Porto Júnior (2012).

Bauman (2004) ao falar das mudanças que as tecnologias imprimiram à comunicação, tornando os laços humanos efêmeros e como possível resultado do imediatismo, conhecimentos “históricos, culturais” que requerem, nas palavras de Lisboa II, “mediação para entender” parecem obsoletos. Na atual velocidade da informação o capital cultural, resultante de conhecimentos acumulados parece desatualizado e, portanto, desnecessário para dar conta da formação do indivíduo.

Adicione-se à inexperiente perspectiva estudantil, conforme a abordagem anterior, a pressão “desinstitucionalizante” que as instituições de ensino enfrentam para renegarem os “princípios do conhecimento” em prol de uma “flexibilidade da presumida lógica interna das disciplinas escolares.” (BAUMAN APUD PORCHEDDU, 2009, p. 670) e interesses ideológicos do Estado, brevemente salientada pelo professor Minho: “Não é por acaso que o poder político atual está a tentar fazer desaparecer x dos currículos escolares, não é por acaso, como também não é por acaso que em Portugal não existe x no secundário, também não é por acaso, porque preferem manter as pessoas, não digo ignorantes, mas despolitizadas e não conscientes nem conhecedoras da realidade, da situação da vida real, social [...]”

A desinstitucionalização do conhecimento e óbvia erosão da cultura já é percebida na graduação de jornalismo quando o docente utiliza o debate como metodologia de ensino e talvez pelo baixo capital cultural encontra um alunado como o descrito pela professora Beira Interior: “os alunos pouco debatem, são apáticos”. A apatia com a qual a professora Beira Interior convive, é percebida por exemplo pela professora Lisboa I como apresentado d’antes de o aluno de graduação ter dificuldade “de digerir os conteúdos” por “ignorância” ou deficiência de capital cultural. A ignorância é preocupante dentre outras razões por levar “à paralisia da vontade. Quem não sabe o que guarda no depósito, não tem como calcular os riscos.” (BAUMAN APUD PORCHEDDU, 2009, p. 682).

A formação de um alunado que apresenta capital cultural variado é desafiadora, contudo os professores entrevistados evitam, por meio das metodologias de ensino que tal variação comprometa o aprendizado, pelo contrário, ela se apresenta como oportunidade para inserções em outras searas do conhecimento. Alguns exemplos abaixo mostrarão o que os professores têm feito para ajudar ao alunado de variado capital cultural:

Salvador II adota a seguinte metodologia: “eu gosto muito da formação, gosto muito de pensar a arquitetura, da formação das pessoas e essa questão: que conhecimento você

oferta para que as pessoas não fiquem desestimuladas nos seus ofícios? ao contrário, sintam que se elas buscarem mais conhecimento elas vão melhorar a qualidade do ofício. Eu acho que é isso, a gente é que tem que tornar essas pessoas curiosas e não com a sensação que fica conhecendo um monte de coisa que não serve para nada; a princípio pode não servir mesmo, mas se você não coloca nenhuma perspectiva de proveito, nem que seja para pensar a realidade de um outro modo, a relação passado-presente, perspectivas, se isso não tá posto, é muito difícil gerar curiosidade, porque eu acho que nem todo mundo tem um apelo analítico e teórico, não é obrigado a ter, porém, porém, deve ser uma preocupação nossa que as pessoas saibam que as coisas são mais do que aquilo que elas podem ver, mais do que aquilo que elas podem sentir e na universidade a gente lida um pouco com isso, né?”

Palmas I vê o paradigma interpretativo de cada disciplina como uma forma de desconstruir más interpretações da realidade, talvez advindas do baixo capital cultural dos alunos. Insiste que os problemas sejam analisados na correta perspectiva de x e não sob a “visão do mundo que desconsidera os arranjos sociais ou os constrangimentos da sociedade sobre as ações dos indivíduos. Quando a análise desconsidera isso, então vira tudo coisa da esfera pessoal, da esfera individual.”

A metodologia utilizada pelo professor Palmas I para ajudar o aluno a analisar os fatos é o paradigma interpretativo das ciências sociais que consiste em considerar o fato social isoladamente porque: “a visão de mundo [...], desconsidera os arranjos sociais, os constrangimentos da sociedade sobre as ações dos indivíduos e ela desconsidera isso, então vira tudo coisa da esfera pessoal, da esfera individual. [...] você está analisando por exemplo, a corrupção no Brasil, coisa corrente o dia inteiro: vê as notícias..., vão falar né, é o mau-caráter do político, é o mau-caráter do não sei o que, [...] você individualiza o mau-caráter. Essas coisas não são categorias de análise. O mau-caráter não é uma categoria, não é um conceito. Agora, existe uma coisa, nessa coisa de exposição que é uma estrutura de vida política e ela se impõe, ela pressiona muito os políticos. Na esfera política existe uma estrutura com esse negócio de campanha, de eleição, tal, dinheiro, e todo mundo entrou mais ou menos num esquema. Existe o esquema do clientelismo, que é uma estrutura da nossa sociedade - mas isso dificilmente aparece quando você tá falando por exemplo dum deputado ou outra coisa. Aparece, tá aparecendo muito essa coisa do individual, o cara é mau-caráter, o cara é do mal, essas coisas assim, totalmente perdidas - fica muito personalizado, você personaliza e você deixa de ver estruturas e é isso x oferece [...]. Quando eu dava a disciplina de x [...] eu colocava a dimensão do social

pesando ou incentivando o indivíduo. Tirava da análise essa coisa de escolha individual [...]. Se eu desse aula de política, ele ia enxergar que tem uma estrutura, que tem representação, que tudo isso de certa forma pesa ou incentiva o indivíduo. Na ciência política, lá na frente ele teria isso reforçado nas análises dos textos [...], até pra emparelhar as informações, que não é e fazer uma comparação, não é uma comparação dos assuntos [...]”.

Lisboa I ajuda os alunos a perceberem alguns contextos e como esses contextos “explicam as características do mercado dos media, do contexto do jornalismo, da indústria cultural [...] num sentido mais amplo, alguns de fato aprendem, aprendem uma questão de fundo [...] que é raciocinar de uma forma mais interativa entre a comunicação, os media e a tecnologia como expressão de valores e da própria sociedade. Isso é importante porque conseguem fazer o salto, percebe-se que ganham um olhar mais crítico, mais denso, mais profundo e mais complexo sobre a realidade.”

Lisboa III diz: “Eu guardo como uma recordação, uma grata recordação da minha experiência como professor, o fato de alguns desses alunos mais difíceis, [...] que tiveram que repetir a cadeira uma vez, duas vezes, terem ficado alguns deles como uma das relações mais duradouras, para além da universidade, ampliaram-se laços, porque eles se esforçaram muito e porque eu também me esforcei por eles, nós tivemos que fazer um trabalho mais personalizado e isso proporcionou uma relação mais próxima [...]”.

Beira Interior usa *cartoons* que falam da realidade social para ampliar a visão de mundo de seus alunos: “Eu às vezes dou a meus alunos *cartoons* [...] que são publicados na imprensa porque alguns deles, falam, dão realidade social. Houve um autor português que ficou muito conhecido André Carrilho, o André Carrilho fazia, fez o que? Quando havia aí aquela doença que afetou todo o mundo, mas esse caso só chegou, teve muito impacto, só chegou quando uma enfermeira espanhola, é... o ebola; o ebola estava a matar gente, gente, em África e os jornalistas não ligavam, então quando aconteceu o primeiro caso na Europa é que começou a ter destaque, então o André Carrilho faz, um conjunto de gente da África em camas a morrer ao pé uns dos outros e depois, uma pessoa branca e os jornalistas todos em cima, investigando aquele caso. Ora bem, foi premiado e é um exemplo de como isto nos dá muita informação. E como eu dizia há um bocadinho, tem de se ter noção do mundo social. Tem de se ter, tem de se ter, se não, fica-se ali muito limitado e isso não faz de ninguém, um bom profissional na área, e um jornalista muito menos.”

Observam-se acima diferentes metodologias que visam:

1. “entender os processos sociais [...]. E ainda, apresentar as contribuições contemporâneas sobre as intersecções entre estrutura social, ação social e comunicação.” (Palmas I).
2. “Sensibilizar para a importância do conhecimento x sobre a “comunicação” (Beira Interior).
3. “Compreender o fenómeno da comunicação numa perspectiva social.” (Lisboa III).
4. “Aprimorar a compreensão sobre a atividade de planeamento em comunicação e cultura [...]. Analisar, criticamente x [...].” (Salvador II).
5. “[...] refletir e discutir um conjunto de temáticas relacionadas com a relevância social da comunicação nas sociedades modernas [...]” (Lisboa I).

A figura 3 abaixo, é do *cartoon* referido pela professora Beira Interior, na qual André Carrilho (2015), cartunista português, critica a (des)atenção com que o jornalismo português tratou a epidemia do vírus ebola em África, alertado após casos de contágio chegarem à Europa e aos Estados Unidos.

Figura 3 - Episódio 103



Fonte: André Carrilho (2015). Episódio 103. Disponível em <
<https://www.google.com.br/search?q=Andr%C3%A9+Carrilho&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiegZb7oYPZAhWJHJAKHSZ6DQgQsAQIOQ&biw=1366&bih=613#imgrc=IMpRTcryFyoZXM>>. Acesso 31 jan. 2018.

Os objetivos levantaram as três hipóteses apresentadas ao se introduzir esse capítulo, as quais seriam confirmadas ou refutadas dependendo dos resultados das pesquisas documental e de campo. A diversidade dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo, em alguns cursos faculta a oferta de sociologia. Isso

pode anuviar o critério ético do futuro jornalista, concorrendo para o falso discurso no jornalismo.

H1: O ensino da sociologia não se debruça sobre o estabelecimento de verdades ou falsidades, todavia, pode embasar o referencial teórico do estudante ao ajudá-lo a estabelecer, ele próprio, parâmetros de verdade ou falsidade e dos papéis que desempenham para o consumidor do produto jornalístico (FOUCAULT, 1977).

A descoberta de que o ensino da sociologia em cursos de comunicação e jornalismo não era obrigatório nas instituições de ensino embora as áreas de estudo fossem próximas e por ser a comunicação imprescindível nas relações sociais provocou os questionamentos que deram origem a essa pesquisa. A pesquisa sobre os teóricos e teorias utilizados pelos docentes entrevistados revelou que mesmo na ausência das ciências sociais nas matrizes curriculares – com foco na sociologia e sociologia da comunicação, utilizam-se suas bases e de outras ciências humanas em saudável hibridação, que segundo Canclini (1998), é a combinação de processos socioculturais, que juntos dão nova forma a práticas pré-existentes.

Os docentes entrevistados entendem unanimemente que mesmo na ausência da disciplina sociologia nas matrizes curriculares do curso de comunicação ou da falta de espaço para inclusão direta das teorias sociológicas nos seus programas de ensino, é necessário entremear o conteúdo de suas disciplinas com as ciências da sociedade mesmo na presença de disciplinas técnicas. Os professores são todos protagonistas de metodologias de ensino que visam, claro os conteúdos disciplinares, mas que demonstram absoluta preocupação com as questões inerentes à profissão do jornalista como as que a pesquisadora apreendeu de suas falas como:

1. A necessidade de o aluno aprender a pesquisar desde os semestres iniciais, dissociando a pesquisa da ideia de fardo; associando a pesquisa qualitativa – incidente no jornalismo a um referencial teórico consistente.
2. A disposição de os professores ajudarem no crescimento intelectual de seus alunos, atentos às pressões do mundo do trabalho e suas demandas, porém ressaltando a dimensão social do jornalismo.
3. A percepção de que o aluno se sairá melhor se entender que o estudo das teorias subsidiará a prática; que olhar a realidade sob o prisma sociológico pode ajudá-lo na contextualização dos problemas sociais.
4. A ênfase nos relacionamentos existentes entre a sociologia, a comunicação, os media e as TICS.

5. A proteção contra o entorpecimento político e social que o conhecimento provido pelas CISO dá ao indivíduo.
6. A conscientização ao alunado de que a omissão do ensino de CISO serve a interesses outros, e não os interesses do futuro jornalista.

Os resultados obtidos confirmam a primeira hipótese. O ensino da sociologia pode embasar o referencial teórico do estudante de comunicação e ajudá-lo a estabelecer padrões de conduta profissional em benefício próprio e do consumidor da notícia. Por outro lado, as inquietações quanto ao enxugamento das matrizes curriculares que persistiam foram elucidadas pelo resultado da hipótese 2.

H2: O curso de comunicação e jornalismo habilita o estudante a suprir-se de informações profusamente disponíveis, as quais devem ser analisadas e repassadas em espaços cada vez mais curtos de tempo.

Baseou-se a segunda hipótese em leituras sobre a indústria cultural e os produtos que destina ao público de classes populares que suplantam “a luz”, do esclarecimento que apenas a cultura pode suprir. A indústria cultural “vende” a falsa ilusão de liberdade de escolha, no entanto, induz ao consumo de seus produtos através da mídia e dos media (ADORNO, 2002; BAUMAN, 2001). Supôs-se que o sistema midiático baseado na competitividade administra os conteúdos no sistema *just in time* induzindo as universidades a priorizarem a técnica jornalística e conseqüente enxugamento de estruturas curriculares.

Essa hipótese foi parcialmente confirmada. O mercado exerce pressão indireta na universidade de duas maneiras. Uma, quando absorve o aluno/candidato. Isso diz à universidade que ela está satisfazendo sua necessidade. Segundo o professor Lisboa II, “É a economia do conhecimento de nosso tempo, os conhecimentos estão a serviço da economia. “E dois, quando retorna o aluno/candidato, dizendo que a universidade não está correspondendo às suas expectativas. Tanto no Brasil quanto em Portugal há balcões de emprego que servem de filtro para o “produto” que a universidade deve preparar. Então, sob esse ponto de vista, o mercado exerce pressão indireta sobre os espaços formativos.

A recorrência do *just in time* para o curso de comunicação flui do corpo discente preocupado com as vagas de emprego minguantes e suas necessidades econômicas. O professor Lisboa III descreve a relação entre universidade – estudante – mercado, como “emulação”, da universidade “com os próprios meios de comunicação”. De maneira geral, o aluno tem pressa para graduar estritamente por questões econômicas o que também

explica a relação estabelecida com as disciplinas teóricas. Sob seu ponto de vista, elas retardam sua saída da universidade, mas ainda assim, presentiu-se que as queixas dos alunos poderiam ser resultado da bibliografia utilizado pelos professores, conforme a hipótese três.

H3: A comunicação no século XXI está baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizadas pela velocidade de processamento. O dinamismo que a internet dotou as várias formas de comunicação urge também dinamismo similar no ensino de sociologia, que pode ser dinamizado pela substituição de bibliografias *hard* por autores mais contemporâneos que auxiliem no entendimento das grandes questões que se apresentam neste início de século.

A última hipótese resultou de artigos pesquisados que criticavam o ensino de disciplinas teóricas como a sociologia, inclusive por não se ofertar a disciplina em algumas instituições brasileiras. Outra corrente que induziu a hipótese levantada foi a de que o exercício da atividade jornalística na era das TICS, de alta velocidade, prescinde o aprofundamento das informações.

As disciplinas técnicas S I, S II – anexo D; P II e P III – anexo E; conforme depoimento das docentes, bebem dos teóricos das ciências sociais e humanas, embora não os utilizem nas bibliografias. Disciplinas como TEÓRICA P I e L III bebem moderadamente das bibliografias *hard* – conforme os anexos E e G, entretanto, são entremeadas com autores contemporâneos e outros tipos de sociologia que surgiram à medida que as sociedades evoluíram. A professora Beira Interior entende que as atuais gerações podem ser contempladas com “outros tipos de sociologia – no mesmo curso, com outras competências.”

Embora a hipótese de número 3 não tenha sido confirmada, o resultado denuncia uma feliz flexibilidade docente atendida com as mudanças que as TICS imprimiram ao processo comunicacional e que adaptaram as bibliografias às especificidades dos cursos como em uma espécie de “dízimo epistemológico” conforme sugerido por Morin (2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O jornalismo, entre nós, não é uma profissão:
ou é éito,
ou é escada para galgar posições”.*

(LACERDA apud SODRÉ, 1999, p.307).

A pergunta - o ensino de sociologia ou sociologia da comunicação será mais proficiente se os discentes iniciarem seus estudos pela sociologia geral? – foi a centelha que provocou outros questionamentos conduzindo a essa pesquisa. Passados quase dois anos desde seu início, os temas que causavam inquietações apenas se acentuaram à medida que acontecimentos nacionais e internacionais abalaram as instituições, provocaram mudanças de comportamento e continuam sendo analisados pelas ciências sociais, interpretados pelo jornalismo e discutidos pela sociedade à base dessas interpretações.

Os dois últimos anos testemunharam também o aumento da conversão de jornais impressos para o formato digital em bastiões do jornalismo como os Estados Unidos. A imprensa digital reconfigurou as redações dando primazia às informações colhidas nas redes sociais, implicando no desaparecimento de postos de trabalho e precarização da atividade jornalística.

Acontecimentos desse jaez foram analisados à base da sociologia da comunicação na intenção de entender como os processos comunicacionais ocorrem e fundamentalmente, nos efeitos da comunicação na sociedade. As teorias da comunicação confirmam a importância de uma boa fundamentação teórica para o estudante de jornalismo enxergar as imbricações presentes na comunicação, como a pirâmide invertida que direciona a divulgação das notícias. Essa fundamentação pode auxiliar na autoanálise do futuro jornalista quanto ao seu papel social.

Poder analisar a comunicação criticamente oferece ao jornalista a capacidade de escolher conscientemente o que divulgar, sobre quem divulgar e quando divulgar, independentemente dos resultados positivos que o furo de reportagem representa para a categoria. Por mais onírica que uma afirmação como essa possa parecer, tendo em vista a disputa dos veículos e dos media por audiência, o ethos e deontologia jornalísticos continuam pautando a conduta profissional.

Os espaços formativos encontram duas dificuldades que grosso modo são impostas pelo mercado, a primeira é formar o jornalista na sua plenitude, formação que exige equilíbrio no oferecimento de disciplinas técnicas e teóricas, embora o fiel da balança, em virtude das demandas que as TICS impuseram às comunicações, penda para a técnica; e a segunda, é não ficarem desatualizados dentro das torres de marfim, sem acompanharem as tendências do mercado e capacitarem os alunos para o mundo do trabalho. A universidade como espaço acadêmico voltado para o ensino e a pesquisa não pode prescindir nem da teoria nem da técnica.

A pesquisa ora considerada não prescindiu da sociologia do jornalismo. Conhecer as origens do jornalismo brasileiro e português valoriza a presença da imprensa nos países e em espaços democráticos como a universidade, além de reafirmar que ao jornalismo, o título *watchdog* lhe cabe por direito, por sua missão de defender o direito de os cidadãos terem acesso a informação. Comparar sociologicamente o jornalismo no Brasil e Portugal reforça a importância de a tribo jornalística estar alerta a manobras políticas antidemocráticas, que conforme a pesquisa, cercearam a liberdade de imprensa durante várias décadas no século XX.

Quando a pesquisa “entrou” na pele de jornalistas brasileiros e portugueses descobriu que o número de jornalistas formados é crescente, e na sua maioria composto de mulheres jovens; que os cursos de jornalismo continuam com uma boa procura, embora se observe evasão em algumas instituições; os salários são baixos para horas de trabalho extenuantes; e aumenta a tendência de os veículos aproveitarem o trabalho dos freelas e estagiários, além de estarem reforçando a pejotização para se livrarem de obrigações trabalhistas.

O estudo sobre o ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo, que é o leitmotiv dessa pesquisa cimentou o percurso para alcançar os três objetivos específicos propostos: i) examinar os projetos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo das universidades; ii) pesquisar os programas da disciplina sociologia ministrada em cursos de comunicação e jornalismo na Universidade Federal do Tocantins e nas universidades portuguesas, para verificar se o enfoque dado nos três campos das ciências sociais se devia a especificidades das próprias universidades e se sofreram interferências diretas (pressão de alunos) ou indiretas (sistema midiático). Utilizou-se um método de pesquisa semelhante na Universidade Federal da Bahia, porém focado no conteúdo teórico da matriz curricular, tendo em vista a pesquisa prévia ter revelado a

ausência da disciplina sociologia no curso de comunicação.; e iii) verificar a metodologia do ensino de sociologia.

O exame dos projetos pedagógicos dos cursos de comunicação e jornalismo das universidades brasileiras revelou, que embora a disciplina sociologia não seja oferecida no curso de comunicação da FACOM/UFBA, ela faz parte da bibliografia de disciplinas obrigatórias do curso de comunicação. Na FACOM, como informado no capítulo 3 (3.5.1.2), o curso de comunicação oferece duas saídas: jornalismo e produção cultural, e nesses cursos, observa-se também a presença da sociologia em disciplinas obrigatórias, com uma ocorrência em jornalismo e três em produção cultural. Na UFT, a sociologia é disciplina obrigatória do curso de jornalismo. Em um único curso o docente oferece a sociologia geral e sociologia da comunicação. Observa-se também a presença da sociologia em disciplinas como o fotojornalismo e jornalismo regional. Nas universidades portuguesas pesquisadas, todas afiliadas ao processo de Bolonha, conforme apresentadas no capítulo 3 (3.6), o ensino de sociologia é obrigatório e a variação na oferta da disciplina é apenas na ordem de aparecimento na matriz curricular de cada universidade.

O segundo objetivo específico visou pesquisar os programas da disciplina sociologia ministrada em cursos de comunicação e jornalismo em universidades brasileiras e portuguesas, para verificar se o enfoque que é dado nos três campos das ciências sociais se deve a especificidades das próprias universidades e se sofrem interferências diretas (pressão de alunos) ou indiretas (sistema midiático). Depreendeu-se da pesquisa que as universidades que oferecem a disciplina sociologia, enquanto instituições autônomas, guardam especificidades que não comprometem o ensino. Dentre as cinco universidades portuguesas três delas oferecem a disciplina, mas os docentes não fazem parte das faculdades de comunicação. Eles são locados nos institutos de ciências sociais, oferecendo a disciplina como instituições parceiras. Quanto aos tipos de interferência, observou-se que os discentes demonstram impaciência diante do ensino de sociologia e outras disciplinas teóricas devido a circunstâncias econômicas. Os discentes têm urgência de entrar no mercado de trabalho e encaram esses estudos como retardadores para a conclusão do curso. O sistema midiático exerce pressão indireta ao estabelecer as habilidades requeridas do jornalista que emprega. As universidades, atentas à demanda adaptam os cursos a essas necessidades.

Verificar a metodologia de ensino de sociologia, como terceiro objetivo específico, cruzando as bibliografias utilizadas, antes e depois das novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (no Brasil) e do Processo de Bolonha (em Portugal), com o

objetivo de entender as escolhas bibliográficas de autores clássicos e contemporâneos, deixou transparecer que as escolhas docentes se devem à preocupação de o ensino oferecido estar contextualizado com as novas tendências pedagógicas, de aliarem-se teoria e técnica quando possível. No Brasil, os docentes aproveitam os conhecimentos prévios dos alunos, destacando-se os digitais, pela natureza do curso, para mostrar que autores clássicos e contemporâneos podem ser revisitados para ampliar o escopo de conhecimentos. Em Portugal a prática é semelhante, com a vantagem de o aprendizado ao longo da vida – *longlife learning*, como fundamento do Processo de Bolonha, além de ser aproveitado didaticamente nas interações professor-aluno, também servem como créditos acadêmicos.

A conversa com os docentes foi a culminância de várias leituras sobre o jornalismo, a sociologia da comunicação e do jornalismo e o ensino de jornalismo no Brasil, Portugal, Estados Unidos, África e Oriente Médio. Diz-se culminância por fechar (ou ampliar?) o ciclo de questionamento que começaram com a pergunta: o ensino de sociologia ou sociologia da comunicação será mais proficiente se os discentes iniciarem seus estudos pela sociologia geral? Essa pergunta levou a três hipóteses, respondidas como segue. A hipótese H1, de que o ensino da sociologia não se debruça sobre o estabelecimento de verdades ou falsidades, mas que pode embasar o referencial teórico do estudante ao ajudá-lo a estabelecer, ele próprio, parâmetros de verdade ou falsidade e dos papéis que desempenham para o consumidor do produto jornalístico mostrou-se verdadeira conforme o discutido no capítulo 3 (3.5 e 3.6). A sociologia não oferece respostas a problemas, atem-se a investigar os fenômenos para entender suas causas. O ensino de sociologia em cursos de jornalismo, segundo os resultados das entrevistas, concorre para o entendimento do jornalista sobre as causas de problemas que acometem a sociedade, o qual poderá ajudá-lo a interpretar a realidade para o consumidor da notícia. As opiniões dos docentes entrevistados respaldadas pelas teorias apresentadas confirmam a primeira hipótese.

O referencial teórico do estudante parece não sofrer a maturação necessária porque como apresentado na hipótese 2 o curso de comunicação e jornalismo habilita o estudante a suprir-se de informações profusamente disponíveis, as quais devem ser analisadas e repassadas em espaços cada vez mais curtos de tempo. Essa hipótese foi parcialmente confirmada. Os motivos de os discentes apreciarem mais as disciplinas técnicas, devem-se segundo os professores entrevistados, que foi a população estabelecida a ser pesquisada, a estritas necessidades econômicas, conforme o capítulo 4.

Os estudantes, na sua maioria entendem que a academia deve prover conhecimentos aprofundados não apenas das teorias da comunicação e assuntos comunicacionais, mas também de outras searas do conhecimento, todavia, parecem crer que esses conhecimentos poderão ser providos pela prática ou que poderão retornar à academia posteriormente para resgatá-los. Fica claro que o desaparecimento de vagas de trabalho é preponderante para as críticas discentes às cargas teóricas dos cursos de comunicação. A pressão do sistema midiático é velada. *O just in time* se aplica às empresas uma vez que quando as mesmas dão retornos para as universidades a respeito dos estagiários que lhes são enviados, elas estão subjetivamente dizendo às instituições formativas o que esperam delas.

A terceira hipótese baseou-se na influência das TICS sobre o ensino, quando foi aventado que a comunicação no século XXI baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizadas pela velocidade de processamento urge dinamismo similar no ensino de Sociologia, o qual pode ser dinamizado pela substituição de bibliografias *hard* por autores mais contemporâneos que auxiliem no entendimento das grandes questões que se apresentam neste início de século. Essa hipótese foi refutada pela comparação das bibliografias utilizadas nas universidades brasileiras e portuguesas. Tanto os professores de sociologia quanto os de outras cadeiras técnicas são versáteis no uso de autores clássicos e contemporâneos, encontrando-se dois autores considerados da sociologia *hard* apenas em um dos cursos de sociologia.

Os resultados dessa pesquisa são respostas à lacuna existente sobre o processo de ensino de uma disciplina basilar para estudos de jornalismo como a sociologia. Satisfazem temporariamente a falta de reflexão acadêmica por parte das licenciaturas em ciências sociais com enfoque em sociologia pelas contribuições que trouxe.

5.1 Contribuições da dissertação

Essa pesquisa sobre o ensino de sociologia nos cursos de jornalismo no Brasil e Europa, a partir da clivagem novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (no Brasil) e do Processo de Bolonha (em Portugal), ao que parece, como iniciativa inovadora pode ajudar na discussão sobre o lugar das disciplinas teóricas e técnicas nas graduações (Brasil) e licenciaturas (Portugal). As experiências de ensino que foram relatadas podem se tornar parâmetros de discussões sociológicas dentro das diversas disciplinas que compõe as matrizes curriculares de jornalismo.

O trabalho também serve, com demonstrado pelos resultados do objetivo de número 2, para discussões sobre a necessidade de o discente ampliar as fronteiras de seu capital cultural nos dois aspectos, teórico e técnico porque esses conhecimentos devidamente equilibrados lhe darão envergadura intelectual para aprofundar quaisquer temas, sem necessariamente ter que recorrer a outras áreas profissionais para referendar sua argumentação, e competência técnica para trafegar nas múltiplas plataformas.

O recorte do ensino de sociologia com essa pesquisa que parece pioneira poderá ser o começo de outros estudos na área de educação jornalística, tendo em vista a carência de estudos sobre ensino de jornalismo e a aparente ausência de estudos sobre o ensino de sociologia no ensino superior.

5.2 Trabalhos futuros

À medida que esse trabalho foi se desenvolvendo, começaram a surgir possibilidades de sofisticação e ampliação do tema. Esse breve estudo sobre o ensino de sociologia em cursos de comunicação e jornalismo no Brasil e Portugal aponta para a possibilidade de no mínimo, mais três recortes que contemplem: o universo discente com seus anseios, opinião e necessidades, o efeito da formação recebida sobre o jornalista egresso, e as metodologias de ensino que os professores de jornalismo usam para trabalhar a sociologia.

Uma pesquisa sobre o universo discente com seus anseios, opinião e necessidades, poderá discutir as perspectivas do calouro ao iniciar a graduação ou licenciatura; o que o indivíduo espera que a academia supra; levantar as deficiências culturais que o discente apresenta ao entrar na universidade ou desenvolve no decorrer do curso. Os resultados de estudos dessa natureza podem guiar os futuros projetos políticos pedagógicos da instituição, e principalmente, dar a necessária envergadura intelectual e técnica que o egresso necessita para ingressar no mercado de trabalho.

O viés do efeito da formação recebida sobre o jornalista egresso deve ser respaldado por estudos qualitativos entre jornalistas que, 1. Atuem na profissão, 2. Atuem em outras áreas por conta da precarização do trabalho, e 3. Estejam desempregados ou trabalhem como freelas ou pejeta.

As metodologias de ensino que os professores de jornalismo usam para trabalhar a sociologia contempla estudos qualitativos e quantitativos, nos dois países, pelos mesmos motivos que foram apontados para esse estudo. A ausência da sociologia em

matrizes curriculares do Brasil pode esmaecer a necessidade de seu estudo, portanto, caso existam metodologias de ensino aplicadas ao jornalismo, professores de outras cadeiras do jornalismo poderão ter às mãos sugestões de uso da sociologia, da sociologia da comunicação, e sociologia do trabalho também, por conta da desfiguração do trabalho do jornalista.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. Disponível em: < <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>>. Acesso 06 mar. 2018.
- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos. Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy...[eta1.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/gomes/AppData/Local/Temp/Temp3_Sociologia%20do%20Jornalismo.zip/ADORNO,%20T.%202009.%20Indústria%20cultural%20e%20sociedade%20-%20alunos.pdf>. Acesso 20 jan. 2017.
- AFONSO, A. J. Políticas educativas em Portugal (1985-2000): a reforma global, o pacto educativo e os reajustamentos neo-reformistas. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. de (Orgs.) **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 17-40.
- ALEJANDRO, J. **Journalism in the age of social media**. Reuters Institute Fellowship. Paper University of Oxford. 2010. Disponível em < <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Journalism%20in%20the%20Age%20of%20Social%20Media.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2017.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.
- ALLGÖWER, F. **Pesquisa básica pode evitar que a humanidade seja subjugada por máquinas**. Agência FAPESP. Disponível em < http://agencia.fapesp.br/pesquisa_basica_pode_evitar_que_a_humanidade_seja_subjugada_por_maquinas/24445/>. Acesso 13 dez. 2016.
- ARAÚJO, E. R., MAGALHÃES, R. **Jornalismo e a sociologia: um contributo**. Revista Comunicando, v.1, n.1, Dezembro, 2012. Disponível em < <file:///C:/Users/gomes/Documents/Jo%20para%20new%20Dell/SOCIOLOGIA%20DO%20JORNALISMO/Sociologia%20e%20jornalismo%20-%20Artigo%20Univ.%20do%20Minho.pdf>>. Acesso 12 jan. 2017.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007.
- AZEVEDO, F. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.3, p 14-19, mar. 2010. Disponível em < http://www.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf>. Acesso 12 jan. 2017.
- BARBOSA, R. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Aarte; Editora da Universidade de São Paulo, 1980. Disponível em < portalentretextos.com.br>. Acesso 25 jan. 2017.
- BAKHTIN, M. M.; BEZERRA, P. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2005.

- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1998.
- BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. O. **Subsídios para uma teoria da Comunicação de massa**. São Paulo: Summus editorial, 1986.
- BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BFUG. **Report of the 2012-2015 BFUG working group on the social dimension and lifelong learning to the BFUG**. Disponível em <https://media.ehea.info/file/2015_Yerevan/71/3/Report_of_the_2012-2015_BFUG_WG_on_the_Social_Dimension_and_Lifelong_Learning_to_the_BFUG_613713.pdf>. Acesso 01 fev. 2018.
- BLOG DO ENEM. **UFT- Notas de corte Sisu 2017 na Universidade Federal do Tocantins**. Disponível em <https://blogdoenem.com.br/uft-notas-de-corte-sisu/>. Acesso 28 jan. 2018.
- BOLTANSKI, L. & BOURDIEU, P. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e sistema de reprodução. In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.) **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOORSTIN, D. **From news-gathering to newsmaking**: a flood of pseudo-events. Disponível em <<http://www.irfanerdogan.com/dergiweb2008/24/14.pdf>>. Acesso 10 maio 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- BOURDIEU, P. A estrutura invisível e seus efeitos. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.
- BOYER, D., HANNERZ, U. **Worlds of Journalism, Ethnography**. vol. 7, no. 1, 2006, pp. 5–17. Disponível em <<file:///C:/Users/gomes/Documents/Jo%20para%20new%20Dell/SOCIOLOGIA%20D O%20JORNALISMO/Etnografia%20no%20jornalismo%20-%20Boyers%20e%20Hannerz.pdf>>. Acesso 24 jan. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002. **A organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4279.htm>. Acesso 13 jul. 2017.

_____. LEI Nº 9.394. **Diretrizes e bases da educação nacional**. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. **Resolução CNE/CES Nº 1 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013**. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso 15 dez. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946. **Cria a Universidade da Bahia**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9155-8-abril-1946-417464-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 08 jun. 2017.

_____. Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968. **Reestrutura a Universidade Federal da Bahia**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62241-8-fevereiro-1968-403521-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 08 jun. 2017.

_____. **Sistema de Seleção Simplificada – SISU**. Disponível em <<http://sisu.mec.gov.br/sisu>>. Acesso 28 jan. 2018.

BRETON, P.; PROULX, S. **Sociologia da comunicação**. 2. ed. São Paulo, SP: Loyola. 2002.

BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: EdUFSCar, 1998.

BURRELL, G; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1982.

CAMPO A. A. L. **Diccionario básico de Antropología**. Ediciones Abya-Yala. Quito-Ecuador. 2008. Disponível em <<https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/11506/1/Diccionario%20basico%20de%20antropologia.pdf>>. Acesso 01 jan. 2018.

CANAVILHAS, J. M. M. **O ensino do jornalismo em Portugal**. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/canavilhas-ensino-webjornalismo.pdf>>. Acesso 08 out. 2016.

_____. **Do jornalismo online ao webjornalismo**: formação para a mudança. 2006. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>>. Acesso 20 jan. 2017.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

CARRILHO, A. Imagem. **Episódio 103**. Disponível em <<https://www.google.com.br/search?q=Andr%C3%A9+Carrilho&tbm=isch&tbo=u&sou>>

rce=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiegZb7oYPZAhWJHJAKHSZ6DQgQsAQIOQ&biw=1366&bih=613#imgrc=IMpRTcryFyoZXM>. Acesso 31 jan. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, R. **Pierre Bourdieu e a história** – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr. 2002. p. 140.

CHRISTOFOLETTI, R. O que esperar do ensino? **Observatório da Imprensa**. Edição 575, 04/02/2010. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-que-esperar-do-ensino/>. Acesso 19 out. 2016.

COHN, G. **Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CURSO ABRIL DE JORNALISMO 2016. Disponível em <<http://www.cursoabril.com.br/>>. Acesso 19 out. 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso 25 jan. 2017.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em: <http://josesales.com.br/arquivos/DEMO%20Pedro.%20Metodologia%20cient%20C3%AD%20fica%20em%20Si%20C3%A4ncias%20Sociais.pdf>>. Acesso 26 set. 2016.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da Comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DIAS, R. Ora, sim; ora, não: o diploma de Jornalismo em várias fases do processo de profissionalização da atividade jornalística no Brasil. **Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC**, v.15, n.17, (jul. 2013), p. 75-92 ISSN: 1676-2827, (BR-SpFCL) 18549 . Disponível em <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/1839/pdf>>. Acesso 18 out. 2016.

_____. Comunicador social ou jornalista? A estruturação do conhecimento profissional do jornalista em cursos de graduação. **Revista Brasileira da História da Mídia (BHM)** – v. 1, n. 2, jul.2012/dez.2012. Disponível em <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4023>>. Acesso 18 jan. 2018.

DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA. Disponível em <http://www.filozar.com.br/Dicionarios/DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf>. Acesso 08 out. 2016.

DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS ONLINE. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/jornalista>>. Acesso 09 jan. 2018.

DUARTE, L. A. F. **Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano: estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva / Luiz Antônio Farias Duarte**. Porto Alegre,

2012. 456 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Fac. de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 05 out 2016.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: atlas, 2005.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho**. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203937/mod_resource/content/1/Da%20divis%C3%A3o%20social%20do%20trabalho.%20%C3%89mile%20Durkheim%3B%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Brand%C3%A3o.%20-%202%C2%AA%20ed.%20-%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%20Martins%20Fontes%2C%201999.%20%281%29.pdf>. Acesso 01 fev. 2017.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

EHEA/EURYDICE. European Commission/EACEA/Eurydice, 2015. **The European Higher Education Area in 2015: Bologna Process Implementation Report**. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: < http://bologna.yerevan2015.ehea.info/files/2015%20Implementation%20report_20.05.2015.pdf>. Acesso 28 jun. 2016.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed., 1994.

ESTEVEES, J. P. **Sociologia da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

_____. **A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007

_____. **O espaço público e os media: sobre a comunicação entre normatividade e facticidade**. Lisboa: Colibri, 2005.

EUROPEAN JOURNALISM OBSERVATORY. **Portugal perde 1218 jornalistas em 7 anos**. Disponível em< <http://pt.ejo.ch/jornalismo/portugal-perde-1218-jornalistas-em-7-anos>>. Acesso 16 jan. 2018.

FAORO, R. **Os donos do poder formação do patronato político brasileiro**. 3.a edição, revista. Ed. Globo, 2001. Disponível em < <file:///C:/Users/gomes/Downloads/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf>>. Acesso 12 jan. 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Quem é o jornalista brasileiro?** Perfil da profissão no país. 2012. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074/1816>>. Acesso 11 jan. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **No Brasil e no mundo maioria dos crimes fica impune**. Disponível em <<http://fenaj.org.br/no-brasil-e-no-mundo-maioria-dos-crimes-fica-impune/>>. Acesso 10 jan. 2018.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1. São Paulo: Ática. 1978.

_____. Frase. Disponível em < <https://pt.wikiquote.org/wiki/Consumismo>>. Acesso 01 fev. 2018.

FIDALGO, A. O ensino do jornalismo no e para o século XXI. **Comunicação proferida no Congresso Internacional sobre Jornalismo e Internet, Universidade de Coimbra, 28 e 29 de março de 2001**. <Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> [...], 2001 - bocc.uff.br>. Acesso 19 out. 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. **Apostila**. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso 27 set. 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 1977. Disponível em < http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf>. Acesso 20 set. 2016.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, SP, n. 31, junho 1996**. Disponível em: < www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm>. Acesso 08 out. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GARCIA, J. L. Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses: Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. P. 23-46. In: GARCIA, J. L. (Org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, T. E. et al. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

_____. **Sociologia**. 2001. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/ivocosta/materiais/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf. Acesso 28 jan. 2018.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf>. Acesso 26 set. 2016.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GONÇALVES, M. C. **O jornalismo literário no século XIX**: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346244_ARQUIVO_artigoanpuh_versaofinal_.pdf>. Acesso 08 jan. 2018.
- GRAÇA, S. M. Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In: GARCIA, J. L. (Org.). **Estudos sobre os jornalistas portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa, PO: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- GREENSLADE, R. **After Laveson**: why the teaching of journalistic ethics is so crucial. Disponível em <www.theguardian.com>. Acesso 25 jan. 2017.
- HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.
- HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- IANNI, O. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- JAMBEIRO, O.; PALÁCIOS, M. **Brazilian perspectives in digital environments**: communication policies, e-government and digital journalism. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1990. Disponível em <https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2014/08/sociologia-geral-lakatos-eva-maria.pdf>. Acesso 09 set. 2016.
- LARANJEIRA, A.; QUADROS, C.; CAETANO, K. O ensino do jornalismo digital: metodologias que constroem uma disciplina. In: **O ensino do jornalismo na era da convergência**: conceitos, metodologia e estudos de casos no Brasil. Elias Machado (Org.). Salvador: EDUFBA, 2011. P. 127-149.
- LYNCH, D. **Above and Beyond**: Looking at the Future of Journalism Education. Disponível em <http://www.knightfoundation.org/media/uploads/publication_pdfs/KF-Above-and-Beyond-Report.pdf>. Acesso 19 out. 2016.
- MACHADO, E. Prefácio. **O ensino do jornalismo na era da convergência**: conceitos, metodologia e estudos de casos no Brasil. Elias Machado (Org.). Salvador: EDUFBA, 2011. P. 7.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 15, agosto 2001. Quadrimestral. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123/2395>. Acesso 13 out. 2016.

MAIGRET, E. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2010.

MAPA. EUROPEAN COMMISSION/EHEA/EURYDICE, 2015. **The European Higher Education Area in 2015: Bologna Process Implementation Report**. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <http://bologna.yerevan2015.ehea.info/files/2015%20Implementation%20report_20.05.2015.pdf>. Acesso 28 jun. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHO, S. C. dos S. **Formação em jornalismo numa sociedade em mudança: modelos, percepções e práticas na análise do caso português**. 2011. 543 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação, Estudos de Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/19819>>. Acesso 19 out. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MORA, J. F. **DICIONÁRIO DE FILOSOFIA**. Disponível em <<http://www.portalconservador.com/livros/Jose-Ferrater-Mora-Dicionario-de-Filosofia.pdf>>. Acesso 06 mar. 2018.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MCQUAIL, D. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.

MEDITSCH, E. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Rebej - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasil, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rebej/article/view/3947/3705>. Acesso 19 out. 2016.

MELO, J. de M. de. **Indústria Cultural, Jornalismo, Jornalistas**. 1991. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1320>>. Acesso 20 jan. 2017.

MELO, J. de M. de. O ensino da Comunicação. MATTOS, S. (Org.). **Comunicação plural**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MELO, J. M. de. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2074/1816>>. acesso 11 jan. 2018.

MELO, J. M., ASSIS, F. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso 03 fev. 2018.

MENDONÇA, T.; PEREIRA F. H; LEAL-ADGHIRNI, Z. Formación y producción periodística en Internet: desafíos y perspectivas en el escenario brasileño. **Palabra Clave** 15 (1), 26-53. Abril de 2012. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/649/64923563003/>>. Acesso 09 maio 2017.

MESQUITA, M. A educação para o jornalismo: uma perspectiva sobre Portugal. **Revista Brasileira de Comunicação (INTERCOM)**, v. XVII, n. 2, p.75-96, jul./dez.1994.

MICROSSOCIOLOGIA/MACROSSOCIOLOGIA. **Dicionário de Sociologia - M - Prof2000** Disponível em: www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_m.html. Acesso 26 set. 2016.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

MORAIS, R. de. **O que é ensinar**. São Paulo, SP: E.P.U. 1986.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyolla, 2006.

OLIVEIRA, A. M. O ciberespaço e o desinvestimento juvenil da cultura escolar: sintomas no ensino médio do Tocantins. **Educere et educare**. Revista de educação. Vol. 10 Número Especial - jan/ Jun. 2015 UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL p. 483 – 492. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/9531/8595>>. Acesso jan. 2017.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 3.ed. São Paulo, SP: Ed. UNESP, Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.

O'ROURKE, S. **Teaching journalism in Omán: Reflections alter the Arab Spring**. 2011. Disponível em:

<<https://search.informit.com.au/documentSummary;dn=485589159383836;res=IELNZC>>. Acesso 04 jan. 2018.

PORCHEDDU, A. Zygmunt Bauman: Entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a16>. Acesso 31 jan. 2018.

PÔRTO JUNIOR, F. G. R. Brasil e Portugal: uma perspectiva comparativa sobre a história da formação em jornalismo. In: **O ensino do jornalismo na era da convergência: conceitos, metodologia e estudos de casos no Brasil**. Elias Machado (Org.). Salvador: EDUFBA, 2011. P. 45-70.

PÔRTO JUNIOR, F. G. R. **Entre Comunicação e Educação: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social / Jornalismo em Portugal**. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em <<http://www.repositorio.ufba.br:8080>>. Acesso em 09 set. 2016.

PÔRTO JUNIOR, F. G. R. **Processo de Bolonha: história, formação e ensino na União Europeia**. Porto Alegre: Editora Fi. 2017.

PORTUGAL, J. SODRÉ, R. **A massa**. Disponível em <https://www.letras.mus.br/raimundo-sodre/460163/>. Acesso 14 fev. 2018.

PORTUGAL. Lei n.º 64/2007. **Estatuto do Jornalista**. Disponível em <http://www.ccpj.pt/legisdata/lglei1de99de13dejaneiro_b.htm>. Acesso 15 jan. 2018.

PULITZER, J. Disponível em <<https://www.google.com.br/search?tbm=isch&sa=1&ei=sa1QWu6LN8GjwQTz4oDYAw&q=frase+de+pulitzer&oq>>. Acesso 06 jan. 2018.

RECUERO, R.; BITTENCOURT, M. C. A. e ZAGO, G. O discurso de veículos jornalísticos e a repercussão da audiência no Twitter sobre os protestos de 15 de março de 2015 no Brasil. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** [online]. 2016, vol.39, n.3 [cited 2017-01-12], pp.115-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442016000300115&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-5844. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201637>>. Acesso 12 jan. 2017.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Ranking mundial da liberdade de imprensa 2017. Disponível em <<https://rsf.org/pt>>. Acesso 27 set. 2017.

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. v. 2, n. 03: jan. jun. 2014. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/issue/view/7/showToc>. Acesso 20 out. 2016.

ROCHA, M. E. da M. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. **Soc. estado., Brasília**. v. 26, n. 3, p. 453-470, Dec. 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300002>.

ROCHA, P. M. **A importância da formação do profissional jornalista e sua relação com o meio ambiente social no século XXI**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-importancia-da-formacao-do-jornalista.pdf>>. Acesso em 08 out. 2016.

ROVIDA, M. F. **A segmentação no jornalismo sob a ótica durkheimiana da divisão do trabalho social**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Comunicação da Faculdade Cásper Libero, Linha de pesquisa B – Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento. Faculdade Cásper Libero. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu São Paulo – 2010. 170 p. Disponível em : <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/08-A-segmenta%C3%A7%C3%A3o-no-jornalismo-sob-a-%C3%B3tica-durkheimiana-da-divis%C3%A3o-do-trabalho-social.pdf>>. Acesso 02 fev. 2017.

SALAVERRÍA, R. Mídia e jornalistas, um futuro em comum? **Parágrafo**. Jan./Jun.2015 V. 1, N. 3 (2015). Disponível em <<file:///C:/Users/gomes/Documents/Midia%20e%20jornalistas,%20um%20futuro%20em%20comum.pdf>>. Acesso 15 jan. 2018.

SANTOS. B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 1989. Disponível em<<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/livros/introducao-a-uma-ciencia-pos-moderna.php>>. Acesso em 21 set. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/semangeo/pdf/Capitulos_do_livro.pdf> Acesso em 01 out. 2016.

SANTOS, R. E. dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

SEABRA, R. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: MOTA, L. G. (org.) **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade da Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada. Volume I – **O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, C. R. O. **Metodologia do trabalho científico**. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

SILVA, G. Imaginário coletivo: estudos da sensível na teoria do jornalismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 244-252, setembro/dezembro, 2010. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123/2395>>. Acesso 13 out. 2016.

SILVA, R. C. da. **Produção científica em Sociologia da Educação**: estudo bibliométrico do Banco de Teses da Capes. 2014. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em <
https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1CHZL_pt-BRBR709BR709&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Produ%C3%A7%C3%A3o+cient%C3%ADfica+em+Sociologia+da+Educa%C3%A7%C3%A3o:+estudo+bibliom%C3%A9trico+do+Banco+de+Teses+da+Capes>. Acesso 15 out. 2016.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES. **2017 é o ano menos mortífero dos últimos dez para jornalistas**. Disponível em <
<http://www.jornalistas.eu/?n=10062>>. Acesso 13 jan. 2018.

SINDICATO DOS JORNALISTAS. **Estudo mantém televisão como principal fonte de acesso a notícias em Portugal**. Disponível em: <
<http://www.jornalistas.eu/?n=9962>>. Acesso 16 jan. 2018.

SISU. **Notas de Corte SISU na UFBA**. Disponível em: <
<https://querobolsa.com.br/sisu/notas-de-corte/faculdades/universidade-federal-da-bahia>>. Acesso 28 jan. 2018.

SKJERDAL, T. S. Teaching journalism or teaching African journalism? Experiences from foreign involvement in a journalism programme in Ethiopia. **Global Media Journal African**. Edition 2011. Vol. 5 (1). Disponível em: <
globalmedia.journals.ac.za/pub/article/download/56/95>. Acesso 04 jan. 2018.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. de. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Disponível em
 <<https://books.google.com.br/books?id=GmRTJgaQ1WkC&pg=PA2&lpg=PA1&focus=viewport&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso 06 out. 2016.

SOSTER, D. de A. Complexidades, sistemas e redes sociais: metamorfoses do ensino-aprendizado. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 2, n. 11, p. 41-59, jul./dez. 2012. Disponível em <
https://scholar.google.com.br/scholar?q=+Complexidades%2C+sistemas+e+redes+sociais%3A+metamorfoses+do+ensino-aprendizado.&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso 19 out. 2016.

SOUSA, J. P. **Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>. Acesso 06 out. 2016.

SOUSA, J. P. et al. **Uma história da imprensa lusófona**. Vol. II. Porto: Editora Media XXI – Publishing, Research and Consulting. 2017.

SOUZA, M. M. P., DE; CARRIERI, A. DE P. A ANÁLISE DO DISCURSO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual / Eloisio Moulin de Souza (org.). – **Dados eletrônicos**. - Vitória: EDUFES, 2014. 296 p.: il.

STRELOW, A. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2010. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 67-90, dez. 2011. Disponível em <www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/22405/14482>. Acesso 20 out. 2016.

SUBTIL, F. Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. P. 93-108. In: GARCIA, J. L. (Org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

THE PENNY PRESS. **Jornalismo em blog**. Disponível em :<<http://jornalismoemblogg.blogspot.com.br/2015/05/penny-press.html>>. Acesso 06 jan. 2018.

TEIXEIRA, P. O. **O ensino de jornalismo em Portugal uma história e análise dos planos curriculares**. Porto, 2009-2010. Orientador: Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. Dissertação (mestrado). Universidade Fernando Pessoa. 165 f. Disponível em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1681/2/DM_19061.pdf>. Acesso 04 set. 2017.

TEIXEIRA, P. O. **Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 Nº 2 – Julho a Dezembro de 2012**. Acesso 09 set. 2016.

TEIXEIRA, T. Projetos pedagógicos em tempos de mudança no jornalismo. In: **O ensino do jornalismo na era da convergência: conceitos, metodologia e estudos de casos no Brasil**. Elias Machado (Org.). Salvador: EDUFBA, 2011. P. 17-31.

TEMER, A. C. R. P; NERY, V. C. A. **Para entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2005.

TRAQUINA, N. **A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

TUCHMAN, G. 1999. A objectividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEGA.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. **Apresentação**. Disponível em <<https://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=366&lang=1>>. Acesso 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR. **História e Símbolos**. Disponível em <<http://www.ubi.pt/Pagina/Historia>>. Acesso 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. ECTS - **European Credit Transfer System**. Disponível em < <http://www.ubi.pt/Pagina/Historia>>. Acesso 05 mar.. 2018.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Sobre a ULisboa**. Disponível em < <https://www.ulisboa.pt/>>. Acesso 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DO MINHO. **Missão**. Disponível em < <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Paginas/Missao.aspx>>. Acesso 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Acadêmico**. Faculdade de Comunicação. Disponível em <www.facom.ufba.br/portal/academico/>. Acesso 12 jul. 2017.

_____. **Grupos de Pesquisa**. Faculdade de Comunicação. Disponível em <<https://www.facom.ufba.br/portal2017/pagina/23/pesquisa>>. Acesso 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Carta de serviços ao cidadão 2016**. Disponível em < ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/carta-de-servicos-ao-cidadao>. Acesso 18 jul. 2017.

VAIDAPÉ. Por que os negros não apresentam programas de televisão. **Revista**. Disponível em <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso 14 fev. 2018.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1998.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de massa**. São Paulo: WMF, 2012.

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. Lisboa: Difel. 1999.

WOLTON, D; MOURA, D.; ADGHIRNI, Z. L. **Pensar a comunicação**. Brasília, DF: Ed. UnB. 2004.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o Sr./a Sra., para participar da Pesquisa intitulada “Ensino e formação em comunicação e jornalismo: um estudo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal”, sob a responsabilidade da pesquisadora Joselinda Maria Rodrigues. Esta pesquisa que tem como finalidade pesquisar os projetos políticos pedagógicos das universidades para comparar os programas da disciplina e verificar se o enfoque que é dado ao ensino de Sociologia se deve a especificidades das próprias universidades ou se sofrem interferências diretas (indústria jornalística) ou indiretas (pressão de alunos) e observar as metodologias de ensino de Sociologia a fim de analisar possíveis interseções no Brasil e Portugal.

Nesta pesquisa, 10 (dez) docentes de 2 (duas) universidades brasileiras e 5 (cinco) universidades portuguesas participarão voluntariamente dando entrevistas semiestruturadas.

Sua participação como **docente** também é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada presencial e individual em sala privada para verificarmos se o enfoque que é dado ao ensino de Sociologia se deve a especificidades da própria universidade ou se sofre interferências diretas (indústria jornalística) ou indiretas (pressão de alunos), e as motivações subjacentes às escolhas das metodologias de ensino e escolha da bibliografia. Se o Sr./a Sra. aceitar participar, estará contribuindo para um melhor entendimento do impacto positivo do ensino da Sociologia para o futuro profissional de jornalismo. A pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos, o que poderá ser feito através de comunicação oral e/ou escrita tais como relatório, resumo, e etc.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais nem apresenta riscos manifestos. Em qualquer momento se o Sr./a Sra. Sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, o Sr./a Sra. Terá direito a indenização

O Sr./a Sra. tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sr./a Sra. O Sr./a Sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do endereço, UFT – PPGCOM - Av. NS 15 ALC NO 14, Bloco II, Sala 15, Palmas/TO, CEP. 77020-

210, telefone (63) 3232-8116, endereço eletrônico: www.uft.edu.br/ppgcom ou ppgcom@uft.edu.br, Palmas/TO/BRASIL, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFT, Av. NS 15, ALCNO, 14, Prédio do Almoxarifado, 109 Norte, Palmas/TO/BRASIL, CEP.77020-210, telefone (63) 32328023, no horário comercial de 08 às 12 e 14 às 18, e segunda a sexta (exceto feriados).

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme **RESOLUÇÃO 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016** do Conselho Nacional de Saúde do Brasil. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Data: ____/____/____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

ANEXO B**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Fluxograma dos cursos de jornalismo e produção cultural - BASE LEGAL – Resolução nº 02/84, de 02.01.84 – C.F.E.

COMUNICAÇÃO/JORNALISMO**DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

COM101 – TEORIAS DA COMUNICAÇÃO
 COM102 – SEMIÓTICA
 COM103 – ESTÉTICA DA COMUNICAÇÃO
 COM104 – COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA
 COM105 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA
 COM106 – COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA
 COM111 – OFICINA DE COMUNICAÇÃO ESCRITA
 COM112 – OFICINA DE COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL
 COM113 – COMUNICAÇÃO E ATUALIDADE I
 COM114 – COMUNICAÇÃO E ATUALIDADE II
 COM115 – COMUNICAÇÃO E ÉTICA
 COM116 – ELABORAÇÃO DE PROJETO EM COMUNICAÇÃO
 COM117 – DESENVOLVIMENTO ORIENTADO DE PROJETO
 COM118 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM COMUNICAÇÃO
 COM121 – TEORIAS DO JORNALISMO
 COM122 – COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA
 COM123 – OFICINA DE JORNALISMO IMPRESSO
 COM124 – OFICINA DE RADIOJORNALISMO
 COM125 – OFICINA DE TELEJORNALISMO
 COM126 – OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL
 COM127 – OFICINA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
 COM128 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO JORNALISMO

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COM300 – COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
 COM301 – OFICINA DE JORNALISMO IMPRESSO II
 COM302 – OFICINA DE RADIOJORNALISMO II
 COM303 – OFICINA DE TELEJORNALISMO II
 COM304 – GÊNEROS JORNALÍSTICOS
 COM305 – JORNALISMO E SOCIEDADE
 COM306 – OFICINA DE PLANEJAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO E JORNALISMO
 COM307 – TEMAS ESPECIAIS EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
 COM308 – COMUNICAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
 COM309 – COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE
 COM310 – COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO
 COM311 – COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA
 COM312 – COMUNICAÇÃO E ECONOMIA
 COM313 – COMUNICAÇÃO E PODER
 COM314 – COMUNICAÇÃO E FILOSOFIA
 COM315 – COMUNICAÇÃO E ARTE
 COM316 – TEORIAS DA IMAGEM
 COM317 – COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
 COM318 – LEGISLAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
 COM319 – TEORIAS ESPECIAIS EM COMUNICAÇÃO
 COM320 – PRÁTICA DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO
 COM321 – ESTUDO DE PRODUTOS COMUNICACIONAIS

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COM322 – TEMAS ESPECIAIS EM SEMIÓTICA
 COM323 – NARRATIVAS AUDIOVISUAIS
 COM324 – CINEMA E HISTÓRIA
 COM325 – TEMAS ESPECIAIS EM CINEMA
 COM326 – ARGUMENTO E ROTEIRO
 COM327 – EDIÇÃO E MONTAGEM
 COM328 – DIREÇÃO
 COM329 – INICIAÇÃO A FOTOGRAFIA
 COM330 – OFICINA DE FOTOGRAFIA
 COM331 – EDITORAÇÃO
 COM332 – INDÚSTRIA EDITORIAL
 COM333 – COMPUTAÇÃO GRÁFICA
 COM334 – COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA
 COM335 – OFICINA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM336 – TEMAS ESPECIAIS EM RÁDIO
 COM337 – TEMAS ESPECIAIS EM TELEVISÃO
 COM338 – TELEVISÃO BRASILEIRA
 COM339 – INTRODUÇÃO AO VÍDEO
 COM340 – OFICINA DE VÍDEO
 COM341 – TEMAS ESPECIAIS EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM342 – ANÁLISE EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM343 – TEMAS ESPECIAIS EM TEORIAS DO JORNALISMO
 COM344 – TEMAS ESPECIAIS EM JORNALISMO
 COM345 – TEMAS ESPECIAIS EM JORNALISMO IMPRESSO
 COM346 – TEMAS ESPECIAIS EM PLANEL. GRÁF. JORNALISMO
 COM347 – TEMAS ESPECIAIS EM FOTODIAGRAMA
 COM348 – TEMAS ESPECIAIS EM RADIOJORNALISMO
 COM349 – TEMAS ESPECIAIS EM TELEJORNALISMO
 COM350 – OFICINA DE PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO
 COM351 – POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO
 COM352 – SEMINÁRIOS DE ATUALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
 COM353 – QUADRINHOS
 COM354 – CINEMA INTERNACIONAL
 COM355 – CINEMA BRASILEIRO
 COM356 – CRÍTICA CINEMATOGRAFICA
 COM357 – PROGRAMAÇÃO VISUAL
 COM358 – ESTUDO ORIENTADO DA COMUNICAÇÃO
 COM359 – ASSESSORIA DE IMPRENSA
 COM360 – ADMINISTRAÇÃO ORGANIZACIONAL JORNALÍSTICA
 COM361 – ESTUDO ORIENTADO EM JORNALISMO
 COM362 – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
 COM363 – JORNALISMOS ESPECIALIZADOS
 COM364 – COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 COM365 – COMUNICAÇÃO E CULTURA
 COM366 – LINGUAGENS DA COMUNICAÇÃO
 COM367 – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
 COM368 – LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA
 COM369 – OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL II

OPTATIVAS DE OUTROS DEPARTAMENTOS

ADM001 – INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO
 EBAD01 – HISTÓRIA DA ARTE I
 EBAD02 – HISTÓRIA DA ARTE II
 EBAD10 – HISTÓRIA DA ARTE BRASILEIRA
 EBAD181 – HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA
 FCH011 – CIÊNCIA POLÍTICA
 FCH124 – ANTRPOLOGIA I
 FCH162 – PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS
 IC1114 – DOCUMENTAÇÃO II
 LET029 – CRIAÇÃO LITERÁRIA I
 LET115 – LITERATURA BRASILEIRA IV
 LET334 – MET. E PESQ. LET. APL. EST. LINGÜÍSTICOS
 LET335 – MET. E PESQ. LET. APL. EST. LITERÁRIOS
 TEAD05 – DICÇÃO

COMUNICAÇÃO/PRODUÇÃO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

COM101 – TEÓRIAS DA COMUNICAÇÃO
 COM102 – SEMIÓTICA
 COM103 – ESTÉTICA DA COMUNICAÇÃO
 COM104 – COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA
 COM105 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA
 COM106 – COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA
 COM111 – OFICINA DE COMUNICAÇÃO ESCRITA
 COM112 – OFICINA DE COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL
 COM113 – COMUNICAÇÃO E ATUALIDADE I
 COM114 – COMUNICAÇÃO E ATUALIDADE II
 COM115 – COMUNICAÇÃO E ÉTICA
 COM116 – ELABORAÇÃO DE PROJETO EM COMUNICAÇÃO
 COM117 – DESENVOLVIMENTO ORIENTADO DE PROJETO
 COM118 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM COMUNICAÇÃO
 COM131 – POLÍTICAS DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO
 COM132 – MARKETING CULTURAL
 COM133 – OFICINA DE PRODUÇÃO CULTURAL
 COM134 – OFICINA DE ANÁLISE DE PÚBLICOS E MERCADOS CULTURAIS
 COM127 – OF. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
 COM136 – OFICINA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS
 COM137 – OFICINA DE GESTÃO CULTURAL
 COM138 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COM300 – COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
 COM301 – OFICINA DE JORNALISMO IMPRESSO II
 COM302 – OFICINA DE RADIOJORNALISMO II
 COM303 – OFICINA DE TELEJORNALISMO II
 COM304 – GÊNEROS JORNALÍSTICOS
 COM305 – JORNALISMO E SOCIEDADE
 COM306 – OFICINA DE PLANEJAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO E JORNALISMO
 COM307 – TEMAS ESPECIAIS EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
 COM308 – COMUNICAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
 COM309 – COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE
 COM310 – COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
 COM311 – COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA
 COM312 – COMUNICAÇÃO E ECONOMIA
 COM313 – COMUNICAÇÃO E PODER
 COM314 – COMUNICAÇÃO E FILOSOFIA
 COM315 – COMUNICAÇÃO E ARTE
 COM316 – TEÓRIAS DA IMAGEM
 COM317 – COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
 COM318 – LEGISLAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
 COM319 – TEMAS ESPECIAIS EM COMUNICAÇÃO
 COM320 – PRÁTICA DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO
 COM321 – ESTUDO DE PRODUTOS COMUNICACIONAIS

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COM322 – TEMAS ESPECIAIS EM SEMIÓTICA
 COM323 – NARRATIVAS AUDIOVISUAIS
 COM324 – CINEMA E HISTÓRIA
 COM325 – TEMAS ESPECIAIS EM CINEMA
 COM326 – ARGUMENTO E ROTEIRO
 COM327 – EDIÇÃO E MONTAGEM
 COM328 – DIREÇÃO
 COM329 – INICIAÇÃO A FOTOGRAFIA
 COM330 – OFICINA DE FOTOGRAFIA
 COM331 – EDITORAÇÃO
 COM332 – INDÚSTRIA EDITORIAL
 COM333 – COMPUTAÇÃO GRÁFICA
 COM334 – COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA
 COM335 – OFICINA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM336 – TEMAS ESPECIAIS EM RÁDIO
 COM337 – TEMAS ESPECIAIS EM TELEVISÃO
 COM338 – TELEVISÃO BRASILEIRA
 COM339 – INTRODUÇÃO AO VÍDEO
 COM340 – OFICINA DE VÍDEO
 COM341 – TEMAS ESPECIAIS EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM342 – ANÁLISE EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
 COM343 – TEMAS ESPECIAIS EM TEÓRIAS DO JORNALISMO
 COM344 – TEMAS ESPECIAIS EM JORNALISMO
 COM345 – TEMAS ESPECIAIS EM JORNALISMO IMPRESSO
 COM346 – TEMAS ESPECIAIS EM PLAN. GRÁF. JORNALISMO
 COM347 – TEMAS ESPECIAIS EM FOTIJORNALISMO
 COM348 – TEMAS ESPECIAIS EM RADIOJORNALISMO
 COM349 – TEMAS ESPECIAIS EM TELEJORNALISMO
 COM350 – OFICINA DE PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO
 COM351 – POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO
 COM352 – SEMINÁRIOS DE ATUALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
 COM353 – QUADRINHOS
 COM354 – CINEMA INTERNACIONAL
 COM355 – CINEMA BRASILEIRO
 COM356 – CRÍTICA CINEMATOGRAFICA
 COM357 – PROGRAMAÇÃO VISUAL
 COM358 – ESTUDO ORIENTADO DA COMUNICAÇÃO
 COM359 – ASSESSORIA DE IMPRENSA
 COM360 – ADMINISTRAÇÃO ORGANIZACIONAL JORNALÍSTICA
 COM361 – ESTUDO ORIENTADO EM JORNALISMO
 COM362 – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
 COM363 – JORNALISMOS ESPECIALIZADOS
 COM364 – COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 COM365 – COMUNICAÇÃO E CULTURA
 COM366 – LINGUAGENS DA COMUNICAÇÃO
 COM367 – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
 COM368 – LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA
 COM369 – OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL II

OPTATIVAS DE OUTROS DEPARTAMENTOS

EBA001 – HISTÓRIA DA ARTE I
 EBA010 – HISTÓRIA DA ARTE BRASILEIRA
 EBA181 – HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA
 FCH011 – GÊNCIA POLÍTICA
 FCH124 – ANTRPOLOGIA I
 FCH437 – PODER POLÍTICO NA BAHIA CONTEMPORÂNEA
 ICI114 – DOCUMENTAÇÃO II
 LET029 – CRIAÇÃO LITERÁRIA I
 LET115 – LITERATURA BRASILEIRA VI
 LET334 – MET. DE PESQUISA EM LETRAS APL. AOS EST. LINGÜÍSTICOS
 LET335 – MET. DE PESQUISA EM LETRAS APL. AOS EST. LITERÁRIOS
 TEADBS – DICÇÃO
 IPSA39 – PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS
 LETE46 – LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Fluxograma do curso de jornalismo - Resolução N.º 05 de 25 de fevereiro de 2015

Período Ideal	Código	Disciplina	CR	CHT	CHP	CH Total	Pré-Req.
1	JOR11	Filosofia	4	60		60	-
	JOR12	Sociologia	4	60		60	-
	JOR13	Teorias da Comunicação	4	60		60	-
	JOR14	Leitura e Prática da Produção de Textos I	4	40	20	60	-
	JOR15	Introdução ao Jornalismo	4	40	20	60	-
	JOR16	Jornalismo e Psicologia	4	60		60	-
	TOTAL DO SEMESTRE			24	320	40	360
2	JOR27	Narrativas Jornalísticas	4	60		60	JOR15
	JOR28	Cultura, Estética e Mídia	4	40	20	60	-
	JOR29	Antropologia	4	60		60	-
	JOR210	Leitura e Prática da Produção de Textos II	4	40	20	60	JOR14
	JOR211	Teorias do Jornalismo	4	60		60	JOR13
	JOROP	Optativa	4	30	30	60	
	TOTAL DO SEMESTRE			24	290	70	360
3	JOR312	Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalísticas	4	30	30	60	JOR27
	JOR313	História das Mídias	2	30		30	-
	JOR314	Introdução ao audiovisual	2	30		30	-
	JOR315	Planejamento Gráfico	4	40	20	60	JOR27
	JOR316	Fotojornalismo I	4	40	20	60	JOR15
	JOR317	Análise de Produtos Gráficos	2		30	30	-
	JOROP	Optativa	4	30	30	60	
TOTAL DO SEMESTRE			22	200	130	330	
4	JOR418	Produção em Jornalismo	6		90	90	JOR312
	JOR419	Radiojornalismo	8	30	90	120	JOR312
	JOR420	Jornalismo e Cidadania	4	40	20	60	JOR29 JOR15
	JOR421	Fotojornalismo II	4		60	60	JOR316
	JOR422	Análise de dados estatísticos em Jornalismo	2	30		30	-

Período Ideal	Código	Disciplina	CR	CHT	CHP	CH Total	Pré-Req.
	JOROP	Optativa	4	30	30	60	
	TOTAL DO SEMESTRE		28	130	290	420	
5	JOR523	Ética no Jornalismo	4	60		60	JOR211
	JOR524	Telejornalismo I	4	40	20	60	JOR312 JOR314
	JOR525	Edição em Jornalismo	10	30	120	150	JOR315 JOR316 JOR418
	JOR526	Gestão em Jornalismo	2	30		30	JOR15
	JOROP	Optativa	4	30	30	60	
	TOTAL DO SEMESTRE		24	190	170	360	
6	JOR627	Telejornalismo II	4		60	60	JOR524
	JOR628	Assessoria de Comunicação	4	40	20	60	JOR526
	JOR629	Estágio Supervisionado I	8	30	90	120	JOR312 JOR314 JOR419
	JOR630	Metodologia do Trabalho Científico	4	60		60	JOR211
	JOR631	Webjornalismo	4	30	30	60	JOR312
	JOR632	Jornalismo Regional	4	60		60	JOR15
	TOTAL DO SEMESTRE		28	220	200	420	
7	JOR733	TCC I	4	60		60	JOR419 JOR524 JOR525 JOR630
	JOR734	Jornalismo Multimídia	4	40	20	60	JOR631
	JOR735	Jornalismo Especializado I	4	20	40	60	JOR312
	JOR736	Assessoria de Imprensa	2	30		30	JOR312
	JOR737	Estágio Supervisionado II	8	30	90	120	JOR629
	TOTAL DO SEMESTRE		22	180	150	330	
8	JOR838	TCC II	12		180	180	JOR628 JOR631 JOR733

Período Ideal	Código	Disciplina	CR	CHT	CHP	CH Total	Pré-Req.
	JOR839	Crítica da mídia	4	30	30	60	JOR211
	JOR840	Jornalismo Especializado II	4	20	40	60	JOR312
	TOTAL DO SEMESTRE		20	50	250	300	
	TOTAL (carga horária obrigatória)		192	1580	1300	2880	
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		8			120	
	TOTAL GERAL		200			3000	

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Técnica SI

Bibliografia básica

ROOTH, W.C.; COLOMB, G.G. & WILLIAMS, J.M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542/40256> Acesso: 25 maio 2016.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. 6ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. 3ed. Campinas/SP: Alínea, 2003.

LACAZ-RUIZ, Rogério. Notas e reflexões sobre redação científica. Disponível em:

http://www.pucrs.br/famat/viali/orientacao/leituras/textos/Red_Cientifica.pdf. Acesso: 25 maio 2016.

Bibliografia complementar:

BAUER, Martin e GASKELL, George (org.) Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. 2ed. Petrópolis: Vozes,

2002.

CARRASCOZA, João Anzanello. Suíte acadêmica: apontamentos poéticos para elaboração de projetos de pesquisa em

Comunicação. Revista Matrizes, volume 10, nº 01, 2016. Disponível em:

<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/715> Acesso: 25 maio 2016

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas. 2011.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre:

Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? Disponível em:

<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/314> Acesso: 25 maio 2016.

Paradigmas da Comunicação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul:

https://www.youtube.com/watch?v=ZJx7mLs_mJw Acesso: 25 maio 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em

<http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf>. Acesso 26 set. 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOHLFELTD, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e

tendências. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LOPES, Maria Immacolata. As fronteiras entre as ciências sociais vistas da comunicação: uma aproximação aos

estudos sociais das ciências. Revista e-compos, edição 1, dez 2004. Disponível em

<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/10/11> Acesso: 25 maio 2016.

LOPES, M. I. V. Pesquisa em comunicação. São Paulo: Loyola, 2005.

LUBISCO, N.; VIEIRA, S.; SANTANA, Isnaia Veiga. Manual de estilo acadêmico - monografias, dissertações e

teses. 4 ed. Salvador: Edufba, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14310/1/manual%20de%20estilo%20academico-2013%20Repositorio2>

Acesso: 25 ago 2014.

MARTINO, Luiz C. História e identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do

campo comunicacional. Revista e-compos, edição 1, dez 2004. Disponível em

<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/22/23> Acesso: 25 maio 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

NAZARENO, Nilce. Pesquisa científica o que é e como se faz. Disponível em:

http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/145/arquivos/formacao_pibid/trabalhos_cientificos_2.pdf. Acesso: 03 set. 2014

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 30ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTAELLA, L. Comunicação e Pesquisa. São Paulo: Hacker, 2001.

TAVARES, Gonçalo M. Breves notas sobre ciência. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

Técnica SII

Bibliografia básica

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. Guia brasileiro de produção cultural 2010/2011. São Paulo: SESC, 2010

REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing Cultural e financiamento da cultura. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Projetos culturais. Técnicas de modelagem. 2 ed. São Paulo: Editora FGV, 2008

TOLILA, Paul. Observação da economia cultural: um desafio para a ação. In: _____. Cultura e Economia. Problema, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Cândido J.M. de. A arte é capital. Visão aplicada do marketing cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ALVES, Paulo César (org). Cultura. Múltiplas leituras. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2010.

BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério (orgs). Economia da arte e da cultura. São Paulo: Itaú Cultural, 2010

BRANT Leonardo (org.). Políticas culturais. São Paulo: Monole, 2003 (Volume I)

_____. Mercado cultural. São Paulo: Escrituras, 2002.

CALABRE, Lia. Políticas culturais. Reflexões sobre gestão. Processos participativos e desenvolvimento. p.7-29

CANCLINI, Nestor et alii. Políticas culturais para o desenvolvimento – Uma Base de Dados para a Cultura, UNESCO Brasil, 2003.

- CESNIK, Fábio de Sa. Guia do incentivo à cultura. São Paulo: Manole, 2007
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 2004
- MALAGODI, Maria Eugênia; CESNIK, Fábio de Sá. Projetos Culturais. São Paulo: Escrituras, 2001.
- FRANCEZ, Andrea; COSTA Netto, D'ANTI José Carlos. Manual do direito do entretenimento. Guia de Produção Cultural São Paulo: SENAC, 2008
- MIDDLEJ, Suylan; SILVA, Frederico A.B. S. Políticas públicas culturais. A voz dos gestores. Brasília: IPEA, 2011p.15-p36
- RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais no governo Lula. Salvador: Edufba, 2010.
- RUBIM, Linda (org.). Organização e produção da cultura. Salvador, Edufba, 2005.
- THOMPSON, John B, Ideologia e cultura moderna. Petrópolis, Vozes, 1999
- VEIGA, Sandra Mayrink, Daniel Rech. Associações. como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A 2001p.

ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Teórica P I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRETON, Philippe. Sociologia da comunicação. São Paulo: Loyola, 2006.

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. 16ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social

clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1995.

WEBER, MAX. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro, 2006.

4. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística. 29ª ed. - São Paulo: Vozes, 2007.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 9ª ed. - Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. 4ª ed. - São Paulo: Edusp, 2008.

COHN, Gabriel. Sociologia da Comunicação. São Paulo: Vozes, 1973.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: M. Fontes, 2003.

MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia. 1ª ed. 66 reimpressão - São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARQUES, M. J. Sociologia da Imprensa brasileira. São Paulo: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. 8ª ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

WEBER, MAX. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (V.1). Brasília: Editora UNB, 2009.

Técnica PII

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUBOIS, Philippe. O Ato Fotográfico. Campinas: Papyrus, 2010.

KUBRUSLY, Cláudio A. O que é Fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Erivam Moraes de. Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUMONT, Jacques. A imagem. Campinas/SP: Papyrus, 2012.

BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

BUITONI, Dulcília H. S. Fotografia e Jornalismo: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva, 2011

DONDIS, D. A. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARKAS, Thomas. Notas de Viagem. São Paulo: Cosac Naify, 2005

FOLTS, James (Org). Manual de Fotografia (Handbook of Photography). Tradução Pegasus. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2005. KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000

LANGFORD, Michael. Fotografia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997

MARTINS, José de Souza. Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Editora Contexto, 2008

SHIMODA, Flávio. Imagem Fotográfica. Campinas, SP: Alínea Editora, 2009.

SONTAG, Susan. Ensaio Sobre a Fotografia. Rio de Janeiro: Arbor, 1981. SOULAGES, François. Estética da fotografia: perda e permanência. São Paulo: Editora Senac, 2010

TEIXEIRA, Evandro. Fotojornalismo. Rio de Janeiro: Editora JB, 1982. VAZ, Paulo Bernardo (Org). Narrativas fotográficas. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2006.

Técnica PIII

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPONEZ, C. Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional. Coimbra, Portugal: Edições Minerva, 2002

CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010

.DE CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUFT, Schirley. Jornalismo, meio ambiente e amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Para e A Crítica do Amazonas. São Paulo: FAPESP, 2005

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (orgs.). Amazônia: Cenase cenários. Brasília, UnB, 2004.4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. de; CABRERA, O. (Org.). Cenários caribenhos. Brasília, DF: Paralelo 15, 2003.

BAZI, R. E. R. TV regional: trajetória e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: Teoria e metodologia. São Bernardo do Campo/SP:UMESP, 2004.

CANCLINI, Garcia Néstor. Culturas Híbridas. 4ª ed. - São Paulo: Edusp, 2008.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. Relações de poder na literatura da Amazônia legal. Cuiabá: Inep/Comped/EdUFMT, 2002.

MARQUES DE MELO, J.; FERNANDES, G. (orgs.). Pensamento comunicacional brasileiro: o legado das ciências sociais. São Paulo: Paulus, 2014.

MATTOS, S. A televisão e as políticas regionais de comunicação. São Paulo, SP: Intercom, 1997.

MELO, José Marques de. Comunicação na América Latina. Campinas-SP, Papyrus, 1989.

PERUZZO, Cicilia M. K. Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUSA, Cidoval (org.). Televisão regional, globalização e cidadania. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

ANEXO F

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Teórica BI

Bibliografia Básica

BERGER, Peter, LUCKMANN, N (1985 [1966]), A Construção Social da Realidade, Petrópolis, Vozes

CASTELLS, Manuel (2002), A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Lisboa, Fundação Gulbenkian

CORREIA, J. Ferreira, G., Espírito Santo (org) (2010) Conceitos de Comunicação Política, Livros Labcom

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre (1997), Sobre Televisão, Oeiras, Celta

BRANDÃO, Nuno G. (2010), As Notícias nos Telejornais, Lisboa, Ed. Guerra & Paz

CÁDIMA, Francisco Rui (2000), “Virtualidades do jornalismo e jornalismo virtual: para uma análise do dispositivo da informação televisiva”, in Revista Comunicação e Linguagens, nº 27, Lisboa, Cosmos

CORREIA, Fernando (1998), Os Jornalistas e as Notícias, Lisboa, Caminho Jürgen (1984), Mudança estrutural da esfera pública, Lisboa, Tempo Brasileiro.

LOPES, Felisbela (1999), O Telejornal e o Serviço Público, Coimbra, Minerva

MESQUITA, Mário (2000), "As Profissões dos media na era da comunicação transnacional", in Revista Comunicação e Linguagens, nº 27, Lisboa, Cosmos Mesquita,

PAQUETE DE OLIVEIRA, J. M. (1988) “O Estudo da Comunicação numa Perspectiva Sociológica”, in Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no pós 25 de Abril (1974-1978), Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE

PAQUETE de OLIVEIRA, J.M, et al, (Org.), Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa: Quimera Editores, 2004

RAMONET, Ignacio (1999), A Tirania da Comunicação, Porto, Campo das Letras

REBELO, José (2000), O Discurso do Jornal, Lisboa, Editorial Notícias

RODRIGUES, Catarina (2006), Blogs e a fragmentação do espaço público, Livros labcom

SERRA, Paulo, "Informação e cidadania", Disponível em < <http:bocc.ubi.pt>> SOUSA, Jorge Pedro (2007).

WOLTON, D. (1999), Pensar a Comunicação, Lisboa, Difel

WOLTON, D. (2000), E Depois da Internet?, Lisboa, Difel

TRAJECTOS – Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, ISCTE-IUL

ANEXO G

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Teórica LIII

Bibliografia

ESTEVES, J. Pissarra (Org.), Comunicação e Sociedade, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

SAPERAS, E. Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massa, Porto, Asa, 1993

HABERMAS, J. The Structural Transformation of the Public Sphere, Cambridge/Mass., The MIT Press, 1991

TARDE, G., La Opinión y la Multitud, Madrid, Taurus, 1986

WRIGHT MILLS, C. A Elite do Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1981

ANEXO H

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS DE PALMAS

Palmas, 10 de outubro de 2016

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins – UFT

Autorização para realização de pesquisa

Eu, _____ diretor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS DE PALMAS, venho por meio desta informar a V. Sas., que autorizo a pesquisadora JOSELINDA MARIA RODRIGUES, aluna do Mestrado em Comunicação e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins - UFT, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “Ensino e formação em comunicação e jornalismo: um estudo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal”, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior. Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.


Assinatura e carimbo do responsável institucional


ANEXO I

Folha de aprovação de projeto do comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENSINO E FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UM ESTUDO SOBRE A DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE JORNALISMO NO BRASIL E PORTUGAL
Pesquisador Responsável: JOSELINDA MARIA RODRIGUES
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 68537917.8.0000.5519
Submetido em: 22/06/2017
Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio







Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_888161

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - ↳ Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissão
 - ↳ Cronograma - Submissão 2
 - ↳ Declaração de Instituição e Infraestrutur
 - ↳ Declaração de Pesquisadores - Submis
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Orçamento - Submissão 2
 - ↳ Outros - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - ↳ Apreciação 2 - Fundação Universidade F
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação [†]	Pesquisador Responsável [†]	Versão [†]	Submissão [†]	Modificação [†]	Situação [†]	Exclusiva do Centro Coord. [†]	Ações
PO	JOSELINDA MARIA RODRIGUES	2	22/06/2017	07/07/2017	Aprovado	Não	   

APÊNDICE A

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES

1 Perfil do entrevistado:

- 1.1. Professor () Professora ()
- 1.2 Brasileiro () Português () Estrangeiro ()
- 1.3 Que disciplina o Sr./Sra. leciona?
- 1.4 Há quanto tempo?
- 1.5 Qual é sua área de graduação? Mestrado? Doutorado? É cientista social?
- 1.6 Quantas turmas de ensino na graduação?
- 1.7 Orienta mestrado, doutorado e pós-doutorado?
- 1.8 O Sr./Sra. tem outras atribuições (coordenação, chefia de departamento, etc.) na universidade além de dar aulas?
- 1.9 O Sr./Sra. tem dedicação exclusiva à universidade?
- 1.10 Como concilia produção acadêmica e docência?

2 Questões direcionadas a metodologia do ensino de Sociologia

- 2.1. Qual é o perfil do aluno que chega hoje à graduação de jornalismo em termos de capital cultural?
- 2.2. Baseando-se em sua experiência, o Sr./Sra. concorda com o conteúdo que é oferecido atualmente para a disciplina de Sociologia?
- 2.3. A universidade é flexível a mudanças no conteúdo?
- 2.4. Os professores sentem-se livres para adotar o conteúdo de sua disciplina, ou sofrem interferências externas e internas? Sim () Não ()

Para respostas afirmativas:

Quem seriam os atores internos? _____

Quem seriam os atores externos? _____

- 2.5. De que forma as diretrizes curriculares contribuem para melhor formação sociológica do jornalista?
- 2.6. Como os autores clássicos têm sido contemplados nos programas?
- 2.7. Como os autores contemporâneos têm sido contemplados nos programas?

3 Questão de avaliação

3.1. Ao verificar a aprendizagem do aluno, de que forma prática o Sr./Sra. diria que o egresso do curso de Sociologia conseguiria utilizar a teoria?